



RHUAN CARLOS DOS SANTOS LOPES

**“O MELHOR SÍTIO DA TERRA”: COLÉGIO E IGREJA DOS JESUÍTAS E A
PAISAGEM DA BELÉM DO GRÃO-PARÁ**

UM ESTUDO DE ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Belém, Pará

2013



RHUAN CARLOS DOS SANTOS LOPES

**“O MELHOR SÍTIO DA TERRA”: COLÉGIO E IGREJA DOS JESUÍTAS E A
PAISAGEM DA BELÉM DO GRÃO-PARÁ**

UM ESTUDO DE ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Luiz Tavares Marques.

Belém, Pará

2013

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFPA

Lopes, Rhuan Carlos dos Santos, 1986-
"O Melhor sítio da terra": colégio e igreja
dos jesuítas e a paisagem da Belém do Grão-Pará
- um estudo de arqueologia da arquitetura /
Rhuan Carlos dos Santos Lopes. - 2013.

Orientador: Fernando Luiz Tavares Marques.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal
do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em
Antropologia, Belém, 2013.

1. Arqueologia Belém (PA). 2. Arquitetura
jesuítica Belém (PA). 3. Paisagens Belém (PA).
I. Título.

CDD 22. ed. 930.1098115

RHUAN CARLOS DOS SANTOS LOPES

**“O MELHOR SÍTIO DA TERRA”: COLÉGIO E IGREJA DOS JESUÍTAS E A
PAISAGEM DA BELÉM DO GRÃO-PARÁ**

UM ESTUDO DE ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA

Belém, ____ de abril de 2013.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Luis Cláudio Pereira Symansky – Examinador Externo

Universidade Federal de Minas Gerais

Profª. Drª. Marcia Bezerra de Almeida – Examinadora Interna

Universidade Federal do Pará/Centro Nacional de Arqueologia

Prof. Dr. Fernando Luiz Tavares Marques - Orientador

Universidade Federal do Pará/ Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG)

À minha mãe, Bernarda Lopes.

“E como tão silenciosas aquelas
igrejas lhe falavam! E seu silêncio
e sombra deslizavam pelos
sobrados fiéis, o beco e as
maestrações.”

Dalcídio Jurandir (2004[1960]:
86).

AGRADECIMENTOS

Essa dissertação é o ponto de culminância de um dos estágios de minha formação e o reflete em muitos sentidos. Nesses dois anos de sua produção, pude ir além das fronteiras do meu *pré-projeto* submetido à seleção do mestrado, primeiro pelas vicissitudes da pesquisa e, mais importante, pelas experiências proporcionadas ao longo do meu período de *mestrando*. Assim, começo agradecendo ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA/UFPA), pelo suporte intelectual, e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa. Sou grato também ao Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e ao Sistema Integrado de Museus e Memoriais (SIM/SECULT), instituições nas quais fiz levantamento de parte do material que deu subsídio a esse trabalho.

A formalidade das siglas institucionais, todavia, não deve deixar esconder os atores que as fazem existir. Foram eles e a convivência cotidiana que possibilitaram as mais significativas experiências no mestrado. Agradeço, então, à D. Marina Gato e à Cléo Ferreira, pela disponibilidade na(s) hora(s) de receber minhas demandas, algumas das quais fora das suas obrigações. Aos professores que ministraram as disciplinas que cursei, sou grato pelos debates e boas indicações para o andamento da pesquisa. Particularmente, agradeço à Professora Dr^a. Denise Schaan, tanto pelas aulas, quanto por ter propiciado minha introdução nos sítios arqueológicos amazônicos. À Professora Dr^a. Jane Felipe Beltrão, agradeço a confiança em me convidar para participar de projetos de pesquisa que me aproximaram prazerosamente da Antropologia Social, permitindo ligações intelectuais geradoras do projeto de pesquisa sucessor dessa dissertação. Agradeço também a ambas por aceitarem participar da etapa que se seguirá.

Dentro do PPGA fiz amizades definitivas. Aos amigos da turma de 2011, agradeço todas as trocas de experiência em sala de aula ou fora dela, extremamente importantes para esse neófito tanto na Arqueologia, quanto na Antropologia: Almiros Machado, Anaryê Rocha, Ângelo Lima, Edilson da Silva, Elaine Wanderley, Kleber Souza, Véronique Isabelle, Manuela Vieira, Mariana Gonçalves, Rafael Noleto. Sou grato também aos amigos das outras turmas, pelo convívio durante os cursos ou nos momentos extramuros da universidade: Arenildo

Silva, Ariana Kelly, Antônia Damasceno, Daiana Alves, Edyr Batista, Marcelo Almeida, Marcos Negrão, Eliane Faria, Luiza Mastop.

As atividades de campo, em outros projetos de pesquisa, permitiram a aproximação com alguns dos colegas de sala, gerando amizades seguras e valorosas. Os primeiros foram Ney Gomes e Cristiane Martins, *baphônicos* e negligentes – dentre outros “adjetivos” de cunho interno –, que me conduziram nas minhas primeiras unidades de escavação no profícuo Sítio Cedro, em Santarém. Ney e Cris, entre turnês (viagens), cervejas e *gargarejadas* garantiram meu sincero afeto, além de quase cinco linhas inteiras nesse agradecimento.

Clarisse Jacques, dentro da UFPA ou nas viagens de campo, demonstrou a competência e ética exemplares profissionalmente. Telma Oliveira e Mônica Vieira foram ímpares na minha participação no trabalho de campo etnográfico em Santa Maria do Pará e na Vila do Prata, juntamente com Almir Tembê e Edimar Fernandes. Ao meu caro Lúcio Costa Leite, agradeço a amizade fortalecida nas viagens, bem como aos momentos que agora permitem lembranças nostálgicas. À Glenda Fernandes, sou grato pelos debates sobre arqueologia histórica, mesmo os que tinham como foco o seu sítio, que não é o “melhor da terra”.

Agradeço à equipe do Laboratório de Arqueologia da UFPA, pelos momentos repentinos de minha inserção no horário de trabalho, além das várias vezes recorri a eles para sanar dúvidas simples. Anna Barbara Silva, Raquel Alves e Vera Portal, sou grato pelas dicas em campo e pela amizade. Agradeço à Juliana Brandão pela contribuição no levantamento de parte das fontes utilizadas nessa dissertação; à Tallyta Suenny pela disponibilização de seu texto inédito de monografia de conclusão de curso.

Aos amigos não-discentes do PPGA, sou grato pelo compartilhamento dos percalços da pesquisa e pelos momentos de descontração: Raimundo Neves, que me auxiliou com textos e com a sabedoria em questões jesuíticas; à Alik Araújo, que com seu o espírito de mercenária acadêmica acaba contribuindo, desde minha graduação, com a construção dos meus trabalhos; à Joelma Silva, que está entre as amigas mais próximas e companheiras, além de ser sempre competente no incentivo à minha vida social; à Ana Paula Schaan pelas traduções de resumos, inclusive o deste trabalho; ao Evandro Paixão, pela edição de parte das imagens utilizadas nesse trabalho; ao Rui Gomes Coelho pela disponibilidade no compartilhamento de textos imprescindíveis a essa pesquisa; à Patrícia Silva e Reginaldo

Santiago, agradeço o apoio nos trâmites burocráticos do SIM; ao Cássio Souza, não sei exatamente por que.

Agradeço a experiência da escavação coordenada por Wagner Veiga, que proporcionou aprendizado e novos amigos: Lela Mesquita, Felipe Silva, Kaito Sal e Dico Rodrigues.

Sou particularmente grato aos moradores das comunidades onde tive a oportunidade de trabalhar. A conversão de suas residências em sítios arqueológicos ou em campo antropológico, e quase sempre em ambos, se por um lado deixa transparecer algum vestígio colonialista destas ciências, também permite o repensar de suas práticas diante do *outro* e o consequente diálogo com diferentes alteridades. Desse modo, agradeço aos moradores do Sítio Cedro, em especial à família Souza, nossos grandes interlocutores no cotidiano dessa escavação no município de Santarém (PA). Nos sítios arqueológicos de Baião (PA), sou grato aos integrantes da comunidade quilombola do Igarapé Preto. No Marajó, o convívio com os habitantes de Melgaço durante os trabalhos no sítio Tucumã foi ímpar para o reconhecimento da realidade local. Aos Mudurukú de Belterra (PA) agradeço a recepção gentil em meu primeiro campo amparado pela Antropologia. Do mesmo modo, devo agradecer aos Tembé de Santa Maria do Pará e aos moradores não-indígenas da Vila Santo Antônio do Prata, pela longa estadia em suas casas durante trabalho de campo definidor do meu próximo passo acadêmico; às famílias Vital Silva, na aldeia Jeju, e Carvalho da Silva, na aldeia Areal, faço agradecimento particular.

A Wanderson Cruz sou grato pelos anos de companheirismo e a contínua amizade, sempre disponível e muitas vezes solicitada para a resolução de questões práticas relativas à dissertação, e mais ainda para conversas fiéis.

Agradeço aos meus irmãos – Tamires, Francisco e Deidianne – pela compreensão ao membro da família que “só estuda” e por terem me feito titio, nesses dois últimos anos, dos sobrinhos mais adoráveis: Sophia, Riquelme, Bernardo e o Carlos. Por fim, o mais importante dos agradecimentos é destinado à minha mãe, Bernarda Lopes, por ser a que mais acredita em mim, a mais antiga e fiel amiga, e a fonte da educação que me permite circular em mais do que quatro campos.

Por certo, outros nomes deveriam ser citados. Peço perdão pela não-lembrança e espero que a satisfação em ter ajudado tenha sido mais prazerosa do que a frustração por não se ver nomeado aqui. De todo modo, muitíssimo obrigado!

“O MELHOR SÍTIO DA TERRA”: COLÉGIO E IGREJA DOS JESUÍTAS E A PAISAGEM DA BELÉM DO GRÃO-PARÁ

UM ESTUDO DE ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA

RESUMO

Nesta pesquisa investigo a inserção do Colégio e Igreja dos jesuítas na Belém colonial. Analiso, a partir da perspectiva da arqueologia da arquitetura, a forma como essa edificação se constituiu elemento na paisagem de poder da área mais antiga da cidade. Além disso, estabeleço uma relação analítica desse processo com a criação do Projeto Feliz Lusitânia, no Centro Histórico da capital do Pará. Pautei a investigação na documentação relativa ao período colonial e ao Projeto Feliz Lusitânia. Efetuei a análise dos discursos impressos nessas fontes, no que diz respeito às intenções dos agentes em questão na conformação da paisagem de poder da parte mais antiga de Belém. Utilizei também mapas e imagens que evidenciam a disposição espacial de Belém e a presença do prédio aqui pesquisado. Desse modo, observei as camadas diferenciadas na paisagem local, tendo em vista as manifestações ideológicas impressas na arquitetura.

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia amazônica; Arqueologia da Arquitetura; Paisagem; Colégio e Igreja dos jesuítas.

**“THE BEST SITE ON EARTH”: JESUIT’S SCHOOL AND CHURCH AND BELÉM DO GRÃO-PARÁ’S
LANDSCAPE**

A STUDY ON THE ARCHAEOLOGY OF ARCHITECTURE

ABSTRACT

This research investigates the insertion of the jesuit’s school and church in colonial Belém. It analyzes, from the perspective of the archaeology of architecture, the way this edification became a powerful element in the landscape of the oldest part of the city. In addition, I establish an analytical relationship of this process with the foundation of the Feliz Lusitânia project, in the historical center of the capital of Pará. The research was based on both the colonial period documentation and the Feliz Lusitânia project. I analyzed the discourses in these sources, regarding the intentions of the agents in charge of conforming a landscape of power in the oldest part of Belém. I have also used maps and images to show belém’s spatial arrangement and the presence of the buildings investigated. Thereby, I observed the differentiated layers in the local landscape, having in mind the ideological manifestations expressed in the architecture.

KEY WORDS: Amazonian archaeology; Archaeology of Architecture; Landscape; Jesuit’s school and church.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- “Fragmentos de vasilhas cerâmicas decoradas...”	36
Figura 2 - “Belém - Fins do século XVII...”	41
Figura 3 - “Planta da cidade de Belém. Instalação urbana do século XVII”	42
Figura 4 - “Planta da Cidade de Belém”, em 1905.	43
Figura 5 - "Prospecto da Praça do Pelourinho..."	44
Figura 6 - Convite da inauguração do Porto de Belém (início do século XX)	45
Figura 7 - Vista aérea do Complexo Cultural Feliz Lusitânia	48
Figura 8 - Imagem do Forte do Presépio em 1884.	54
Figura 9 – Imagem do Pórtico, já sem o muro.	55
Figura 10 - Croqui da quadra jesuíta	69
Figura 11 – Fachada do Colégio Monforte de Lemos.....	72
Figura 12 - Cronologia do Colégio e Igreja dos jesuítas.....	74
Figura 13 - Planta Geral da Cidade de Belém (c. 1640)	75
Figura 14 – Material construtivo da Igreja de São Francisco Xavier	81
Figura 15 - “Forma Collegii Paraensis”	83
Figura 16 – Plano Geral das escavações no Palácio Episcopal	87
Figura 17 - Nave da Igreja de São Francisco Xavier	89
Figura 18 - Púlpito e capelas laterais em talha.....	89
Figura 19 - Retábulo e Arcaz da Sacristia	91
Figura 20 - Planta baixa do pavimento térreo do Museu de Arte Sacra	92
Figura 21 - Distribuição social no espaço das igrejas do século XVIII.....	93
Figura 22 – Planta da Igreja de São Francisco Xavier, século XVIII.....	94
Figura 23 - Fachada da Igreja de São Francisco Xavier, século XVIII	96
Figura 24 – Altar-mor da Igreja de São Francisco Xavier.....	97
Figura 25 – Capela doméstica.....	100
Figura 26 - Pátio do Colégio de Santo Alexandre.	101
Figura 27 - Fachada do complexo arquitetônico jesuítico	107
Figura 28 -“Planta Geometrica da Cidade de Belém do Gram Pará” (1753).	108
Figura 29 - "Prospecto da Cidade de Bellem, do Estado do Gran Para", (1756).....	109
Figura 30 - Prancha com planta baixa da "Caza de Armas”	114

LISTA DE ABREVIações

ABN - Anais da Biblioteca Nacional

AHU - Arquivo Histórico Ultramarino

ARSI - Arquivo Romanum Societatis Iesu

FUMBEL - Fundação Cultural do Município de Belém

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SECULT - Secretaria Executiva de Cultura do Estado

SIM - Sistema Integrado de Museus e Memoriais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
I. CAPITALISMO, ARQUITETURA, PAISAGEM E PODER: REFLEXÕES A PARTIR DA ARQUEOLOGIA HISTÓRICA	17
1. Arqueologia Histórica e a expansão do capitalismo.....	17
2. Arqueologia da arquitetura: superartefato e paisagem.....	23
3. Arqueologia histórica na Amazônia: panorama das pesquisas.....	30
II. FELIZ LUSITÂNIA: SOBREPOSIÇÕES DE PAISAGENS NO CENTRO HISTÓRICO DE BELÉM	35
1. Contexto histórico da cidade.....	35
1.1. As primeiras ocupações.....	36
1.2. Formação urbana de Belém	39
2. Feliz Lusitânia: História e Memória da Cidade	46
2.1. O “Indigitado estrepício”: “Velho, mas não histórico”!	52
III. O “MELHOR SÍTIO DA TERRA”: ARQUITETURA E PAISAGEM NA BELÉM DO GRÃO-PARÁ ..	60
1. A Companhia de Jesus na América Portuguesa.....	60
2. A quadra e o espírito: a arquitetura jesuíta no Brasil	64
3. “O melhor sítio da terra”: cronologia do Colégio e Igreja dos jesuítas	70
3.1. “Para a banda do mato”: a primeira etapa	72
3.2. “Na vista do mar”: a segunda etapa.....	77
3.3. “Perfeição dos retábulos e púlpitos”: a terceira etapa	88
5. Paisagem de Poder: O Colégio na Cidade.....	101
6. “O sagrado sem culto”: período pós-expulsão.....	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
Referências	118

INTRODUÇÃO

Em 1653, os oficiais da Câmara de Belém queixaram-se ao Conselho Ultramarino em virtude da construção da igreja dos padres da Companhia de Jesus nas proximidades da fortaleza da cidade. A reclamação pautava-se no argumento de que o prédio representava perigo à linha de tiro da artilharia do forte e, portanto, à defesa da capital da capitania do Grão-Pará (AHU [Avulsos do Pará], cx.02, doc. 104; AHU [Avulsos do Pará], cx. 02, doc. 94). Depois do trâmite de ofícios e pareceres entre os reclamantes e os gabinetes metropolitanos, decidiu a rainha D. Luisa de Gusmão que os padres poderiam continuar com as obras da edificação (Moraes 1860[1759]).

Localizado no centro administrativo de Belém, esse não foi o primeiro terreno ocupado pelos jesuítas. Ao chegarem à cidade, os inicianos receberam em doação um lote em área mais afastada. Todavia, insistiram em mudar-se para o espaço em que ainda hoje se localiza o Complexo Arquitetônico de Santo Alexandre, enfrentando os questionamentos e oposições de parte expressiva dos moradores. Com o fim da questão e a retomada das construções, a edificação tornou-se uma das mais marcantes na paisagem local, sendo a maior durante certo tempo.

Esse breve relato da trajetória dos jesuítas serve para introduzir as questões que interessam a esta pesquisa. A persistência dos padres em assentarem-se no núcleo político da cidade, bem como o rechaço dos membros da Câmara, suscitam possibilidades de análise acerca da constituição da paisagem urbana de Belém no período colonial. No que diz respeito particularmente ao seu bairro mais antigo – na época chamado de ‘Cidade’ (Bettendorff 1990[1698]: 74) – observa-se a localização das instituições de maior representatividade política de então; assim, era o lugar onde concentrava-se o poder, seja o religioso, o político ou militar. Essas instâncias estavam corporificadas em seus prédios-sede: da Igreja Matriz - depois Sé –, a Casa de Câmara, o Palácio do Governo e a primeira fortificação, o Forte do Presépio.

O Complexo Jesuítico mantinha diálogo simbólico com esses edifícios e, através de sua arquitetura, impunha-se enquanto força política dentro da cidade, tanto quanto as outras construções lá existentes. Sendo assim, meu interesse neste trabalho é perscrutar a paisagem urbana de Belém, tendo em vista a edificação dos padres da Companhia de Jesus.

Pretendo efetuar a leitura desses edifícios, com base no que se discute na *arqueologia da arquitetura* (Orser Junior 1992; Kamp 1993; Steadman 1996; Borrazás *et al.* 2002; Drennan 2010; Zarankin 2001). Mesmo incidindo a pesquisa na edificação dos padres inacianos, procuro relacioná-la com outros elementos da paisagem local.

Tais edificações localizam-se no Centro Histórico da cidade, e são construções presentes na trajetória de Belém. Nesse sentido, também é meu interesse na dissertação evidenciar as apropriações contemporâneas desse espaço, efetuadas a partir da constituição do Projeto Feliz Lusitânia, encabeçado pelo governo do estado do Pará. Tal projeto objetivou revitalizar a parte mais antiga de Belém, ensejando um discurso de poder na reconfiguração da paisagem. Trata-se, desse modo, de efetuar a reconstituição das sobreposições de *paisagens* nessa área.

A arqueologia fornece instrumental pertinente para análises desse tipo. Primeiro, pelo período histórico a ser pesquisado: a época colonial, momento plural no qual a América é inserida no processo de globalização e do mercantilismo europeu, com implicações em longa duração no mundo contemporâneo (Orser Junior 1992; Lima 2002a); assim, as abordagens efetuadas pela arqueologia histórica são profícuas. Além disso, a arquitetura pode ser lida como discurso material (Orser Junior 1992; Zarankin 2001, 2005, 2008), associando-a com a construção das paisagens no mundo moderno, o que favorece o entendimento das formas de dominação e constituição do poder (Zarankin 2001, 2005). Acrescentamos a essa perspectiva a possibilidade de interpretar a configuração urbana de uma cidade colonial, abordagem efetuada em grande parte por arquitetos historiadores (Delson 1976; Santos 1981, 2001; Araujo 1998). Igareta (2010), ao tratar do urbanismo hispânico na Argentina colonial, afirma a importância de pesquisas em arqueologia histórica nessas cidades, tendo em vista o potencial da cultura material para a explicação dos processos nelas ocorridos. Entendemos que, no que diz respeito às cidades amazônicas, essa é uma possibilidade viável. Por ora, Belém é o caso que nos interessa.

A pesquisa da dissertação pautou-se na documentação relativa ao período colonial e ao Projeto Feliz Lusitânia. Efetuei a análise dos discursos impressos nessas fontes, no que diz respeito às intenções dos agentes em questão na conformação da paisagem de poder da parte mais antiga de Belém. Assim, a ênfase do trabalho recai na tentativa de organização e controle do espaço por grupos ideologicamente dominantes, tendo em vista a arquitetura.

Para isso, utilizei-me das crônicas de dois padres jesuítas, Bettendorff (1990[1698]) e Moraes (1860[1759]), no intuito de verificar dentro desse discurso oficial da Ordem de Santo Inácio as concepções relativas à paisagem e à construção e uso do Colégio e Igreja; ainda sobre a documentação histórica, analisei outros autores contemporâneos ao período de utilização da construção pelos jesuítas, além de cartas e ofícios presentes no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Anais da Biblioteca Nacional (ABN), Archivo Romano Societatis Iesu (ARSI) e no “Catálogo do Colégio de Santo Alexandre”, este último publicado por Martins (2009, v. II).¹ Além disso, analisei imagens de Belém no período colonial, para verificar a disposição espacial da cidade e a localização da edificação em questão nesse contexto; por outro lado, as fontes escritas propiciaram a observação dos usos e disposições dos ambientes internos do Colégio.

Para análise do Projeto Feliz Lusitânia, debruçei-me nos discursos noticiados na imprensa escrita e nos documentos que circularam nas instâncias de gerenciamento do patrimônio histórico, particularmente a do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), além dos textos divulgados pelo governo do estado relativos ao aludido projeto.

A dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro debato questões teóricas concernentes à pesquisa, apresentando conceitos utilizados de arqueologia da arquitetura, paisagem, ideologia e poder, além de fazer um breve panorama da arqueologia histórica na Amazônia brasileira. No capítulo seguinte, faço histórico da ocupação de Belém, tendo em vista as conformações diferenciadas de sua paisagem nos bairros da Campina e Cidade – hoje Cidade Velha; soma-se a isso o debate sobre o Projeto Feliz Lusitânia e as intervenções no Centro Histórico. Por fim, no terceiro capítulo, debato a inserção do Colégio e Igreja dos Jesuítas em Belém, enfatizando a forma como a arquitetura do prédio contribui para uma das conformações da paisagem de poder no período colonial, dotando-a juntamente com as outras edificações, de uma referência na percepção da urbe.

¹ Nas transcrições diretas desses documentos optei por utilizar a grafia original.

I. CAPITALISMO, ARQUITETURA, PAISAGEM E PODER: REFLEXÕES A PARTIR DA ARQUEOLOGIA HISTÓRICA²

Neste capítulo, apresento um panorama do debate sobre arqueologia histórica enquanto disciplina centrada no estudo do capitalismo. A discussão efetuada direciona-se aos objetivos desta pesquisa, buscando colocar em evidência as reflexões pertinentes a esse tipo de investigação, com foco nos interesses que lhes são próprios.

Assim, o trabalho que se segue apresenta primeiro, algumas considerações sobre a arqueologia histórica enquanto disciplina, com ênfase em uma das suas possibilidades teóricas – arqueologia do capitalismo – e das fontes de informação por ela utilizadas; em seguida apresento a discussão que coloca a arquitetura como artefato passível de análise pelo arqueólogo e por fim, faço uma explanação da arqueologia praticada na Amazônia com o rótulo de histórica.

1. Arqueologia Histórica e a expansão do capitalismo

Mesmo sendo praticada desde o fim do século XIX, somente em meados de 1960 a arqueologia histórica passou a ter status formal dentro do campo maior da arqueologia, havendo desde então um intenso debate sobre sua definição, possibilidades e limites (Deagan 2008[1982]; Costa 2010). Essencialmente, essa é uma preocupação discutida na América, com início no norte desse continente (Costa 2010), e envolve, desde suas origens, questões identitárias refletidas na perspectiva científica que a enseja: o estabelecimento de diferenças entre os período “pré-histórico” e histórico dentro da arqueologia foi equivalente à oposição já corrente entre os passados indígena – o outro – e europeu no novo mundo (Funari *et al.* 1999; Funari 2001). Esse posicionamento, por certo, implicou no condicionamento das pesquisas que dele se apropriaram, e os seus posteriores questionamentos, bem como as novas tentativas de definições, geraram a crise de

² A primeira versão deste capítulo foi apresentada no *Simpósio Antropologia em Foco II*, na Universidade Federal do Pará (2012).

identidade nascida junto com a formalização da disciplina, como aponta Deagan (2008[1982]).

Os interesses da arqueologia histórica em seu período de surgimento, portanto, estavam voltados para as sociedades letradas (Funari *et al.* 1999; Gaimster e Majewski 2009), com ênfase em sítios “de importância histórica antes que em sítios de relevância cultural” (Deagan 2008[1982]: 64). Segundo Funari e colaboradores (1999), a tradição de estudo arqueológico em sociedades com escrita surgiu na Europa, a partir de pesquisas sobre a trajetória da “civilização” deste continente, o que abarca tempos bíblicos, o mundo grego e romano, além do medieval; ainda de acordo com esses autores, na China e em partes da África, bem como nos países europeus, mesmo havendo dedicação a investigações de povos com registro escrito, a denominação ‘arqueologia histórica’ não é utilizada e os rótulos das pesquisas são baseados em civilizações ou períodos pesquisados.

Vê-se então que o termo tem origem americana (Funari 2007), implicando na concepção de *história* enquanto o período da experiência humana com registro escrito. Entenda-se com isso que a presença europeia no continente americano implicava, segundo essa concepção, no ponto de partida da história do novo mundo; portanto, as sociedades sem escrita – sem história – faziam parte de outro estágio da evolução humana, no qual os pré-historiadores tem seu campo de pesquisa. Para Deagan (2008[1982]: 65-66), a orientação antropológica norte-americana subsidiou essa divisão, na medida em que tinha como área de interesse os povos nativos do continente e via a chegada europeia como marco temporal para a formação de “uma divisão natural entre os temas de estudo”. Funari (2007; cf. também Funari *et al.* 1999) acrescenta uma consequência imediata desta perspectiva: sua associação com dicotomias mito/história, barbárie/civilização, primitivo/avançado. Sendo assim, para além da orientação advinda da antropologia, devem-se considerar os aspectos ligados ao poder e identidade na construção da perspectiva binária da arqueologia histórica nas décadas iniciais de sua consolidação (Funari *et al.* 1999; Funari 2007).

Na década de 1970, segundo Symanski (2009), Schuyler propôs que a arqueologia histórica fosse pensada como *do* capitalismo, no sentido da expansão europeia pelo mundo; Symanski (2009) também afirma que essa perspectiva foi seguida por Deetz (1991, 1996[1977]) e Orser Jr (1992), como demonstrarei em suas definições a seguir. Deetz (1996[1977]: 5) se

utiliza da “popular definição” para a arqueologia histórica: “a expansão das culturas europeias pelo mundo desde o século XV e seu impacto e interação com as culturas dos povos indígenas”. Já Orser Jr (1992: 23) afirma que a disciplina consiste no “[...] estudo arqueológico dos aspectos materiais, em termos históricos, culturais e sociais concretos, dos efeitos do mercantilismo e do capitalismo que foi trazido da Europa em fins do século XV e que continua em ação ainda hoje”. Sendo a expansão do mercantilismo um fenômeno mundial, como acentuam os autores anteriormente citados, o arqueólogo necessita, nessa perspectiva, de um olhar que vise à escala global, sem desconsiderar as particularidades de seus objetos de estudo (Deagan 1991; Deetz 1991, 1996[1977]; Orser Jr 1992; Falk 1993). Nesse movimento internacional, o contato entre diferentes povos gerou hierarquizações típicas do capitalismo, mesmo que em sua forma nascente. Daí ser possível uma abordagem comparativa (Deetz 1991, 1996[1977]).

Esse direcionamento teórico possui visão universalista e argumenta, como depreende-se das definições apresentadas acima, que a expansão capitalista – europeia – pelo mundo criou formas de organização político-econômicas semelhantes (Funari *et al.* 1999; Funari 2007). A opção pelo capitalismo como foco da arqueologia histórica, parece-me, está inserida na crise de identidade apontada por Deagan (2008[1982]), incluindo os questionamentos sobre a sua filiação entre a história ou antropologia e, conseqüentemente, “se a arqueologia histórica era histórica e particularizante, ou antropológica e generalizante em alcance” (Deagan 2008[1982]: 68). De acordo com Lima (2002b), a ampliação de questões na arqueologia histórica é a tentativa de romper com tais compartimentações acadêmicas e, portanto, com a vinculação com uma ou outra disciplina materna.³ Assim, o interesse era tanto firmar o subcampo, quanto lançar olhar mais amplo sobre o fenômeno de escala mundial ocorrido a partir do século XV. Todavia, a grande aceitação dessa perspectiva não a exime de críticas.

O primeiro questionamento parte da naturalização do sistema capitalista que essa perspectiva da arqueologia histórica enseja (Johnson 1992; Lima 2002b; Funari 2007). Lima (2002b) argumenta que são preocupantes os encaminhamentos de propostas globalizantes, particularmente por parte dos pesquisadores norte-americanos, na medida em que acabam

³ Lima (2002b) afirma isso com base nos trabalhos de Orser Jr., que propõe o estudo de “questões como colonialismo, imperialismo, industrialização, luta de classes e formação social, de modo a integrá-la ao patamar mais amplo das ciências sociais” (Lima 2002b: 15).

por legitimizar o sistema vigente na maior parte do mundo, fazendo-nos pensá-lo como inexorável. Acrescenta-se que isso pode levar a pesquisa à minoração da heterogeneidade e da capacidade de ação dos diversos grupos (Funari 2007). Mais uma vez, destaca-se os aspectos políticos e ideológicos que subjazem a essa divisão da história da humanidade. Ainda segundo Lima (2002b: 16), essa perspectiva, ao partir dos Estados Unidos e no mesmo passo da “onda neo-liberal globalizante”, põem em evidência o seu comprometimento com a manutenção da ordem social ensejada pelo capitalismo e, destaca-se, da hegemonia norte-americana. A crítica de Lima (2002b) é bem relevante se pensarmos o quanto os moldes atuais da arqueologia histórica são oriundos da América do Norte (Costa 2010). Por outro lado, Johnson (1992) argumenta que a arqueologia influenciada pelo marxismo tende a analisar o capitalismo pelo prisma da irreversibilidade, fora do controle dos agentes históricos e subordinado apenas a um grupo.

Lima (2002a, 2002b), contudo, não desconsidera a potencialidade da arqueologia do capitalismo. Para ela, deve-se, isso sim, estabelecer críticas a essa forma de exploração, seja no seu nascedouro ou na contemporaneidade (Lima 2002b). Assim, a atuação da arqueologia histórica nos primórdios do fenômeno da expansão global do capitalismo permite a observação da lógica deste sistema nas esferas da intimidade e afetividade, nas pequenas ações diárias. Através da cultura material pode-se ter acesso tanto aos meios de gestão do capitalismo, sua estruturação e “forças diretoras que atuaram para que ele assumisse a forma atual” (Lima 2002a: 118). Essa postura teórica, portanto, busca analisar os meios de dominação e a arqueologia pode fornecer instrumentos de conscientização dos aspectos ideológicos do mundo globalizado (Lima 2002a). Pensar criticamente o capitalismo e *sua* arqueologia torna-se, desse modo, primordial para os arqueólogos das nações não dominantes (Lima 2002b).

Funari (2007) apresenta outros questionamentos à arqueologia do capitalismo. Para este autor, conceitos como “colonialismo, dominação e resistência, e comoditização do mundo material” (Funari 2007: 54), associados com a expansão do capitalismo, não são exclusivos deste modo de produção, já que ocorreram em outras sociedades e em tempos diferentes. Ao lado disso, “a civilização ‘capitalista’, exportada pelos europeus, não foi capaz de reduzir todas as relações sociais, em todas as partes do mundo, a relações econômicas” (Funari

2007: 55). Desse modo, a divisão entre tempos capitalista e pré-capitalista (cada um com suas arqueologias próprias), além de ser artificial, provoca a simplificação das sociedades investigadas. Logo, apesar da inovação propiciada por abordagens pautadas no colonialismo e avanço do capitalismo, incorre-se no risco de negligenciar-se as sociedades não-europeias, na medida em que a representação da história seja pensada com “face única” (Funari 2007: 53).

Este último ponto liga-se, inevitavelmente, à associação da arqueologia histórica com sociedades com domínio da escrita. Como mostrei no início desse texto, a formalização da arqueologia histórica teve como uma premissa seu direcionamento ao estudo de sociedades letradas (Funari *et al.* 1999; Gaimster e Majewski 2009). Associa-se, então, *história* com tecnologia da *escrita*, necessariamente a ocidental; tal perspectiva permaneceu, inclusive, nos partidários da arqueologia do capitalismo. Deetz (1996[1977]: 5), em sua obra de referência da arqueologia estruturalista publicada originalmente em 1977, declara que a “arqueologia histórica estuda os remanescentes culturais de sociedades letradas que foram capazes de registrar suas próprias histórias”. Orser Jr (1992) associa a vida mercantil e capitalista – definidores da arqueologia histórica – à alfabetização. De modo geral, mas com questionamentos (Lima 2002b), essa associação é apresentada pelos arqueólogos que formaram o pensamento neste subcampo e insere-se na crise apontada por Deagan (2008[1982]), primeiro por apresentar o risco de a arqueologia histórica ser vista como auxiliar da história, mera fornecedora de exemplos concretos dos documentos escritos (Funari 1997, 2007; Lima 2002b; Deagan 2008[1982]; Costa 2010). Um segundo problema decorre da ênfase na escrita, posto que na Europa, nos lugares colonizados pelos seus países e mesmo contemporaneamente, nem todos os grupos tiveram a possibilidade de registrar sua história pela via escrita (Funari 2007; Costa 2010). Por fim, Lima (2002b) acrescenta que há certa tensão teórico-metodológica decorrente do valor dado ao registro documental em detrimento do material, ou o inverso.

A natureza do trabalho arqueológico, por certo, volta-se ao estudo do comportamento e ideias humanas a partir dos seus remanescentes materiais (Trigger 2004). O uso de documentos escritos – eles mesmos exemplos de cultura material – pode fornecer informações relevantes para arqueologia, não apenas a ‘histórica’, basta lembrarmos os usos

de cronistas coloniais pelos pesquisadores da América pré-colombiana (Barreto e Machado 2001; Navarrete 2006). No que diz respeito à arqueologia histórica, pode-se chegar às informações antes desconsideradas sobre o passado. Tratando essa disciplina de um período também estudado por outros pesquisadores (Deagan 2008[1982]) e amplamente documentado pelas fontes escritas, o arqueólogo tem como ofício não apenas confirmar o que está posto. O estudo da cultura material, mesmo que associada aos documentos textuais e iconográficos, permite abordagem que alcance outra dimensão de informações, chegando inclusive ao conhecimento de grupos e contextos não registradas por outros meios (Deetz 1991, 1996[1977]; Orser Jr 1992; Lima 1993). Lima (2002b) afirma que na cultura material as pessoas discorrem inconscientemente sobre si mesmas, sendo por isso os artefatos a dimensão concreta das relações sociais (Lima 2011). Segundo Deagan (1991: 102), a arqueologia histórica proporciona a “articulação e integração multidisciplinar de evidências da cultura material, dos mundos natural, intelectual e social, tanto no presente quanto no passado”. Sendo assim, os arqueólogos podem buscar conhecimentos que outras disciplinas não alcançariam.

Neste sentido, ao confrontarmos a cultura material com o registro escrito podemos chegar à vida cotidiana, ou, nas palavras de Lima (1993: 230), “aos domínios cognitivos do comportamento cultural”. Esta perspectiva singular permite o encontro dos agentes sociais inferiorizados, dos nativos “descobertos” na expansão do mercantilismo, ou ainda dos que sofreram com as diásporas condicionadas pelas necessidades mercantis. Sendo assim, os artefatos têm potencial explicativo único, e a arqueologia enquanto ciência social possui instrumental para gerar dados a partir deles. Com seu “poder de suporte de informação” a cultura material estabelece com o sujeito “independência e relação sensorial” (Costa 2010: 12), ou em outras palavras, há relação ativa entre as sociedades e os objetos (Beaudry *et al.* 2007; Lima 2011).

Se há tensão provocada por alguns arqueólogos sobre a posição em que os documentos escritos devem ter nas pesquisas em arqueologia histórica, é necessário ter equilíbrio no trato com essas fontes, no sentido de vê-las “como testemunhos independentes, a serem analisados criticamente e confrontados” (Lima 2002b: 12). Beaudry e colaboradores (2007) acrescentam que os documentos textuais são equivalentes, na arqueologia histórica, ao uso

da informação etnográfica pelos ‘pré-historiadores’, além de ser essencial para reconstrução do contexto no qual os objetos foram produzidos e utilizados. Sobre esta questão teórico-metodológica, acrescenta-se que

[g]rande parte do fascínio e da magia da arqueologia histórica [...] reside justamente nas múltiplas possibilidades que os registros arqueológicos apresentam de complementar, confirmar, mas sobretudo de contradizer os registros documentais e, ao fazê-lo, gerar um terceiro nível de informação, nem propriamente arqueológica, nem propriamente histórica, mas profundamente fecundo (Lima 2002b: 12).

Neste trabalho, adoto a perspectiva de arqueologia histórica como *do* capitalismo, tendo em consideração as críticas pertinentes que foram evidenciadas anteriormente.⁴ Nesse sentido, vejo pertinência na assertiva de Costa (2010: 30-31), para quem a “arqueologia histórica pode ser definida como uma ciência que, a partir da cultura material, trabalha a formação de grupos sociais contemporâneos, que possuem ou não outras formas de registro histórico”. Assim, tendo em vista as contribuições que esse subcampo busca em outras áreas (Deagan 2008[1982]), é também relevante destacar a necessária aproximação da arqueologia histórica com a antropologia e com a história, particularmente no trabalho que desenvolvo. Da primeira ciência pode-se conceber a capacidade de reconstruir modos de vida, tendo em conta a alimentação, vida cotidiana, arquitetura, cosmovisões; da segunda disciplina pode-se entender a condição humana, mas com vistas a não somente confirmar ou suplementar o registro material, mas confrontá-lo (Costa 2010).

Isto posto, na seção seguinte apresentarei como a arqueologia histórica debate a arquitetura como artefato passível de análise, tendo em vista suas especificidades.

2. Arqueologia da arquitetura: superartefato e paisagem

A arqueologia da arquitetura não consiste em um novo subcampo da ciência arqueológica. Antes disso, ela é um conjunto metodológico utilizado em diversos contextos temporais e espaciais (Steadman 1996; Copé 2006; Drennan 2010), com a percepção de que os espaços construídos podem oferecer informações relevantes sobre as sociedades que o habitavam.

⁴ Há do ponto de vista teórico, outras possibilidades de se fazer arqueologia histórica. Para debate maior cf. Lima (2002b), Costa (2010) e Deagan (2008[1982]).

Nesta seção apresento o debate acerca do uso de prédios na arqueologia histórica, tendo em vista conceitos como superartefato, paisagem, poder e ideologia.

Tilley (1999: 76), ao debater cultura material e metáforas, argumenta que “coisas criam pessoas tal como pessoas as criam”, acrescentando que os objetos são ativos e “dialeticamente relacionados às suas condições sociais de existência”. Em se tratando do estudo da arquitetura, a perspectiva apontada por Tilley é pertinente. Um dos autores a tratar da temática atualmente, afirma o seguinte:

Os edifícios são objetos sociais. Como tais, estão carregados de valores e sentidos particulares. As construções não são um reflexo passivo da sociedade. Pelo contrário, participam ativamente na formação de pessoas. Esta construção de subjetividades se encontra estreitamente associada ao fato de que a arquitetura denota uma ideologia, e possui a particularidade de fazê-la real ao transformá-la em uma estrutura material (Zarankin 2008:326).

A perspectiva apontada por Zarankin (2008) possui os elementos essenciais das abordagens contemporâneas em arqueologia da arquitetura. No processo de desenvolvimento do pensamento arqueológico, os estudos dos vestígios arquitetônicos fazem parte dos novos campos de investigação suscitados pelas revisões teórico-metodológicas desta ciência (Zarankin 2001; Borrazás *et al.* 2002; Drennan 2010). Todavia, por ser uma via recente dentro do campo geral da arqueologia, as investigações dos vestígios arquitetônicos carecem de um corpo teórico metodológico formalizado (Borrazás *et al.* 2002), caracterizando-se pela heterogeneidade nas afiliações teóricas (Zarankin 2001). Quando a influência deriva do funcionalismo, tende-se a pensar as edificações como resposta racional e imediata às necessidades de proteção ao meio ambiente (Zarankin 2001). Por outro lado, pela via pós-processual, os sentidos simbólicos e sociais são postos em evidencia, tendo em vista a relação das construções com o meio circundante (Steadman 1996; Borrazás *et al.* 2002; Drennan 2010).

De todo modo, as investigações conduzidas sob este rótulo pluralizam as possibilidades de entendimento do passado e das relações existentes entre as sociedades humanas e o espaço construído (Steadman 1996; Borrazás *et al.* 2002; Zarankin 2001). Conceitualmente, a arqueologia da arquitetura é entendida como o estudo da arquitetura pela perspectiva da arqueologia (Steadman 1996). Assim, os edifícios são pensados em sua complexidade:

componentes ativos do meio social, estruturadores da cultura e por ela estruturados (Kamp 1993). Em outras palavras,

[...] se entende por Arquitetura a manipulação antrópica de um dado espaço mediante técnicas construtivas que variam ao longo do tempo atendendo a fatores sociais, culturais e econômicos. A arquitetura estaria relacionada tanto com seu entorno físico como com a sociedade que a gera, sendo sua forma concreta fruto de uma ideia ou percepção compartilhada pela coletividade de indivíduos de uma sociedade e portanto compreensível dentro dela, diretamente relacionada com os códigos de uso e concepção do espaço e com os esquemas de pensamento desta sociedade (Borrazás *et al.* 2002:14).

Em artigo que debate a literatura especializada em arqueologia da arquitetura, Steadman (1996) reconhece que os estágios iniciais das pesquisas em análises espaciais (*spatial analysis*) foram vitais para o entendimento dos sentidos empregados na arquitetura. Para esta autora, centrada no estudo das unidades domésticas *pré-históricas*,⁵ as análises espaciais em arqueologia preocupam-se tanto com os objetos (artefatos, ecofatos, etc.), quanto com a distribuição espacial no interior da construção e a posição desta no assentamento em que se localiza. Tem-se com isso a noção de que os edifícios são parte do meio em que se inserem e não podem ser consideradas isoladamente (Kamp 1993).

As análises espaciais vinculam-se com os conceitos desenvolvidos na arqueologia da paisagem e, segundo Borrazás e colaboradores (2002), tem servido para o próprio desenvolvimento da arqueologia da arquitetura, tornando suas apreciações mais complexas, bem como superando as limitações da perspectiva funcionalista. Acrescenta-se que, no campo da arqueologia pré-histórica – ou pré-colonial, quando é o caso – os estudos das unidades domésticas foram os responsáveis pelo avanço na leitura arqueológica da arquitetura. Ao reduzirem a escala de observação, partindo do interesse pelos grandes monumentos para as residências (*domestic space, household*), os arqueólogos buscavam entender o cotidiano, assim como a organização simbólica do espaço e a apropriação humana dos elementos da topografia; em outras palavras, a constituição da paisagem cultural (Kamp 1993; Steadman 1996; Copé 2006; Drennan 2010).

⁵ Observa-se que a expressão ‘pré-coloniais’ é empregada em grande medida pelos pesquisadores que têm o continente americano como locus de trabalho, enquanto que os estudiosos atuantes na Europa e no Oriente utilizam-se ainda o termo ‘pré-histórico’. Cf. primeira seção deste capítulo.

Para o período histórico na América e na perspectiva do estudo do avanço do capitalismo, a arqueologia da arquitetura tem demonstrado boas possibilidades de entendimento das relações de poder e formas de dominação do sistema capitalista, tendo como consequência à formação do mundo moderno (Orser Jr 1992; Zarankin 2001, 2005, 2008). De acordo com Zarankin (2001: 44), o advento da sociedade capitalista promoveu a “‘arquitetonização’ da paisagem humana”, na medida em que as atividades cotidianas passaram a ser desenvolvidas nos espaços construídos ou deles dependessem. Ainda segundo este arqueólogo, esta mudança no modo de produção vincula-se também ao crescimento das cidades e a consequente percepção dos detentores do poder da necessidade de controlar o espaço e as pessoas que nele circulam.

Trabalhos de referência com esse aporte foram desenvolvidos nos Estados Unidos, tendo como norte conceitos como ideologia e poder. Leone (1989) debruçou-se na função ideológica do Jardim de William Paca, em Anápolis, argumentando pela organização do espaço como símbolo das relações de poder da sociedade local. A perspectiva marxista de Leone enfatiza que a elite daquela cidade naturalizava e legitimava seu poder nas representações do jardim, impondo, desse modo, sua ideologia. Seguindo essa linha de investigação, Leone e Hurry (1998) comparam Anápolis, Saint Marys e Baltimore, três importantes núcleos urbanos do estado de Maryland, afirmando a hierarquia presentes em seus planejamento e construção, o que reflete tanto o status dos grupos dominantes locais, como a autoridade governamental; entendidos pelos autores como grandes artefatos (*very large artifacts*), essas cidades foram planificados com base na perspectiva barroca e, depois, panóptica de poder, mudados de acordo com os momentos políticos: no primeiro caso, o modelo barroco objetiva direcionar os olhares dos habitantes na urbe, com um desenho urbano que demonstra simetria e ordem, além do poder central monárquico; no segundo modelo, há referências à república, e a cidade é organizada com base na demonstração de que o poder se dissipa a partir do estado. O conceito de ideologia, nesses pesquisadores, é impregnado pela perspectiva althusseriana, que a entende como localizada nos grupos dominantes, em detrimento dos dominados (Beaudry *et al.* 2007).⁶

⁶ Para outros exemplos na Europa cf. Orser Jr. (2006) e Johnson (1992).

Em escalas menores a observação dos aspectos construtivos é associada aos indicativos das mudanças de mentalidade, em um esforço de alcance dos níveis cognitivos da sociedade estudada (Deagan 2008[1982]). Exemplo disto é o trabalho de Deetz (1996[1977]), que analisou as modificações na arquitetura das casas dos colonos ingleses que se estabeleceram na Nova Inglaterra, observando que o estilo vernacular foi se estabelecendo de forma definitiva com o passar do tempo, mas ainda com certa influência dos modelos acadêmicos trazidos da Grã-Bretanha. Ao passo disto, a organização interna dos espaços domésticos foi se modificando, criando sua individualização e hierarquização.

Na América Latina, as pesquisas de Zarankin (1999, 2001, 2005, 2008) têm explorado as possibilidades de investigação com base na arqueologia da arquitetura no período histórico. A primeira diz respeito às mudanças nas casas da burguesia argentina, associada com a consolidação do sistema capitalista (Zarankin 1999); a segunda centra-se na constituição da arquitetura das escolas de Buenos Aires, tendo em vista a forma como estes edifícios favoreciam o controle dos corpos das crianças, no intuito de transformá-las em cidadãos produtivos e obedientes (Zarankin 2001, 2005). Um singular exemplo vem da análise da arquitetura dos bancos de Buenos Aires, nos quais o autor observa a variação arquitetônica acompanhando as mudanças na relação entre o sistema financeiro e seus usuários, o que implica na necessidade ideológica de autoconservação pelo capitalismo (Zarankin 2008).

No Brasil, de forma geral, o interesse da arqueologia histórica pelas edificações já esteve vinculado tão somente ao estudo da arquitetura colonial, por um viés conservacionista patrocinado pelas esferas patrimoniais da primeira metade do século XX. Como observa Lima (1993: 226), “[u]ma acentuada atração por exemplares da arquitetura colonial determinou por um considerável intervalo de tempo os rumos da arqueologia histórica no Brasil que se voltou para a investigação de igrejas, conventos, missões, fortificações, solares, etc.” Conforme Lima (1993), essa abordagem descritiva – arqueográfica – empobreceu o valor científico da arqueologia, ao passo que o marginalizou. Recentemente as abordagens que tem o conceito de paisagem como referência tem garantido novo fôlego à arqueologia histórica (Symanski 2009) e parte dessas pesquisas se beneficiam de um olhar mais acurado sobre a potencialidade explicativa do registro arquitetônico.

Najjar (2011), ao analisar exemplares de igrejas jesuíticas, afirma que tais prédios devem ser pensados enquanto superartefatos, tendo em vista as suas complexidades arquitetônicas, sem restringir-se a uma parte deles, e com vistas às relações com o seu território e a sua contextualização do espaço social. Neste sentido, investigar prédios localizados em centros urbanos requer atenção aos conceitos da arqueologia da paisagem associados com a arqueologia da arquitetura, como mencionamos anteriormente, posto que estas construções integrem os elementos urbanos em que estão inseridas. Ainda sob o conceito de superartefato, Najjar e colaboradores (2007) investigaram o Passeio Público da cidade do Rio de Janeiro, no intuito de verificar como este jardim constituiu a paisagem local ao longo de períodos diferenciados, incluindo as apropriações do espaço pela sociedade carioca.

Lima (1994) fornece outra possibilidade de estudos da paisagem ao investigar as representações da morte em cemitérios da capital carioca utilizados na passagem do período do império escravista para o republicano. Segundo a autora, as 2.550 lápides seriadas na pesquisa reproduzem simbolicamente as relações sociais desse momento de transição para a ordem capitalista no Brasil. Assim, as alegorias mortuárias evoluíram dos elementos como morcegos e caveiras, alusivos à percepção da morte no Império, às esculturas mais trabalhadas, com motivos eróticos e indicação de movimento, já no auge da consolidação da República. Para Lima (1994), as paisagens dos cemitérios cariocas do século XIX e início do XX demonstram tanto a implantação, quanto a consolidação dos valores burgueses no país.

Como se observa nos trabalhos acima citados, paisagem e arquitetura nos diversos contextos de formação e consolidação do capitalismo são constituições projetadas com vieses ideológicos, particularmente por parte dos grupos dominantes. Outras perspectivas, todavia, indicam leituras mais amplas, que transcendem ao modelo planejado. Souza (1995) ao estudar uma fortificação colonial de Laguna (Santa Catarina) verifica que as projeções de poder da monarquia portuguesa não condiziam, necessariamente, com as atribuições construídas pelos moradores e soldados que tinham o forte como elemento de sua paisagem. Argumenta o autor que estes agentes, a partir da cultura local, elaboraram um espaço de sociabilidade no prédio militar, contradizendo os valores advindos da metrópole. Em perspectiva semelhante, Symanski (2007) ampliou os horizontes dos estudos de

paisagem ao propor análise que vai além das estruturas arquitetônicas e o meio circundante e leve em consideração os artefatos escavados. A proposição de Symanski (2007) parte de sua investigação arqueológica em engenhos mato-grossenses dos séculos XVIII e XIX, onde observou que os objetos religiosos de origem africana são indicativos das reapropriações dos espaços dos engenhos. Constituíam-se, assim, táticas escravas que transcendiam o controle dos senhores, inclusive no que tange ao mundo idealizado por eles e corporificado na organização espacial das suas unidades de produção e moradia.

As investigações a partir da arqueologia da arquitetura, portanto, permitem múltiplas possibilidades para o período histórico. Trata-se de buscar entender as sociedades através da leitura de seus espaços construídos, tendo com ponto de partida os conceitos trabalhados nos estudos de cultura material, além de outras categorias explicativas oriundas das diversas disciplinas das ciências sociais. Desse ponto de vista, para pensar a pesquisa acerca da edificação jesuítica em Belém adoto as referências teóricas – adicionais ao conceito de arqueologia do capitalismo – que problematizam superartefatos, paisagem, poder e ideologia. Sobre o primeiro, considero relevante pensar as edificações também como artefatos (Leone e Potter Jr. 1988), mas com características específicas, na medida em que elas permitem imersão do corpo dos sujeitos, regulando-os de maneira peculiar, mas permitindo também reapropriações suscitadas em decorrência das diversas percepções dos indivíduos inseridos em um prédio (Certeau 1998; Bourdieu 1999).

Por outro lado, os edifícios em si mesmos também são paisagens construídas (Zarankin 2001). Este conceito é elementar na medida em que o entendo, em consonância com Ingold (2000), como registro permanente das sociedades que as cria/transforma e possui as marcas dos seus habitantes. Logo, o registro arquitetônico e o meio que o circunda – nesse caso podemos pensar a cidade – podem ser tratados como espaços construídos que resultam em paisagens modernas, no bojo do avanço do capitalismo em escala mundial. Deste ponto de vista, admito a cidade como manifestação espacial das relações entre os grupos humanos inseridos no movimento de globalização e o meio ambiente, numa clara alusão ao conceito de paisagem proposto por Crumley e Marquardt (1990). Para estes dois autores, duas estruturas determinam a paisagem: a primeira são as estruturas sócio-históricas, que nada mais são do que os aspectos políticos, legais e históricos; a segunda estrutura é a física, com

elementos tais como o clima, topografia e geologia, todos relativamente independentes do controle humano. Ressaltam-se, assim, os aspectos simbólicos e físicos são partes constituintes da paisagem e mantém relação dialética com os atores sociais que a constroem e por ela são construídos (Orser Jr 2006; Nichole 2009).

Se a arquitetura pode ser pensada como materialização de ideologias (Zarankin e Niro 2010), então entendo esta categoria como o conjunto de representações que garantem certas condições para a manutenção de dada ordem social (Althusser 2007). Todavia, para pensar a arquitetura de um complexo religioso não somente como uma projeção ideológica vertical, na qual os construtores impõem seus valores que não são ressignificados, é necessário entender o poder enquanto categoria plural. Neste sentido, Foucault (1979) apresenta a perspectiva de micropoderes, argumentando que o poder é algo que se exerce, mas não se pode possuir; a posição de dominador ou dominado pode variar de acordo com o contexto em que estão inseridos. Essa ideia torna mais complexo o exercício do poder, sem o estabelecimento de binarismos como ocorre na proposição marxista (Foucault 1979). Tendo em vista os objetivos dessa pesquisa, as duas perspectivas aqui apontadas não se anulam, na medida em que é viável pensar que existe uma projeção ideológica em um edifício oficial, mas isso não impede que outras percepções sejam suscitadas, gerando uma relação dialética entre percepção prática e representação (Certeau 1998).

3. Arqueologia histórica na Amazônia: panorama das pesquisas

No início deste texto expus as linhas gerais da arqueologia histórica enquanto arqueologia do capitalismo, bem como seu surgimento enquanto subcampo a partir da experiência norte-americana. De maneira geral, a América do Sul é bastante influenciada pelas perspectivas advindas do norte do continente (Zarankin e Salerno 2007), mas com relevantes afiliações aos modelos europeus que também são adotados, o que não impede as reflexões sobre as peculiaridades dessa imensa região (Funari 2007; Zarankin e Salerno 2007). Desde a década de 1960 a arqueologia histórica tem sido executada no continente (Zarankin e Salerno 2007), incluindo as pesquisas efetuadas no Brasil (Lima 1993). As

investigações se profissionalizaram e hoje contam com uma gama de possibilidades, com contribuições importantes à disciplina.⁷

No Brasil, a arqueologia histórica possui seu ponto de partida nas regiões sul e nordeste, com ênfase nos assentamentos missionários, fortificações e igrejas; nas outras áreas da federação, incluindo o norte, ocorreu um vazio nesse tipo de investigação, provavelmente ocasionado pelo desprestígio que a disciplina possuía no país (Lima 1993). Para a Amazônia, de fato, as pesquisas são mais recentes, e apesar dos 252 sítios arqueológicos cadastrados como históricos no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN),⁸ são pouco sistemáticas (Coelho e Marques 2011). Em linhas gerais, os trabalhos podem ser divididos em temas como engenhos, centros urbanos, fortificações militares e missões religiosas. Entre as décadas de 1980 e 1990, grande parte das pesquisas eram feitas a partir do Museu Paraense Emílio Goeldi e, mais recentemente, cursos de pós-graduação em instituições amazônicas tem subsidiado outros estudos.⁹ Isto posto, apresento a seguir algumas das pesquisas desenvolvidas em arqueologia histórica na Amazônia brasileira, seguindo a divisão de temática básica que apresentei anteriormente.

Os engenhos são os *locus* de pesquisa mais visitados pela arqueologia histórica amazônica. Ainda no início da década de 1990, um artigo de Anderson e Marques (1992) debateu arqueologicamente os vestígios de um engenho de maré no município de Igarapé-Miri (PA), evidenciando uma tecnologia utilizada em significativa escala na região quando a indústria canavieira despontava na Amazônia. Essa linha de investigação foi seguida por Marques (1993, 2004) em sua dissertação de mestrado e tese de doutorado, explorando outros engenhos amazônicos – especificamente os do estado do Pará – e sua tecnologia de força motriz a partir das águas das marés, além dos aspectos arquitetônicos e outros vestígios arqueológicos dos sítios. Desses trabalhos, destaca-se a sistemática caracterização da agroindústria canavieira amazônica, considerando os aspectos sociais inerentes a estes espaços.

⁷ Para uma revisão da arqueologia histórica na América do Sul cf. Funari (2007), Zarankin e Salerno (2007); para o caso do Brasil em particular, cf. Lima (1993) e Symanski (2009).

⁸ Informação disponível em <http://www.iphan.gov.br/sgpa/?consulta=cnsa>

⁹ Refiro-me ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal do Pará (UFPA) e a Especialização em Patrimônio Arqueológico da Amazônia da Universidade do Estado do Amapá (UEAP), para citar os cursos que possuem discentes que desenvolvem pesquisas com o rótulo da arqueologia histórica. A UFPA ofereceu uma especialização em arqueologia, precedente ao PPGA.

Outra linha de investigação é relativa aos centros urbanos da região, com destaque pra Belém (PA), Manaus (AM) e Porto Velho (RO), que possuem como característica comum escavações nas áreas que deram origem a essas cidades. Em Belém, as pesquisas são as mais sistemáticas (Coelho e Marques 2011) e localizadas no centro histórico, com vinculação a projetos de restauração financiados pelo governo; todas elas colocaram em evidência significativo conjunto artefactual oriundo dos diversos períodos de ocupação do local (Marques 2003, 2005, 2006, 2010). Todavia, grande parte dos vestígios escavados, bem como as estruturas arquitetônicas dos prédios alvo desses projetos, serviram mais para subsidiar o processo de adequação, restauração e musealização, sem haver ainda uma problematização maior acerca da sua dinâmica no processo de formação da cidade. Recentemente, Marques (2010) discorreu sobre a antiguidade da ocupação da área onde se localiza a capital do Pará, a partir dos vestígios pré-coloniais observados nessas pesquisas acima citadas.

É apenas em Coelho e Marques (2011) que se observa uma problematização que lança outra possibilidade de pesquisa: o processo de contato entre europeus e indígenas. Neste último texto, os autores argumentam que mesmo havendo certa limitação na cultura material para o estudo do contato, é possível investigar essa dinâmica com base na diversidade de objetos exumados nos assentamentos coloniais, indicadora do “processo de integração colonial” (Coelho e Marques 2011:76). Ainda sobre Belém, em artigo recente discuti as significações dadas a um muro pertencente ao Forte do Presépio por conta da sua demolição durante a execução do projeto de restauro, considerando ainda a posição da arqueologia nesse contexto (Lopes 2011). Além disso, a presente pesquisa de dissertação de mestrado tem como foco a arquitetura do colégio e igreja dos jesuítas e paisagem colonial da cidade (Lopes 2012). Fernandes (2013), analisa em sua investigação de mestrado a relação do público com o patrimônio arqueológico do sítio Nossa Senhora do Rosário dos Homens Brancos, localizado no primeiro bairro de Belém. Outra pesquisa acadêmica em desenvolvimento é a de Silva (2011): pautada na arqueologia da paisagem, a autora analisa as expressões mortuárias da sociedade belemita no século XIX no Cemitério da Soledade.

Em Manaus o Projeto Arqueourbs, financiado pelo governo do estado, centrou-se também na parte mais antiga da cidade, com ênfase na busca de vestígios da fortaleza de São José da

Barra do Rio Negro (Zanettini *et al.* 2002a; Zanettini *et al.* 2002b); há ainda as pesquisas em fazendas e regiões estuárias (Costa 2010). Já em Rondônia, as escavações na Vila de Santo Antônio, por conta da construção de uma usina hidroelétrica, têm posto em evidência vestígios materiais significativos do processo de constituição da vila durante o século XIX (Threlfall 2011). É a partir desse sítio que Gomes (2012) está analisando a formação desse assentamento, dando destaque para a conformação da paisagem histórica e buscando informações na cultura material não observada em outros meios.

As fortificações são, depois dos engenhos, um dos primeiros filões de investigação na arqueologia histórica amazônica. Todavia, a maior parte das pesquisas estão focadas na evidenciação de estruturas arquitetônicas e busca de material arqueológico, como é o caso dos Fortes do Presépio e São Pedro Nolasco, em Belém (PA), e Fortaleza de São José de Macapá, em Macapá (AP). Outros assentamentos militares, todavia, receberam atenção: no estado do Pará o Forte de Óbidos (Albuquerque e Lucena 2010); em Rondônia, o Forte Príncipe da Beira (Marques informação oral); e no Amapá os de Vigia do Curiaú, Forte do Rio Maracá, Forte Cumaú, além das instalações militares Colônia Militar Pedro II e Base Aérea de Amapá (Albuquerque e Lucena 2010). O Forte Cumaú, recebeu maior atenção por parte de Lopes da Silva (2011) em seu trabalho de especialização, particularmente na identificação do forte, com pesquisa de arqueologia espacial.

Também no Amapá as vilas Vistosa Madre de Deus e de Mazagão foram objetos de pesquisa. A primeira, porém, não passou por estudos sistemáticos, enquanto que a segunda foi escavada, resultando na verificação de grandes estruturas originais à construção do século XVIII, além de um cemitério da localidade (Albuquerque e Lucena 2010).

Por fim, sobre as missões religiosas se tem o trabalho de Lopes (2006). Neste estudo o autor estabelece três momentos importantes para o processo de ocupação no Marajó, em acordo com os sítios arqueológicos e, conseqüentemente, com a cultura material neles encontradas.

De forma sucinta e com base nestes poucos textos que menciono acima, observam-se duas divisões quanto à vinculação das pesquisas: uma acadêmica e outra subsidiada pelas ações do governo e/ou por ele exigida. Nesta última categoria os trabalhos tendem a serem mais descritivos e pouco problematizadores em sua origem, apesar de demonstrarem o potencial

existente na região para a arqueologia histórica. Claro que a partir dessa primeira categoria podem surgir investigações de cunho acadêmico, normalmente as que possuem conceituação teórica mais clara.

II. FELIZ LUSITÂNIA: SOBREPOSIÇÕES DE PAISAGENS NO CENTRO HISTÓRICO DE BELÉM¹⁰

Neste capítulo apresento o histórico da ocupação na área antiga de Belém, objetivando caracterizar as paisagens construídas dinamicamente ao longo desse processo. Trata-se de evidenciar, de acordo com a proposição de Crumley (1979) e Crumley e Marquardt (1990), a trajetória de longa duração do lugar, tendo em vista a sobreposição de paisagens nesse processo.

Para efetivar esse objetivo, primeiro apresento o contexto histórico geral da região de fundação da capital do Pará, considerando as referências à ocupação pré-colonial e, em seguida, a ação europeia na Feliz Lusitânia. Por fim, discuto as apropriações contemporâneas efetuadas no centro histórico da cidade, que tinham por objetivo “resgatar” os referenciais de origem da urbe. Esse último aspecto é um dos estágios do tempo presente na conformação da paisagem, deixando marcas do jogo de poder e hierarquização dos espaços citadinos.

1. Contexto histórico da cidade

Ao longo desta seção pretendo reconstituir aspectos da paisagem urbana da Belém colonial. Início a descrição, todavia, não seguindo o marco histórico da fundação da cidade, em 1616, mas sim a partir do momento anterior à conquista ibérica da região, dado que as modificações da paisagem local não ocorreram apenas no período colonial. Essa perspectiva de longa duração é válida quando se estudam sítios de múltiplas ocupações, se pensarmos as relações entre mudanças espaciais e culturais (Crumley 1979). É notório para a Amazônia que populações indígenas habitavam vastos espaços e, inclusive, poderiam “viver em povoados de escala urbana” por períodos estendidos, caracterizando uma “longa e complexa sequência de ocupação” (Roosevelt 1992a: 45 e 82).

¹⁰ A primeira versão deste capítulo foi publicada com o título “Indigitado estrupício”: arqueologia e significados acerca do muro do Forte do Presépio Belém (PA). *Amazônica* 2(3):370-390.

1.1. As primeiras ocupações

Pesquisas arqueológicas efetuadas no centro antigo de Belém evidenciaram registros arqueológicos referentes ao período pré-Cabralino (Figura 1). Mesmo não tendo como foco de interesse inicial épocas anteriores à colonização, essas escavações atestam a antiguidade da presença humana na região. No que tange à cerâmica encontrada, afirma-se o seguinte:

[...] considerando o contexto estratigráfico e suas propriedades físico-químicas, além de elementos decorativos similares aos da Cultura Marajoara, é possível inferir sua datação relativa à época pré-histórica, em torno de pelo menos mais de 500 anos antes do presente (Marques 2006: 177).



Figura 1- “Fragmentos de vasilhas cerâmicas decoradas associadas às culturas indígenas pré-históricas da região amazônica”. Foto: Equipe de Arqueologia (adaptado de Marques 2006: 179).

Quando ocorreu a chegada dos ibéricos (portugueses e espanhóis) à região de fundação de Belém havia significativa presença de grupos Tupinambá (Meira Filho 1976; Lima 2006). Contudo, não há registros sobre quais populações indígenas habitavam essa área em tempos mais recuados. Não obstante, podemos supor que essa ocupação não é recente, já que a estratigrafia da cidade é composta também pela chamada *terra preta* (Marques 2006), solo resultante do descarte de matéria orgânica e caracterizadores da interferência humana na paisagem, especificamente no período pré-Cabralino (Moreira 2006; Schaan 2009).

Lançando olhar sobre uma escala maior, observa-se que a região amazônica tem um histórico de produtivas ocupações. Roosevelt (1992a) argumenta que a Amazônia foi, para as antigas populações humanas, um ambiente propício, além de um polo de inovação cultural. Ainda segundo esta autora, na fase final do período pré-Cabralino houve aumento

demográfico significativo dos povos nativos, o que pode ser algo exemplificado pelo registro arqueológico. Logo, pode-se inferir “uma bem-sucedida adaptação de longa duração dos povos indígenas ao ambiente tropical” (Roosevelt 1992b: 82). Nas crônicas dos viajantes que percorreram a região é possível observar a maciça presença humana. Esses grupos nativos possuíam redes de contatos significativas que ligavam, de alguma forma, a grande extensão da Amazônia (Porro 1996).

Por certo, o lugar onde se localiza Belém está inserido neste contexto. Este local está situado a cerca de 120 quilômetros do mar; margeado por uma baía – chamada de Guajará – e pelo rio Guamá, além de ter influência do rio Pará, por sua vez formado pela união do rio Tocantins com as águas do Amazonas; seu terreno era entrecortado por igarapés, que formavam zonas alagadiças, possuindo também o que foi denominado no período colonial de Pântano do Piri; por essas características, sua topografia era irregular (Penteado 1968), havendo oscilação entre várzea e terra firme (Moreira 1976).

Como referi anteriormente, os colonizadores europeus encontraram população Tupinambá já habitando a região. Importante discorrer sobre a presença desse povo na Amazônia. Habitando quase todo o litoral sul da América, os Tupinambá tem sua origem mais aceita na bacia do Paraná-Paraguai, tendo sua primeira leva migratória ocorrido no sentido sul-norte (Fausto 1992). Baseados nos relatos etnohistóricos, os pesquisadores contemporâneos afirmam que a presença Tupinambá na Amazônia ocorreu, principalmente, em decorrência do início da colonização europeia (Meira Filho 1976; Porro, 1992, 1997, 2007; Lima 2006). Saindo do nordeste da América Portuguesa, esses indígenas atravessaram “as chapadas da Amazônia meridional” até a região da Bolívia (Porro 1992: 187). Nesse percurso, os Tupinambá foram se dispersando, alguns tomando novos rumos, outros povoando áreas diversas (Porro 2007). Em 1549, por exemplo, numeroso grupo Tupinambá chegaram à região do Peru, enquanto alguns se instalaram na ilha de Tupinambarana (Rio Madeira); eles eram encontrados também na área em que se fundou a cidade de São Luis, no Maranhão (Porro 1992).

Fausto (1992) afirma que essas levas migratórias mais recentes do Tupinambá não ocorreram tão somente como decorrência da colonização. Havia nesta sociedade um movimento messiânico que buscava a *terra-sem-mal*, “lugar de abundância, de ausência de

labuta, da imortalidade, mas sobretudo da guerra e do canibalismo” (Fausto 1992: 985). Esta *terra* poderia ser encontrada após a morte – individualmente –, ou ainda em vida – coletivamente – à oeste ou à leste, sendo que na busca desse paraíso, os indígenas eram conduzidos pelos pajés. A conquista europeia, dessa forma, serviu “como catalisador do discurso profético dos extensos movimentos migratórios” (Fausto 1992: 387). Pelas suas características guerreiras, os Tupinambá empreenderam a submissão ou expulsão de muitos outros grupos indígenas que habitavam as áreas por eles percorridas, mantendo também práticas comerciais com as etnias subjugadas (Porro 2007). Assim, essa sociedade beneficiou-se da estratificação social interétnica nesse processo migratório (Porro 1992). No que diz respeito ao local onde se assenta Belém, referenda-se a presença de diversos grupos indígenas na região (Meira Filho 1976), mas nomeadamente as grandes referências são aos Tupinambá.

Não se pode desconsiderar que os Tupinambá possuíam um grande domínio nesse espaço. Sua influência se estendia desde a área onde se localiza São Luis, no Maranhão, até – pelo menos – onde foi criada Belém (Meira Filho 1976; Lima 2006). Basta lembrar as revoltas indígenas ocorridas entre 1617 e 1619, desencadeadas desde a capital do Maranhão até o Grão-Pará (Coelho *et al.* 2006; Lima 2006). Em 1619, data da última revolta, Belém foi atacada por cerca de 10 mil indígenas liderados por Guaimiaba, guerreiro Tupinambá (Lima 2006). Mesmo que esses fatos tenham ocorrido no período *histórico*, eles são exemplificadores da articulação e poder Tupinambá nessa região, sendo que o número de guerreiros que atacam do Forte do Presépio mostra, mesmo que de forma não segura, a presença significativa de populações nativas nas proximidades do lugar onde se fundou Belém. Nesse sentido, essa área já era amplamente ocupada pelos Tupinambá, e provavelmente por outras etnias nos períodos anteriores. No que diz respeito ao período inicial da cidade, ainda no século XVII, é provável que as fronteiras Tupinambá tenham se confundido com a lógica territorialidade implementada pelos ibéricos, uma justaposição de limites e temporalidades que devem constar nesse tipo análise de longa duração (Crumley 1979).

Por volta do século XVIII as notas sobre os Tupinambá começam a decair. La Condamine (2000[1745]: 97-98) registrou que o domínio de “dois séculos” dessa “valente nação” se

restringiu, em 1745, a um pequeno aldeamento no rio Madeira. Após o ataque de 1619, esses índios foram incorporados ao processo colonial definitivamente, tendo sido aldeados nas missões próximas à Belém. O aldeamento, as epidemias e a miscigenação contribuíram para que nos fins desse século não se tivesse mais referências aos Tupinambá vivos (Coelho *et al.* 2006).

1.2. Formação urbana de Belém

Como mencionei anteriormente, a cidade de Belém foi fundada em 1616, no contexto de ocupação ibérica do Vale Amazônico¹¹ (Cruz 1973). Segundo Araujo (2006:14), “o terreno de instalação inicial da cidade apresentava-se como uma plataforma praticamente plana e com cota de cerca de sete metros, circundada pela baía do Guajará, pelo rio Guamá e isolada da terra firme, um pouco mais baixa, por um grande alagado, o Piri”. Essa topografia é entendida dentro da perspectiva de estratégia militar de então, no sentido da defesa do território. Ressalta-se que uma das recomendações dadas a Castelo Branco – líder da frota enviada de São Luis para explorar e salvaguardar a região – era a de fundar povoações e fortificações na zona litorânea, usando-se inclusive das aldeias indígenas já existentes (Lima 2006). Logo, entende-se que a escolha do local pode ter sido influenciada pela experiência dos nativos.

Há algumas referências nos documentos históricos quanto à má localização da cidade, posto que não facilitasse a defesa contra possíveis ataques, ou ainda não cumprisse com a sua função de proteção territorial, além de ser um porto inadequado (Berredo 1905; Bettendorff 1990[1698]). A lógica da escolha do lugar, provavelmente, estava também associada com a questão da navegabilidade. Quando fizeram o percurso de São Luis até o Pará, os militares ibéricos se aproveitaram das informações já levantadas pelos franceses no período em que estes estiveram na região.¹² Nesses relatos, há referência às especificidades da navegação

¹¹ No ano da fundação de Belém ainda prevalecia a União Ibérica (1580-1640), período em que Portugal foi governado pelos reis espanhóis em função da crise sucessória após a morte de D. Sebastião. Sendo assim, a expansão colonial dava-se em nome dos governantes espanhóis (Botelho e Reis 2006). Note-se, porém, que o território ocupado pelos portugueses para além do que estabelecia o Tratado de Tordesilhas (1494) foi, com o tempo, incorporado à Coroa lusa (Reis 1948).

¹² Depois de anos de contato comercial com os Tupinambá da área onde hoje se localiza o Maranhão, os franceses lá fundaram a cidade de São Luis, em 1612, sendo retirados três anos depois pelas tropas ibéricas.

por entre os baixios e furos: a maior parte do percurso feito por Castelo Branco foi pelos rios menores, tanto para evitar as áreas com bancos de areia, quanto à violência das baías (Lima 2006). Portanto, navegabilidade e precedência indígena são dois condicionantes importantes para a escolha do local de fundação da cidade. Além disso, a ordem expressa recebida pelo capitão português era o de explorar o rio Pará e escolher “um sítio acomodado para fortificar-se” (Lima 2006: 78).

Provavelmente, a topografia onde se erigiu o Forte do Presépio pareceu estar de acordo com essas prerrogativas. Belém compunha-se, dessa forma, como uma “cidadela natural”, fortificada pelas próprias características naturais do seu entorno: a baía do Guajará, o rio Guamá e o Pântano do Piri, elementos topográficos que dificultariam qualquer ataque militar, por terra ou por água (Araujo 1998, 2006) (Figura 2). Sua organização espacial deu-se em função de sua primeira construção, o Forte do Presépio, seguindo uma perspectiva radiocêntrica no seu arruamento (Figura 3); dessa forma, a cidade foi organizada com uma lógica que não pode ser concebida como aleatória, mesmo que não se conheça um plano pré-determinado especificamente para Belém (Araujo 1998, 2006). Neste sentido, dividia-se em duas freguesias – ou bairros – a da Cidade e a da Campina (Bettendorff 1990[1698]), havendo em seus pontos limites instalações religiosas (Araujo 1998). Além da fortificação de 1616, outras duas foram construídas ainda no século XVII: São Pedro Nolasco (1665) e a da Barra (1685). A primeira localizava-se na baía do Guajará, atrás do Convento dos Mercedários; a segunda, mais afastada, foi erguida no meio da Barra do Pará, na altura do que é hoje o bairro de Val-de-Cães (Araujo 1998).

Contudo, nesse ínterim esses colonizadores exploraram sistematicamente os rios da região, com a ajuda do conhecimento indígena, especialmente do Tupinambá (Lima 2006).



Figura 2 - "Belém - Fins do século XVII - Reconstituição do autor baseada em documentação histórica". Configuração básica da Belém colonial, com a divisão dos bairros, o Rio Guamá à esquerda da figura e a Baía do Guajará acima, o Pântano do Piri na parte inferior (Adaptado de Penteadó 1968:100).

Se o núcleo inicial foi o que hoje chamamos de bairro da Cidade Velha – primeiramente chamado de Cidade – logo a expansão urbana se deu no sentido nordeste para a freguesia da Campina (Penteadó 1968; Meira Filho 1976; Araujo 1998). Administrativamente os limites eram um tanto maiores, posto que a légua patrimonial da cidade se estendesse, por um lado, até o Utinga – nas margens do igarapé do Tucunduba – e, por outro lado, até Val-de-Cães (Araujo 1998). Em mapa da intendência de Belém de 1905, vê-se que essa légua já estava inteiramente arruada, mas provavelmente não toda ocupada, já que há referências aos “terrenos baixos”, aos “igapós” e aos “córregos” (Figura 4).

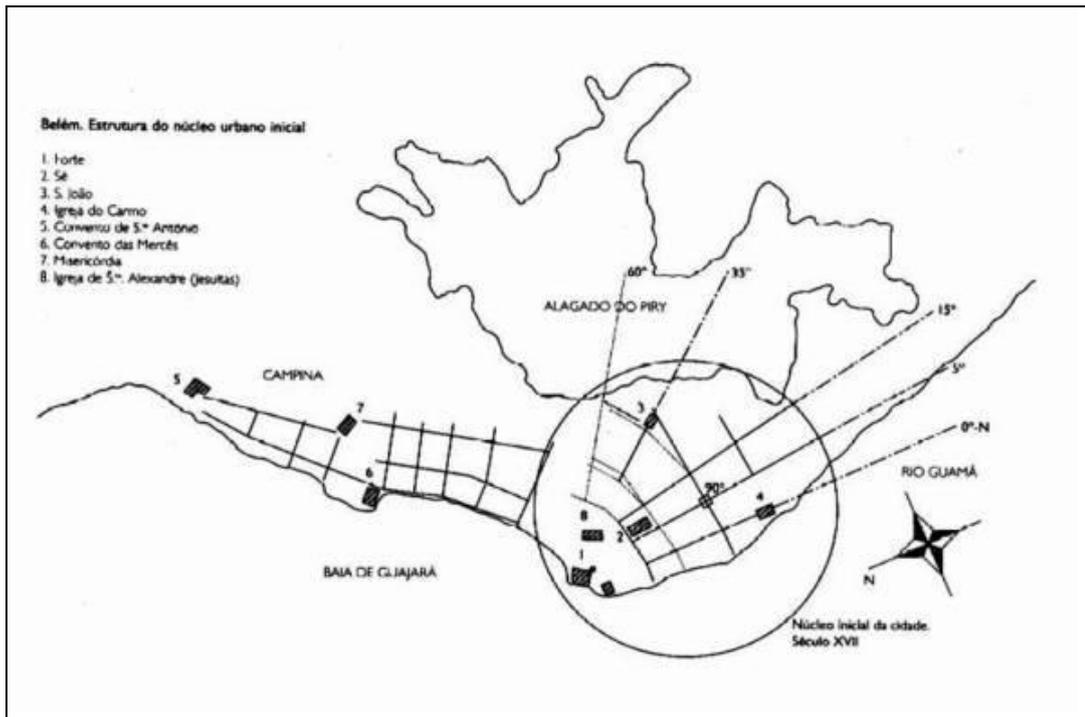


Figura 3 - “Planta da cidade de Belém. Instalação urbana do século XVII” (Adaptado de Araújo 1998: 82).

O bairro da Campina era mais próximo à baía do Guajará e ao canal do Piri, desempenhando funções mais comerciais; enquanto que no bairro da Cidade localizava-se a estrutura administrativa (Araujo 2006) (Figuras 2 e 3). Nos fins do século XVII o padre Bettendorff (1990[1698]: 23) fez a seguinte afirmativa quanto à urbanidade de Belém: “Era a cidade do Pará ainda em o anno de 1660 cousa mui limitada, porê m depois disso cresceo tanto em moradores e casas bellas, que agora se pôde gloriar do titulo de cidade; se bem é mui pobre”. O cientista francês La Condamine (2000[1745]: 112), já na primeira metade do século XVIII, comenta que “[a]figurava-se-nos, chegando ao Pará, e saídos das matas do Amazonas, ver-nos transportados à Europa. Encontramos uma grande cidade, ruas bem alinhadas, casas risonhas, a maior parte construídas desde trinta anos em pedra e cascalho, igrejas magníficas”.

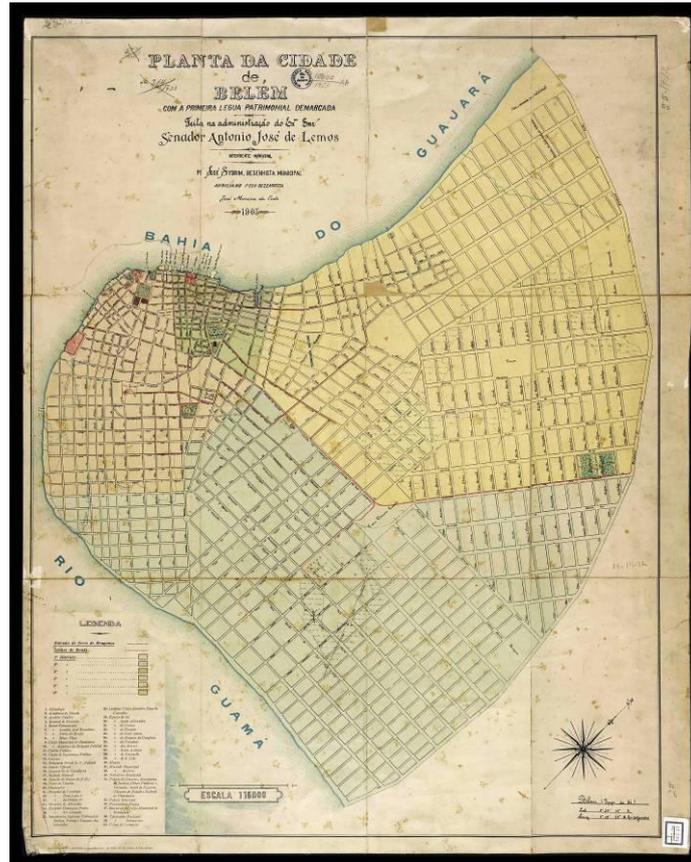


Figura 4 - “Planta da Cidade de Belém”, em 1905, já com o Pântano do Piri aterrado e arruado, mas ainda com áreas alagadas. Fonte: Biblioteca Nacional.

Bettendorff e La Condamine referem-se a períodos em que a cidade estava bem estabelecida, sem as preocupações de ataques indígenas e com a presença de muitos colonos portugueses, se bem que a maior parte dos habitantes sempre foi de origem nativa (Guzmán 2008), existindo indicações de soluções de integração colonial que buscaram na proximidade com o nativo e com seu repertório material uma forma de reconhecimento por parte destes últimos ao colonizador (Coelho e Marques 2011); além disso, nesse momento não havia em curso nenhuma das epidemias que afetaram drasticamente sua demografia (Meira Filho 1976). A partir de 1750, Belém passou a ser capital do estado do Grão-Pará e Maranhão, sendo a residência oficial do governador, posição que ocupou sazonalmente em tempos anteriores (Araujo 1998). Nessa década, começaram a ocorrer algumas mudanças mais significativas na arquitetura da cidade (Araujo 1998). A primeira foi a construção do pelourinho, deslocado da praça da Sé¹³ – na Cidade – para a Campina: construiu-se às

¹³ Antigo Largo do Pelourinho.

proximidades do canal do Piri, entre as duas fortificações da cidade – o Forte do Presépio e o de São Pedro Nolasco (Figura 5).

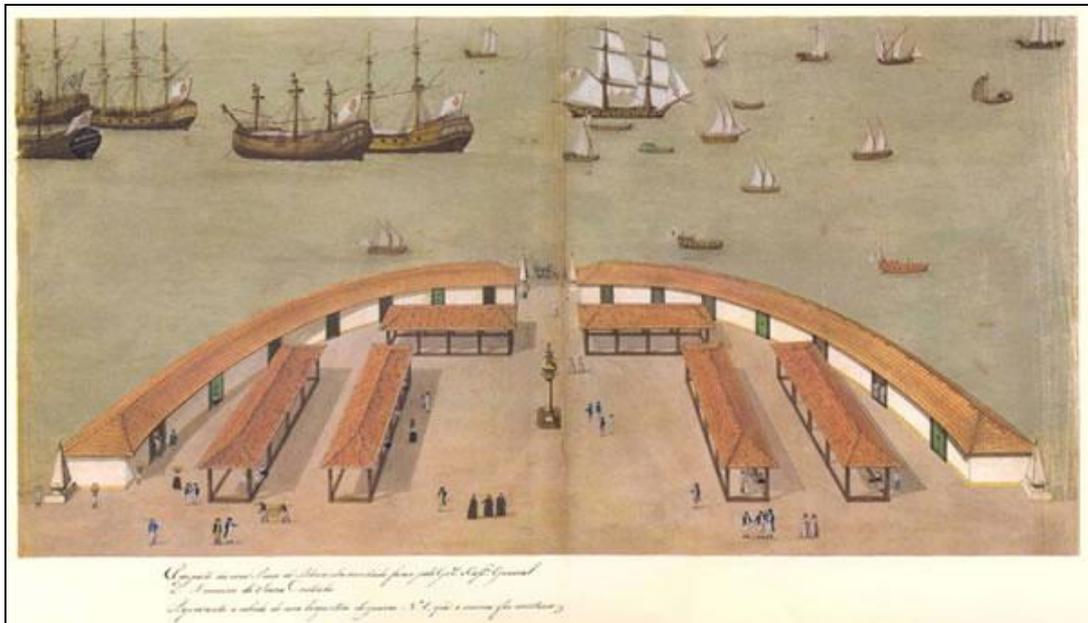


Figura 5 - "Prospecto da Praça do Pelourinho...". Disponível em <<http://www.forumlandi.ufpa.br/ImmaginiLandi/ImmaginiBig/Belem/Pelourinho/PracadoPelourinhoesaidadobergantimdeguerran1.jpg>> Acesso em 08 jun. 2011.

Nos anos seguintes, um dos debates mais recorrentes foi o relativo ao Pântano do Piri. Se nos anos iniciais ele era uma das barreiras naturais de defesa da cidade, nos fins do século XVIII e ao longo do XIX passou a ser um problema sanitário, havendo algumas tentativas de ensecá-lo (Baena 2004[1839]). Segundo Baena, o pântano possuía 600 braças de largura por 300 de comprimento – algo entorno de 1.098 por 549 metros. Diz ainda esse escritor que “levou um século para o seu ensecamento” (Baena *apud* Meira Filho *et al.* 1975: 86). O que resta desse alagado é o atual canal da Avenida Tamandaré; sendo que o antigo igarapé que o ligava à baía do Guajará está atualmente canalizado e sob a Avenida 16 de Novembro (Meira Filho *et al.* 1975). Nas proximidades desse canal, ainda nos setecentos, foi construído o Palácio dos Governadores na segunda metade do século XVIII, necessitando assim que ocorresse o aterramento de parte desse córrego (Baena 2004[1839]). No início do século XX, na antiga área do Piri vê-se apenas arruamentos (Figura 4).

Não apenas o Piri começou a ser visto como empecilho sanitário, mas todas as áreas de várzea que entrecortavam a cidade. Como destaquei anteriormente nesse texto, ocorria em Belém variação na topografia entre zonas de várzea e de terra firme. Neste sentido, foram constantes os aterramentos “para a eliminação dos alagadiços existentes junto aos baixos cursos de alguns igarapés” (Penteado 1968: 62), opção tida como “mais simples e radical” (Moreira 1976: 97).¹⁴

Nessa sequência de aterramentos, um dos mais significativos foi o da atual região portuária. Toda a área “litorânea” do bairro da Campina foi transformada no início do século XX, tendo por finalidade a construção do porto da cidade (Penteado 1973). A antiga praia foi totalmente atulhada para a construção do cais – desaparecendo com isso os vestígios do pelourinho e do forte São Pedro Nolasco;¹⁵ foi construído junto ao cais um canal para dar mais profundidade à baía;¹⁶ uma nova rua foi aberta sobre esse aterramento, bem como houve a edificação de diversos prédios (Penteado 1973) (Figura 6).

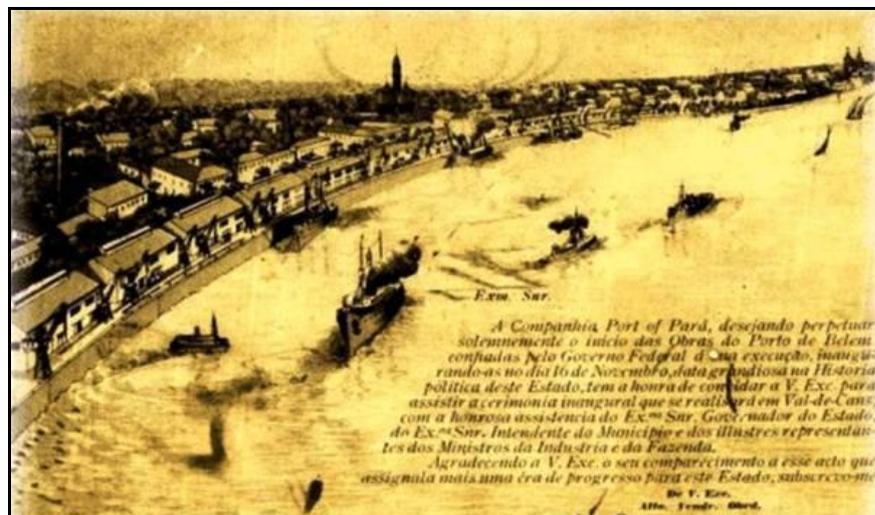


Figura 6 - Convite da inauguração do Porto de Belém (início do século XX), no qual podemos observar as mudanças significativas da paisagem belemita, com a expansão da cidade.

¹⁴ Deve-se destacar que essas áreas alagadas continuam a existir em Belém, inclusive com ocupações irregulares e de risco.

¹⁵ Segundo Coelho *et al.* (2006), esse forte, foi destruído ainda no século XIX, após os conflitos da Cabanagem (1835-1840), tanto por não ter mais função bélica, quanto para não ser usado em outro possível motim.

¹⁶ De acordo com Penteado (1968), a baía do Guajará possuía em média apenas 3 metros de profundidade, apesar de ser bastante larga, 3.200 a 4.00m. Com a dragagem, essa profundidade ficou entre 6,50m e 9,24m, dependendo do ponto do cais (Penteado 1973).

Como citei acima, os limites administrativos de Belém estavam circunscritos à léngua patrimonial. Porém, no entorno da cidade havia um número considerável de engenhos – nos rios Acará, Moju e Guamá – que mantinham relação direta com a cidade, seja pela via comercial, seja pela social. As primeiras alusões ao cultivo de cana-de-açúcar e à produção do açúcar são oriundas ainda de 1616, indicando que Castelo Branco as possuía (Marques 2004). Em 1666, Heriarte menciona a existência de sete engenhos na área urbana da capital do Grão-Pará (*apud* Marques 2004).¹⁷

Esses engenhos podiam ser tanto os que estavam na zona mais imediata da cidade, quanto os que localizavam-se fora do distrito urbano. Sendo Belém o centro administrativo, os donos de engenho necessitavam tratar de questões na própria cidade, além de muitos possuírem casas em suas freguesias. O caso exemplificativo nesse sentido é o dos padres Jesuítas: ‘sediados’ em Belém, possuíam os engenhos de Borajuba e Jaguarari em suas proximidades (Marques 2004).

2. Feliz Lusitânia: História e Memória da Cidade

Como evidenciei na seção anterior, a historiografia associa a fundação de Belém com o erguimento do Forte do Presépio em 1616, no contexto de consolidação do território ibérico no que hoje é conhecido como Amazônia. Do mesmo modo, tem-se afirmado que foi a partir dessa fortificação que o núcleo urbano inicial se desenvolveu, obedecendo à prática de criação de cidades portuguesas no mundo colonial (Araujo 1998). As ruas foram organizadas radialmente, tendo a fortificação como ponto nodal.

[...] o desenho das ruas da Cidade Velha segue uma intenção radiocêntrica a partir da praça, a praça-de-armas (sic), e o alinhamento da primeira rua coincide com a direcção (sic) cardeal norte-sul. As seguintes correspondem a leves inflexões, uma com inclinação de 5º e outras duas com inclinações respectivas de 15º e 35º. O cruzamento de tais ruas radiais é feito por transversais, que cruzam ortogonalmente a rua central, e depois inflexionam para, outra vez, perfazer um ângulo recto (sic) com a via seguinte. A despeito de algumas “falhas” na execução do conjunto, existe

¹⁷ Nesses locais não se produzia apenas açúcar, mas também água-ardente, sendo que alguns momentos este produto foi o que prevaleceu (Marques 2004). A quantidade da produção também variou de acordo com a situação política e social da capitania do Grão-Pará: as determinações metropolitanas, epidemias, e o movimento da Cabanagem, por exemplo, foram condicionantes nesse sentido (Marques 2004).

no traçado urbano da Cidade Velha de Belém uma clara noção de unidade de desenho (Araújo 1998:81).

Desse ponto de vista, a cidade foi pensada enquanto núcleo fortificado, um dos responsáveis pela defesa do território, tanto do ponto de vista militar, quanto do político (Meira Filho 1976; Araújo 1998, 2006). Situada entre a baía do Guajará e o rio Guamá, tendo ainda o antigo Pântano do Piri em sua retaguarda, constituía-se com uma cidade “naturalmente” acastelada (Araújo 1998, 2006). Seu primeiro espaço ocupado foi o do bairro hoje conhecido como Cidade Velha – no período colonial chamado de Cidade –, lugar por excelência da administração local, com seus prédios administrativos e eclesiásticos. Ao seu lado, configurava-se a Campina, bairro de vocação comercial por estar mais próximo ao porto, localizado no canal do Piri (Araújo 2006). Até a primeira metade do século XIX, o núcleo urbano estendia-se essencialmente nesses dois bairros; apenas a partir dessa centúria as habitações expandem-se efetivamente para as regiões mais distantes.

Se o Forte do Presépio foi o ponto de irradiação da cidade, ele também se constituiu como núcleo de propagação da colonização ibérica, e depois essencialmente portuguesa, pelo Vale Amazônico (Meira Filho 1976; Saragoça 2000; Araújo 2003). Belém, dessa forma, configurou-se como núcleo de poder colonial, posição que ocupou por longo período. Foi esse cenário inicial o primeiro a receber a denominação *Feliz Lusitânia*, atribuição dada pelos próprios colonizadores (Saragoça 2000); essa designação, por certo, foi uma síntese ideológica do processo colonial iniciado em 1616, posto que refere-se à perspectiva expansionista europeia em sua toponímia. Desse modo, a referência lusa – católica, monárquica, militar e ocidental – foi posta em protagonismo, enquanto se escamoteou outros agentes e as consequências, nem sempre felizes, desse processo histórico.

Foi com essa denominação que em 1997 o governo do estado do Pará começou a implementar um projeto de revitalização do centro antigo de Belém, a Cidade Velha (Figura 7). Com o objetivo de “suscitar os referenciais históricos, sociais, econômicos e de ocupação territorial da Amazônia e do Pará”, bem como “as dimensões urbanísticas, paisagísticas e arquitetônicas da cidade”, o *Feliz Lusitânia* centrou-se na “revitalização do núcleo histórico da cidade de Belém” (Pará 2002: 1). Com um viés arquitetônico (Costa 2007), o projeto foi delimitado por “centros de interesses”,

que compreendem o atual Forte do Castelo de São Jorge (Forte do Presépio), a Igreja de Santo Alexandre (Igreja de São Francisco Xavier), o atual Palácio Episcopal (Colégio Jesuítico de Santo Alexandre), e o atual Depósito de Mantimentos da Oitava Região Militar (antigo Hospital Militar) e anexos, os jardins e o entorno imediato dessas áreas. São edificações que remontam ao século XVII e início do XVIII, e tem seus limites entre a Baía do Guajará e a Praça Frei Caetano Brandão (Pará 2002: 7).



Figura 7 - Vista aérea do Complexo Cultural Feliz Lusitânia. Foto: João Ramid (Adaptado de Secult (2006:324).

Nesse projeto, foram previstas cinco etapas, na seguinte ordem: Museu de Arte Sacra (inaugurado em 1998), Casario da Rua Padre Champagnat, Forte do Presépio, Espaço Cultural Casa das Onze Janelas e Casario da Ladeira do Castelo (Pará 2002). Com exceção desta última fase do projeto, todas as outras foram cumpridas, sendo que as segunda, terceira e quarta fases foram feitas concomitantemente, entre 2000 e 2002 (Costa 2007; Brito 2007). Direcionaram-se as intervenções a partir de

[...] dois princípios básicos: a retirada de todos os acréscimos que agrediam e descaracterizavam as instalações mais originais de cada prédio; e a preservação – às vezes até mesmo valorizada – das alterações promovidas em diversas épocas, e que foram consideradas como contributivas à artisticidade do conjunto (Pará 2002: 2).

Todas essas intervenções de restauro foram precedidas pelas pesquisas arqueológicas, além de outras de cunho arquitetônico, histórico e urbanístico (Pará 2002; Costa 2007; Brito

2009). Sem dúvida, o trabalho desenvolvido com base na arqueologia foi fundamental na configuração do Feliz Lusitânia, o que deve ser referendado como uma prática salutar nesse tipo de intervenção. Como consta no Relatório do Monitoramento Arqueológico (Marques 2003), relativo à etapa do Forte do Presépio, esse tipo de pesquisa afigura-se como uma necessidade:

Em atenção aos princípios básicos firmados em várias cartas e documentos de preservação e restauração de patrimônio histórico edificado, o Projeto Feliz Lusitânia, passou a contemplar a investigação arqueológica, para evidenciar elementos indicadores de alterações ocorridas na arquitetura do Forte do Castelo, ao longo de seus quase quatrocentos anos de existência, que nos dias atuais encontravam-se inteiramente despercebidas da leitura que o público faz do monumento (Marques 2003: 11).

De acordo com Costa (2007), o governo estadual elaborou o discurso em que buscava a construção de identidade e memória a partir das referências materiais do patrimônio histórico. Para Miranda (2006: 194), a efetivação do Projeto Feliz Lusitânia faz parte da criação de uma das idades míticas de Belém, sob a égide governamental, na qual houve sistemática argumentação pela “valorização da ‘nossa’ cultura”. Desse modo, as edificações presentes na Cidade Velha foram reapropriadas em uma tentativa de ressignificação desses espaços enquanto lugar de origem de Belém. Nesse sentido, efetivou-se também a superposição de temporalidades na paisagem (Crumley 1979; Crumley e Marquardt 1990; Ingold 2000), com notória imposição de significados que deliberadamente remetem ao período colonial, tempo de conformação da urbanidade do lugar e, do mesmo modo, do amoldamento da paisagem de poder a partir da tensão entre os agentes sociais.

O Feliz Lusitânia, dentro de qualidades de suas ações, acabou também por reproduzir – de maneira recontextualizada aos tempos contemporâneos – alguns dos significados políticos da antiga paisagem da capital do estado. Os focos do projeto foram os edifícios síntese do início sistemático do processo colonial na Amazônia e se, por um lado, tentou-se estabelecer uma linha histórica entre os prédios, concomitantemente houve a imposição de significados – também colonialistas – à paisagem, na medida em que as ações de preservação do patrimônio não consideraram as demandas dos moradores. Apesar de haver votos favoráveis ao projeto (Britto 2009), as opiniões que indicam a arbitrariedade de sua execução foram constantes (Miranda 2006; Costa 2007), e ainda refletem-se no cotidiano dos espaços, controlados quanto à circulação e horários (Miranda 2006).

Sobre essa imposição de gerenciamento e significados da paisagem, é singular o exemplo das intervenções no Forte do Presépio. Nesse espaço, a ação da arqueologia e da perspectiva da arquitetura foi condicionante no resultado final da intervenção, mas também geraram controvérsias que alcançaram significativas dimensões, inclusive no que diz respeito à autoridade da ciência arqueológica (Lopes 2011). No que tange a essa disciplina, especificamente no espaço do Forte do Presépio, essas pesquisas modificaram, inclusive, o projeto inicial (Costa 2007). O objetivo primeiro era a elaboração de um museu militar, sendo para isso utilizada a cultura material proveniente do sítio (Marques 2003, 2006). Todavia, algumas estruturas arquitetônicas da fortaleza, além de objetos alusivos à pré-história, provocaram uma inflexão nessa perspectiva inicial (Marques 2003, 2006): os anfiteatros projetados para a parte interna do Forte, bem como o do local onde se localizava o restaurante foram repensados após a evidência de estruturas defensivas, alusivas a tempos diversos; além disso, a cerâmica indígena pré-colonial criou a necessidade de ampliar o recorte temporal do museu, fazendo-se referência aos momentos anteriores à colonização europeia – o museu militar foi transformado em Museu do Encontro (Marques 2003, 2006).

Somam-se a isso as pesquisas efetuadas por técnicos do IPHAN, que demonstraram algumas críticas ao projeto, provocando certas modificações. Uma delas dizia respeito ao espelho d'água que se pretendia criar na área do fosso da fortificação. Segundo parecer de Adler Homero Fonseca de Castro, historiador, e Antonio Aguilera Montalvo, arquiteto, (Iphan 2001) esse era um dos elementos que poderiam provocar um “pastiche histórico”, posto que não fizessem parte da configuração arquitetônica das fortificações das colônias portuguesas. De acordo com Miranda (2006), já em janeiro de 2002 esse elemento foi retirado das plantas do projeto endereçadas ao IPHAN.

Sendo assim, vê-se que as pesquisas efetuadas ao longo do trabalho de intervenção na fortificação, em especial as arqueológicas, foram preponderantes no resultado alcançado. Não se deve negligenciar que toda a elaboração do projeto foi embasada em investigações, o que não impediu que as “descobertas” arqueológicas provocassem modificações em sua estrutura. No que diz respeito à arqueologia histórica, é comum que as prospecções evidenciem fatos não informados na documentação histórica; isso decorre, em parte, do

caráter mais objetivo da cultura material, se comparado com a subjetividade do registro escrito ou iconográfico, gerando dessa forma outro nível de informação (Orser Júnior 1992; Lima 1993). Neste sentido, observa-se que os condutores do Feliz Lusitânia possuíam certa sensibilidade para levar em consideração essa perspectiva.

Todavia, se o projeto de restauro das edificações gerou várias modificações com “a retirada de todos os acréscimos que agrediam e descaracterizavam as instalações mais originais de cada prédio” (Pará 2002: 2), nada gerou mais controvérsias que a demolição do muro que se afigurava entre o Forte do Presépio e a rua que lhe é adjacente. Os embates se deram tanto no âmbito político-partidário, quanto nos debates dentro dos órgãos de proteção ao patrimônio histórico, seja de nível federal ou municipal (Costa 2007).

No entanto, apesar da questão arquitetônica – ligada ao muro – ter tomado maiores dimensões, pode-se citar outros dois fatos de relevância: o primeiro diz respeito à retirada de peças de artilharia das instalações do Forte do Presépio registrado no “Embargo Extrajudicial n.º 009/2000”, datado de 06/10/2000, em que o IPHAN notificou a Divisão do 8º Departamento de Suprimentos pelas remoções indevidas; outro fato está registrado no Ofício PRDC/PR/PA/Nº 1408/2008-R (com data de 11/09/2008), emitido pelo MPF/Procuradoria da República no Pará, sobre ossadas de supostos presos políticos encontradas nas imediações do Forte do Presépio; em resposta, a Superintendente do IPHAN afirma que as ossadas são relativas ao período colonial e, portanto, não podem ser de presos políticos (Ofício 438/2008-GAB-2ªSR/IPHAN).

Nesse contexto de vozes dissonantes, a menos ouvida foi a da arqueologia. Justamente em uma questão, digamos, mais delicada, não somente pela sua partidarização política, mas também por estar estritamente vinculada à autoridade da ciência arqueológica e das políticas patrimoniais vigentes no país. Esses dois últimos aspectos, diga-se de passagem, construídos com discussões sistemáticas e, a rigor, consolidados no mundo acadêmico.

2.1. O “Indigitado estrupício”: “Velho, mas não histórico”!

As intervenções no Forte do Presépio no âmbito do Projeto Feliz Lusitânia, não foram criticadas somente quando da destruição do muro. Nesse caso elas partiram dos técnicos relacionados ao órgão maior de proteção ao patrimônio, o IPHAN – como citamos anteriormente – e do órgão local, a Fundação Cultural do Município de Belém (FUMBEL). Segundo Costa (2007: 85), a primeira consideração da esfera municipal foi feita em 2001, ainda nos trâmites da autorização para a execução das obras, quando aprovou “com restrições” o projeto, dado que apenas as intervenções voltadas para a conservação poderiam ser efetuadas. Após esse momento, ainda segundo esta autora, a FUMBEL se manifestou apenas em março de 2002.

Já o IPHAN, após circulação de ofícios entre a 2ª Superintendência Regional (2ªSR-PA/AP) e o Departamento de Patrimônio (DEPROT) desta instituição em Brasília, requisitou parecer técnico sobre o projeto do Forte do Presépio (Costa 2007). Em documento de março de 2001 (Parecer n.º 25/2001) Adler de Castro e Antonio Montalvo criticaram algumas das propostas presentes no projeto do Forte do Presépio, consideradas como descontextualizadas em uma fortificação: 1) Um talude projetado para o fosso da fortificação; 2) O espelho d’água; 3) Inserção de meias-luas circulares nas proximidades da ponte que dá acesso à fortificação; além de 3) A reconstrução dos parapeitos à barbeta da parte baixa, este por implicar “na escolha de um dado momento histórico em detrimento de outro posterior” (Iphan-Parecer n.º 25/2001). Todos esses argumentos foram utilizados para solicitar o embargo administrativo às obras na fortificação. Mas apenas em dezembro de 2001 o IPHAN voltou a se manifestar e cobrar um posicionamento da Secretaria Executiva de Cultura do Estado (SECULT), quanto aos questionamentos referendados no parecer de Adler de Castro (Costa 2007).

Após essa data a SECULT enviou material técnico ao IPHAN e pediu reavaliação no projeto (Miranda 2006; Costa 2007). Esse material foi subsidiado pelas pesquisas arqueológicas em andamento e esclarecia o andamento das intervenções, bem como reafirmava o interesse, já contido no projeto inicial, de retirar parte do muro adjacente à Praça Frei Caetano Brandão (Pará 2001). Justificava-se que o muro não fazia parte da construção original da fortificação,

posto que impedisse a linha de tiro direcionada para a cidade. Dessa forma propunha-se o rebaixamento do muro,

conservando o pórtico de entrada, para integrar a fortaleza na visão da praça e abrir um janelo da praça para o rio, já que o antigo restaurante do círculo militar [...] vai ser removido e o espaço tratado para contemplação das águas, dos efeitos crepusculares e para espetáculos cênicos (Pará 2001:4).

Em reportagem de 04 de fevereiro de 2001, é noticiado que, com a destruição do muro que “impede uma nova visão”, o “Forte do Castelo vai se integrar à paisagem” (O Liberal/Cartaz 2001: 1). Segundo a reportagem, clara alusão às benesses da obra, o Forte “tem se mantido escondido e até esquecido atrás do muro construído na última reforma feita no início do século XIX” (O Liberal/Cartaz 2001: 1). A reportagem cita ainda a entrevista com a arquiteta Mena Matos, para quem a derrubada do muro permite a abertura do Forte “para os olhos da população no sentido cultural e histórico, para que se conheça um pouco mais sobre a fundação da cidade, *resgatando* assim a auto-estima (sic) tão abalada nos últimos tempos” (O Liberal/Cartaz 2001: 1, *itálico meu*). Importante destacar a ideia de *regate*, posto que ela fosse uma constante nas argumentações sobre a questão. No caso da fala de Mena Matos, o resgate seria da autoestima, enquanto a matéria jornalística afirma que a reforma “resgata a história da cidade”. Por hora, volto à questão do muro.

Nessa reportagem há os argumentos essenciais quanto aos motivos da retirada do muro: ele é estranho à arquitetura original do Forte e, portanto, impede que se tenha a visão de conjunto da fortaleza com a Cidade Velha. Todavia, um parecer de Adler de Castro, de fevereiro de 2002, afirmou que o muro era elemento integrante da fortificação, inclusive no que diz respeito à sua arquitetura defensiva (Iphan 2002). Para esse técnico do IPHAN, a bateria baixa evidenciada pelas escavações arqueológicas, onde havia o antigo restaurante militar, eram contíguas ao muro. Este, por sua vez, cobria a bateria baixa e teria sido erigido por volta de 1859, momento em que houve novos investimentos nas fortificações pelo Brasil. Sendo assim, o muro foi erguido quando o Forte do Presépio estava em operação (Figura 8).

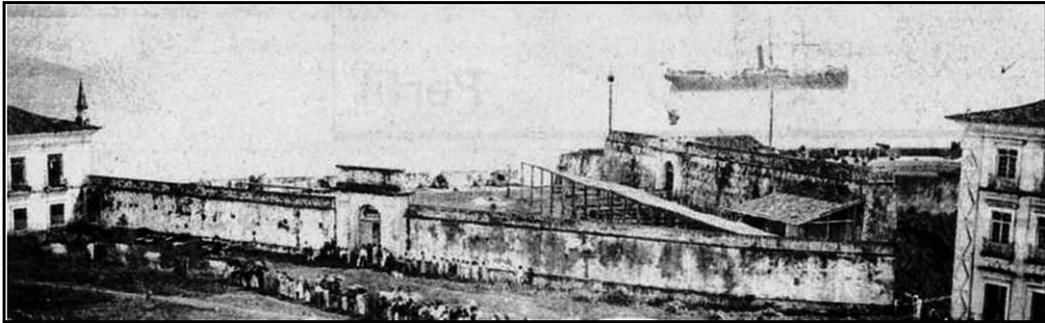


Figura 8 - Imagem do Forte do Presépio em 1884 (Adaptado de Costa 2007: 92).

Os técnicos da 2ª Superintendência Regional do IPHAN, em memorando de dezembro de 2002, apoiaram a decisão do Superintendente – Luis Severino da Silva Jr. – dessa regional em paralisar os serviços na fortificação, especificamente em decorrência da retirada do muro (Iphan 2002). Para esses especialistas do IPHAN, estava em curso a inadmissível

[...] tentativa de imposição de uma proposta de “restauração” equivocada que desconsidera os preceitos estabelecidos pelas Cartas Patrimoniais, bem como indicações técnicas e conceituais vigentes na área de restauro. Tal afronta fica evidenciada, no projeto para o Forte do Castelo, na deformação da escarpa, que recebeu uma saia na área do fosso seco; na eliminação dos rebocos das muralhas; na persistência, mesmo diante de todas as informações levantadas nas pesquisas iconográficas e arqueológicas, da proposição de demolição do muro, construído em meados do século XIX, com alvenaria de pedra e cal de sernambi (Iphan 2002).

A despeito dessas argumentações, o projeto foi aprovado na íntegra pelo Diretor do DEPROT (Miranda 2006; Costa 2007). Com isso, a demolição só foi iniciada em 25 de novembro de 2002, sendo que no dia 27 desse mês o Ministério Público Federal (MPF/PA) concedeu liminar cancelando a retirada do muro (O Liberal/Cartaz 2002; Costa 2007). O Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJE/PA), no dia 29, cassou a liminar anterior e as demolições seguiram (Costa 2007). Nesse mesmo dia, a própria Justiça Federal, por meio do MPF/PA, mandou paralisar as obras no “muro frontal do Forte do Castelo” (O Liberal, 2002). No dia 5 de dezembro, o que sobrava da amurada foi definitivamente demolido, por decisão do Tribunal Federal em Brasília (Diário do Pará 2002; O Liberal 2002; Costa 2007), mantendo-se apenas o seu pórtico de entrada e alguns centímetros do muro (Figura 9).



Figura 9 – Imagem do Pórtico, já sem o muro (Adaptado de Costa 2007: 97).

Durante o debate sobre a derrubada do muro efetuado na imprensa, os posicionamentos dos técnicos ligados às instituições patrimoniais, assim como as perspectivas do Governo do Estado – expressadas principalmente pela voz do Secretário de Cultura – , e da própria esfera judicial, foram manifestadas continuamente. Todas elas buscavam justificar a retirada ou manutenção do muro, atribuindo dessa forma significados diversos ao referido artefato.

Neste sentido, os debates desenvolvidos na arqueologia contemporânea tem se esforçado em mostrar a influência da cultura material na sociedade, numa relação de retroalimentação entre sujeito e objeto. Miller (1987:121) observa que os objetos não são apenas referências de um grupo social, já que eles podem ser “constitutivos de certas relações sociais”. Nessa linha de pensamento, Lima (2011) afirma que a cultura material desempenha papel ativo nos sistemas socioculturais. Logo, os objetos não são agentes meramente passivos.

De toda forma, há constantes atribuições aos objetos, como argumenta Hilbert (2006). Além disso, os significados vão mudando ao longo da vida dos objetos (Lima 2011), posto que ele perca e incorpore atributos, passa por “redes de significados que o classificam e o reclassificam em categorias constituídas culturalmente” (Rede 1996: 276) e, dessa forma, suscitam alterações na sua biografia. Zarankin (2008: 326), ao discutir a arquitetura como discurso material, menciona que os “edifícios são objetos sociais” e por isso “estão

carregados de valores e sentidos particulares”. Logo, as construções têm uma participação ativa na formação da sociedade (Zarankin 2008).

Tendo isto em vista, discuto os significados atribuídos ao muro do Forte do Presépio. Como mostrei, houve por parte dos técnicos do IPHAN e, acrescento, da FUMBEL, o interesse em deixar claro que o muro constituía parte do patrimônio histórico e, portanto, deveria ser mantido e inserido nas adaptações realizadas na fortificação (Costa 2007). Os argumentos, nesse sentido, voltaram-se para os referenciais históricos e arqueológicos na tentativa de legitimar tais considerações.

Por outro lado, as argumentações do setor favorável à retirada do muro também se utilizaram de dados científicos; todavia, é interessante observar as adjetivações efetuadas por essa parcela de agentes interessados nessa opção mais drástica. Por desencadear um debate intenso entre a Prefeitura de Belém e o Governo do Estado, com ativa participação do IPHAN, o artefato foi denominado de “muro da discórdia” (Miranda 2006; Costa 2007).

Segundo Costa (2007), o conflito político-partidário deu a tônica dos debates divulgados pela imprensa. As alusões partidárias, contudo, apareceram de forma patente nas argumentações do Secretário de Cultura, Paulo Fernandes Chaves, para quem o “principal motivo para o embargo da demolição do muro” foi político (O Liberal/Cartaz 2002: 1). Segundo Paulo Chaves, o próprio Superintendente da 2ª SR IPHAN, Luiz Severino Jr. – de origem pernambucana –, possuía filiação com um partido político de oposição ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), o qual governava o estado do Pará, e por isso tratava o assunto com “má vontade” (O Liberal/Cartaz 2002: 1). Além disso, o Secretário acusou o Superintendente de não ter um conhecimento plausível sobre a questão, posto que apenas “pegou carona na opinião de historiadores contrários à derrubada do muro” (Chaves *apud* O Liberal/Cartaz 2002: 1; Diário do Pará/Cidades 2002: 6).

Além disso, o então chefe da SECULT afirmou que “a derrubada do muro dá mais visibilidade à obra, destaca todo o conjunto que está sendo feito e isso incomoda” (Chaves *apud* O Liberal/Cartaz 2002:1; Diário do Pará/Cidades 2002:6). A partir desse momento, Paulo Chaves começou a atribuir significados classificatórios ao muro, dotando este objeto de vida própria, de acordo com os termos desse contexto.¹⁸

¹⁸ Não desconsidero que havia divergências político-partidárias em Belém. A cidade era governada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), enquanto que o estado estava sendo encabeçado pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Costa (2007) e Britto (2009) mostram como essa oposição se incorporava também nos discursos acerca das práticas do urbanismo em Belém, no qual cada grupo tentava deixar sua marca.

Como mostrei anteriormente, o Forte do Presépio, de acordo com os estudos de Araújo (1998, 2003, 2006), influenciou diretamente na organização espacial da Belém colonial. Partindo dessa premissa, o projeto Feliz Lusitânia pretendeu restabelecer esta antiga ligação entre a fortificação e a cidade (Miranda 2006; Costa 2007). Segundo Paulo Chaves, o a fortaleza perdeu sua função defensiva em meados do século XIX, ao passo que perdia também “a posição protagonista da história de Belém para ser coadjuvante de segunda classe até se modificar totalmente para uma sede social voltada aos militares” (Diário do Pará/Cidades 2002:6).

O muro, nesse contexto, passou a sombrear o Forte (Diário do Pará/Cidades 2002:6). Paulo Chaves, em texto publicado em jornal de grande circulação,¹⁹ afirmava que dever-se-ia “comemorar a parcial demolição da muralha” – batizada de “indigitado estrupício”, “estrovenga” e “aberração” –, já que ele “nunca fez parte do Forte do Presépio”, tendo a função tão somente de ocultar “a presença monumental” da fortaleza (O Liberal/Cartaz 2022: 1). Nas palavras do Secretário, o muro constituía-se como uma

[...] barreira física que impediu o acesso da população às cercanias do Forte e a fruição visual da sua presença no cenário da vida cotidiana, e da baía do Guajará ao fundo, lhe servindo de moldura, produziu também a desvalorização do monumento, acentuando o processo de decadência. Indefeso pelo ocultamento, ele tornou-se “presa fácil” para formas de utilização inadequadas e espúrias, como, por exemplo, a instalação em seu recinto de uma edificação da Companhia inglesa Port of Pará (sic), destinada ao gerenciamento da montagem dos galpões portuários, durante os anos de 1907 a 1920, e, mais recentemente, a sede do Círculo Militar, o cassino dos oficiais e apartamentos para oficiais em trânsito (O Liberal online/Cartaz: 1 itálico meu).

Sendo assim, o muro não apenas foi uma barreira física, mas ele tinha o poder de ação sobre o Forte, posto que *produzia, acentuava e ocultava* a desvalorização e a decadência. Logo, o muro agia como algoz da fortificação, justamente por deixá-lo escondido (O Liberal online/Cartaz 2002). O muro foi associado às outras “aberrações” retiradas no início do processo de restauro (O Liberal online/Cartaz 2002), tais como o restaurante do Círculo Militar, o cassino e as hospedarias de trânsito dos militares (Diário do Pará/Cidades 2002: 6). A permanência da “estrovenga” até o fim da obra não por outro motivo senão o de servir de “tapume e proteção do canteiro de serviços” (O Liberal online/Cartaz 2002).

¹⁹ Texto também publicado no livro que registra o processo de efetivação do Projeto Feliz Lusitânia (Secult 2006).

A retirada desse “entulho visual” (O Liberal *online*/Cartaz 2002) reconstituiu “o papel que o forte” já possuiu “como parte de toda a área” (O Liberal/Cartaz 2002: 1). Além disso, recuperou-se o “olhar perdido” e a “simbiose entre o forte e a cidade, que se perdeu a partir do século XIX, quando o sítio do entorno imediato do forte transformou-se em quartel” (Chaves *apud* O Liberal/Cartaz 2002: 1). Na conjuntura de retirada do muro, esses significados foram reproduzidos na decisão judicial que autorizou o ato.

A desembargadora Selene Maria de Almeida, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, foi quem deliberou sobre a questão, com base no material entregue pela SECULT nos autos do processo (Costa 2007). Para a desembargadora, o muro não fazia parte da fortificação por ter sido construído 250 anos depois de sua fundação; logo, o que estava sendo levado a cabo pelos governantes estaduais era o *resgate* da “história da cidade através da recuperação do seu patrimônio colonial urbanístico, que a falta de consciência estética e histórica dos administradores de 1860 não atinava” (*apud* O Liberal/Cartaz 2002: 1; Miranda 2006: 209). Por fim, “o muro é velho, mas não histórico” (*apud* O Liberal/Cartaz 2002: 1) e o “que é histórico e deve ser protegido é o sítio do Forte e prédios vizinhos separados por um muro hoje destituído de finalidade” (O Liberal *online*/Cartaz 2002).

A noção de *resgate* é retomada nas palavras da desembargadora, com já vinha sendo feito durante as obras na fortificação (O Liberal/Cartaz 2001: 1). Segundo Costa (2007), essa ideia está relacionada com o discurso patrimonial impreso no Feliz Lusitânia; assim, tentou-se justificar e legitimar a intervenção efetuada nas edificações inseridas nesse projeto, ao passo que se tentava dotá-las de identidade e coletividade na sociedade paraense, especialmente a de Belém.

Denotativamente, a palavra resgatar está associada à recuperação, salvamento “de situação perigosa” ou “acontecimento nefasto” (Ferreira 2001: 600). No caso da restauração do Forte do Presépio, o que se pretendia não era apenas o resgate da história do prédio, mas a da própria cidade, assim como da autoestima dos cidadãos. Tendo em vista as atribuições dadas ao muro frontal da fortificação, suponho que justamente esse “estrupício” foi o responsável pela ameaça à história e à autoestima colocadas em questão. E mais, não poderia haver o resgate desses aspectos sem a extinção dessa “aberração”. Deixa-se, contudo, os espólios da “estrovenga”, transformado em “arco do triunfo” – ou Portal do

Aquartelamento (Miranda 2006). O artefato danoso, então, foi convertido e expurgado de suas atribuições ameaçadoras.

O novo projeto arquitetônico do Forte do Presépio do século XXI, com a retirada do seu muro, configura a “construção física da paisagem” (Zarankin 2008: 325), no sentido de uma legitimação do poder e tentativa consciente de formar pessoas. Neste sentido, tanto o muro como a fortificação, imbuídos na categoria de patrimônio histórico e cultural, atuaram como elementos mediadores entre os domínios sociais e simbólicos, constituindo, como afirma Gonçalves (2005: 16 e 20), pontes entre “categoriais cruciais, tais como passado e presente” ou ainda “entre a história e a memória”.

Desse modo, há uma perspectiva para a explicação das atribuições de sentido dadas ao muro e as várias encarnações que ele passou a receber no contexto contemporâneo. Ressalta-se que esses significados não correspondem, necessariamente, aos existentes durante o erguimento do muro na década de 1860, posto que ele pudesse ser mais um elemento defensivo da arquitetura militar do Forte do Presépio, como apontaram os técnicos do IPHAN; ou, que seja, um *muro* com suas funções de *muro*. De qualquer forma, ele possuía uma interação social com as pessoas que o circundaram durante esses anos, posto que fosse um elemento da paisagem urbana de Belém.

Torna-se evidente com o debate suscitado pela derrubada do muro o interesse no gerenciamento da paisagem por parte dos agentes do governo do estado. Têm-se com isso uma das etapas no dinâmico processo de constituição desse cenário, que apesar de possuir significados diferenciados para cada grupo social durante os vários tempos, possui permanência quanto às tentativas de legitimação de poder. Em uma perspectiva de longa duração, a região do centro histórico de Belém comporta uma sucessão de registros das sociedades que por lá habitaram ou habitam. As paisagens sobrepostas, nesse sentido, são indícios do processo de ocupação e gerenciamento do espaço, com marcas da relação que os atores sociais que nelas se relacionaram. Devo destacar que tais sobreposições da paisagem foram constantes e não são todas abarcadas nessa dissertação. Uma delas, como demonstrarei do capítulo seguinte, é a presença do Colégio e Igreja dos jesuítas, integrante desse processo de ocupação e significação da paisagem.

III. O “MELHOR SÍTIO DA TERRA”: ARQUITETURA E PAISAGEM NA BELÉM DO GRÃO-PARÁ

Este capítulo objetiva discutir a inserção dos padres da Companhia de Jesus, através do seu complexo arquitetônico, na paisagem de poder situada no bairro de maior destaque da Belém colonial. Essa inserção, sem dúvida, deu-se ao mesmo passo que o Colégio e Igreja contribuíam para a construção dessa paisagem cultural.

Utilizo nessa parte do texto, os conceitos da arqueologia da paisagem e da arqueologia da arquitetura, no sentido de traçar o percurso discursivo presente tanto na edificação, quanto nos textos dos próprios jesuítas. Busco, como indica Souza (1995: 119), oferecer hipóteses para os “processos culturais envolvidos nas atividades diárias em nível regional e em termos de prática social” tendo em vista as edificações. Para isso, tomo como referência comparativa o modelo proposto por Najjar (2011) para a ocupação jesuítica no litoral brasileiro, mas com as ressalvas necessárias às especificidades do caso Amazônico. Nesse sentido, adoto a cronologia para o Colégio de Santo Alexandre e sua Igreja formulado por Martins (2009, v. I).

O capítulo tem como fonte primordial os discursos dos religiosos de Santo Inácio sobre a paisagem de Belém, essencialmente os dois bairros que compunham a urbe entre os séculos XVII e XVIII. A partir desses documentos, analiso também a cronologia construtiva do edifício aqui estudado, entendendo que as narrativas efetuadas pelos padres comportam em si elementos ideológicos acerca dos usos e funções do prédio. Por outro lado, utilizo de outras vozes, não jesuítas, para evidenciar a significação do Colégio no contexto urbano da capital do Grão-Pará. Assim, busco estabelecer relação entre a representação e percepção, necessárias ao estudo de arquitetura e paisagens.

1. A Companhia de Jesus na América Portuguesa

No bojo da Contrarreforma, a Companhia de Jesus foi fundada em 1540, pela ação do ex militar Inácio de Loyola. Com *Fórmula do Instituto* aprovada pelo papa Paulo III na bula

Regimini Militantis Ecclesiae, os jesuítas se tornaram um dos mais importantes dos movimentos de reforma do século XVI vinculados à liderança papal (Eisenberg 2000). A ordem nasceu com caráter não monástico, com o objetivo de ter contato direto com os sujeitos de missionamento, havendo como principal objetivo a persuasão de “cristãos, hereges e pagãos a viverem uma vida reta, guiada pela moral cristã e pela luz divina” (Eisenberg 2000: 32). Tal ethos está presente na própria denominação da Ordem, *Societas Iesu* (Sociedade de Jesus), alusão a sua organização pensada para atuar no mundo, incluindo as missões, a educação e as ações junto aos reis (Costa e Menezes 2010).

Chegados à América Portuguesa em 1549, os padres inacianos desenvolveram no Brasil, segundo Neves (1978: 25), “a história de uma missão”, estritamente no sentido que deve ser adotado o termo *missão* para o período, qual seja, o da expansão do catolicismo e do mundo ibérico (europeu) para o Novo Mundo. Sua presença em terras brasileiras, portanto, esteve desde o início ligada ao compromisso em converter os povos indígenas do território. A experiência jesuítica no Brasil foi ímpar para o desenvolvimento da própria Ordem, incluindo os aspectos ligados à criação de missões religiosas e ao seu próprio pensamento político (Eisenberg 2000).

Na Amazônia não foi diferente, posto que a presença jesuíta, tal qual a presença religiosa de maneira geral, esteve diretamente imbricada com o processo colonizador português. Reis (1948) argumenta que tal qual a economia e o militarismo, os religiosos regulares eram uma das dimensões da expansão luso-brasileira, fundamentais no trato com os grupos indígenas e definição do território. Para uma visão concreta disto, é de se pensar o caso dos aldeamentos missionários, que chegaram ao número de 63 em meados do século XVIII, congregando, em média, 470 indivíduos em cada uma das 19 missões dos inacianos, somando 50 mil ao todo em estimativa aproximada (Azevedo 1999[1901]).

A organização dessa rede missionária no Vale Amazônico subsidiou a ação dos padres inacianos até sua expulsão em 1759, dado as injunções coloniais na região.²⁰ O aparato das aldeias foi tão significativo ao ponto de serem incorporadas, com toda a sua dinâmica, à reforma urbana ocorrida a partir da segunda metade do século XVIII (Araujo 1998), o que

²⁰ Para o debate sobre as reformas políticas ao tempo da expulsão dos jesuítas em 1759, cf. Maxwell (1997) e Coelho (2005).

demonstra a integração desses espaços missionários ao processo de urbanização amazônica desde o século XVII, dado que em sua organização pode-se vislumbrar características de mundo urbano (Guzmán 2008; Guzmán *et al.* 2009; Lopes 2009, 2010, 2012). Ressalta-se, todavia, que as aldeias compreendiam uma das estruturas sob a administração dos padres, e se somavam aos colégios, residências, fazendas e engenhos.

Toda essa estrutura se diferenciava pelas atividades econômicas de cada uma delas, posto que possuíssem, nesse aspecto, especializações. Sendo assim, a dimensão espiritual da ação missionária estava associada imediatamente às necessidades práticas de produção e manejo dos bens materiais, o que gerou para os jesuítas um poderio econômico singular se comparado às outras ordens religiosas (Assunção 2004). Tem-se, assim, a manifestação mercantil dos agentes religiosos que atuavam também como colonizadores (Azevedo 1999[1901]), obrigando os padres a terem acurado conhecimento do sistema produtivo vigente (Assunção 2004). Para a Amazônia, ou o antigo estado do Maranhão e Grão-Pará, a maximização do patrimônio jesuíta, particularmente a partir das suas fazendas, ensejava uma gama de relações entre os padres e os colonos, indígenas, autoridades políticas e os soberanos portugueses, o que gerou constantes reclamações e conflitos diretos com tais agentes (Neves Neto 2012).

Dessa estrutura, os colégios possuíam posição hierárquica privilegiada, na medida em que centralizavam as funções administrativas e possuíam autonomia no que tange à organização financeira da Ordem, sendo encabeçados por um reitor e um procurador (Neves Neto 2012). Desse modo, a criação de colégios era o objetivo primeiro em dada missão, tendo em vista a função articuladora que possuíam no que tange aos bens materiais da Companhia de Jesus, o que os associava ao aparato econômico alcançado pelos padres (Neves Neto 2012). Os bens materiais adquiridos eram vinculados somente aos colégios e casas de formação, que segundo Leite (1945b), serviu para o seu sustento. Para a Amazônia colonial, os colégios de Santo Alexandre em Belém, Nossa Senhora da Luz em São Luis – os dois maiores – e os de Vigia e Alcântara, eram os únicos com esse privilégio (Leite 1945b). Tal arranjo fazia parte da própria organização jesuíta, definida a partir das suas Constituições ainda por Inácio de Loyola (Leite 1945b). Contudo, as atividades econômicas desenvolvidas nesses lugares de modo algum se limitavam aos religiosos, mas se expandiam aos outros moradores do mundo

colonial. De acordo com Neves Neto (2012: 26-27), a “[c]riação de gado, cultivo de diversas culturas, expedições ao cravo e cacau e descimentos de indígenas eram algumas atividades desenvolvidas pelos missionários dos colégios”.

Por outro lado, os colégios também desempenharam papel na educação no mundo colonial, posto que os discípulos de Santo Inácio também fossem uma “ordem docente”, no sentido de empregarem a educação como uma das formas de catequese (García-Villoslada 1991: 833). Na Amazônia, o ensino dos filhos dos moradores e o inicial objetivo de formar noviços para a Companhia demonstram uma das formas de sua inserção no mundo colonial português (Chambouleyron *et al.* 2011). A chegada e permanência dos padres inicianos em Belém, por exemplo, foi primeiramente condicionada pela sua limitação às atividades de educação dos colonos (Azevedo 1999[1901]). O ensino, assim, fez parte da dimensão política das atividades dos jesuítas, contribuindo para a construção do lugar dessa Ordem no mundo colonial (Chambouleyron *et al.* 2011).

Importa mencionar que, funcionalmente, a organização espacial desses colégios atendia às demandas da instituição e, além disso, incorporava materialmente o mundo jesuíta em todas as suas dimensões. Como veremos a seguir, esses prédios deveriam seguir um traço elementar, com espaços para residência dos padres, ensino, guarda da produção material advinda das fazendas, oficinas e, claro, a igreja. Para Martins (2009, v. I: 54), todavia, não se deve pensar tais edificações dentro de um plano uniforme de construção da Companhia, já que elas “tomam sua forma de acordo com o contexto histórico, social, cultural e econômico de cada região em particular”.

Por outro lado, considero que, sendo o centro administrativo da Companhia de Jesus, os colégios eram pontos nefrágicos na atuação global desses padres. Eles integravam o amplo complexo das missões mundiais organizadas a partir da *Assistência de Portugal*, que incluía todo o império luso, tais como a Índia, o Japão, a China, Etiópia e arquipélago indonésio (Alden 1996). Isto implica, pois, na necessária percepção da relação local-global que enseja a prática jesuítica no mundo colonial (Alden 1996), o que permite, em minha percepção, a análise de uma das formas de estruturação e uma das forças diretoras desenvolvidas para a expansão do capitalismo em seus meios de dominação (Lima 2002a, 2002b).

2. A quadra e o espírito: a arquitetura jesuíta no Brasil

De acordo com Martins (2009, v. I), as edificações jesuíticas foram preocupação da Ordem desde o seu início, havendo determinação nas atas da *VIII Congregazione* (1646) para que todos os edifícios fossem aprovados pelos superiores de Roma, não se permitindo mudanças no prédio depois dessa aprovação. Havia, desse modo, um especialista, *Consiliarius Aedificiorum*, dedicado ao exame dos projetos e sua inspeção (Martins 2009, v. I). Esta autora afirma que os estudiosos da arte e arquitetura inicianas ora argumentaram pela não existência de um estilo jesuítico, ora defenderam a imposição efetuada pela Ordem de um estilo próprio nos locais onde se fixaram, ou ainda que os padres se adaptassem aos estilos e preferências locais. Martins (2009, v. I) segue esta última perspectiva, já que entende que há variedade nas formas de manifestação artística em tais edificações, particularmente as igrejas. Desse modo, diz a pesquisadora:

Acreditamos, que as construções, então, vão se apresentando e se definindo ao curso de inúmeros fatores, como por exemplo, a geografia, o clima, os recursos naturais, os materiais disponíveis, os artistas e os oficiais envolvidos, o lugar de procedência dos padres jesuítas que comandavam as obras, o grau e o percurso de circulação das obras e dos artistas, os séculos em que foram implantadas as igrejas, colégios e residências, ou melhor dizendo, as edificações jesuíticas tomaram suas formas de acordo com o contexto histórico, social, cultural e econômico de cada região em particular (Martins 2009, v. I: 54).

Sobre esse debate, Costa (1997[1941]) argumentou por um estilo jesuítico, a despeito das diferenças existentes entre as diversas manifestações da arte dessa ordem religiosa. Trata-se, segundo o arquiteto, de representações no Brasil, de composições renascentistas, moderadas, regulares e frias, “ainda imbuídas do espírito severo da contra-Reforma (sic)” (Costa 1997[1941]: 106). As possíveis contradições e diferenças dentro de tal estilo são,

[...] apesar das mudanças de forma, das mudanças de material e das mudanças de técnicas, a personalidade inconfundível dos padres, o ‘espírito’ jesuítico, vem sempre à tona – é a marca, o *cachet* que identifica todas elas e as diferencia, à primeira vista, das demais [...] essa irreduzível e acima de todas as modalidades de estilo porventura adotadas, é que constitui, no fundo, o verdadeiro ‘estilo’ dos padres da Companhia (Costa 1997[1941]: 105).

Martins (2009, v. I) e Costa (1997[1941]) estão centrados, nesses trechos de seus trabalhos, na necessidade de classificar dentro do quadro da história da arte, e da arquitetura, o estilo jesuíta. Em outros estudos da arquitetura dos padres da Companhia pelo mundo, considera-

se, do mesmo modo, a sua adaptabilidade nesse aspecto, mesmo avaliando a necessidade de submissão do projeto base dos prédios aos superiores em Roma, que deveriam seguir os esquemas gerais de funcionalidade dos colégios e igrejas (Figueiredo e Martínez 2006; Ruão 2006; Acalá 2012; Ceballos 2012; Gomes e Lobo 2012).

Isto posto, considero, tal qual Martins (2009, v. I), que as diferentes manifestações da arte jesuítica têm relação com as diversidades de contextos nas quais os padres se inseriram e erigiram seus templos, colégios e residências.²¹ Sendo assim, a análise das injunções locais é necessária para o entendimento da relação global-local inerente a esses padres, o que pode ser interpretado com o auxílio das fontes possíveis sobre a questão, incluindo os superartefatos que são as suas edificações. Entendo que tais construções são a dimensão material da manipulação do espaço, tendo em vista fatores sociais, culturais e econômicos (Borrazás *et al.* 2002), e não são possíveis de serem entendidas isoladamente (Kamp 1993). Isso é válido na medida em que adoto a perspectiva de que a arquitetura resulta da apropriação dos elementos da topografia e da organização simbólica do espaço, implicando na sua inserção na paisagem local (Kamp 1993; Steadman 1996; Copé 2006; Drennan 2010).

Nesse sentido, deve-se considerar alguns elementos adotados pelos padres da Companhia de Jesus na ereção de seus prédios, tais como a escolha do terreno, o traço geral do complexo, a ornamentação da igreja; tais características são relacionadas à funcionalidade da edificação, mas também imprimem na paisagem o discurso dos seus idealizadores. Outras significações e usos podem ser dados ao conjunto arquitetônico, em uma mediação de significados diferentes e, por vezes, simultâneos (Beaudry *et al.* 2007). De todo modo, como cultura material que são, entendo que as edificações tanto incorporam as formas de pensar e comportamentos do passado (Beaudry *et al.* 2007), como possuem relação de reciprocidade no processo de imersão provocada nos sujeitos que circulam entre suas paredes ou são confrontados com suas fachadas, já que podem ser reapropriados em diversos sentidos, produzindo e sendo produto de relações sociais (Certeau 1998; Bourdieu 1999; Lima 2011; Najjar 2011). Por fim, concordo com a perspectiva de Souza (1995), para

²¹ Há diferença quando me reporto aos termos “residência” e “colégio”. Najjar (2001) explica que as residências eram estabelecidas nas aldeias missionárias, enquanto que os colégios nos centros urbanos de destaque; todavia, a mudança na posição política de uma aldeia poderia fazer elevar a residência à categoria de colégio. Além disso, um colégio desenvolvia as atividades de uma residência, ao lado de outras funções típicas da instituição (administração das aldeias, ensino, gerenciamento econômico). Do ponto de vista arquitetônico, as duas instituições se diferiam, já que as residências eram mais simples, enquanto que os colégios possuíam plantas mais complexas e o partido maior.

quem os edifícios, além de obedecerem a padronizações, se entrelaçam com o contexto de seu tempo e de sua cultura.

A escolha do espaço para a construção das edificações é, ao que me parece, o princípio da materialização do discurso da Companhia. Para o caso dos assentamentos jesuíticos do litoral brasileiro, Najjar (2011: 72) observa que todos são implantados em “locais estrategicamente escolhidos, sempre que possível em elevações que lhes permitissem uma boa observação defensiva e, paralelamente, lhes atribuísse posição de destaque e poder”, além de preferencialmente se localizarem nas proximidades de grupos indígenas e na foz de rios. Dentro desse quadro, a igreja e residência eram erguidas na parte mais central e visível da topografia.

Nas Reduções jesuíticas da região platina, a configuração foi similar. De acordo com Barcelos (2000), as igrejas eram um dos elementos de maior importância no quadro urbano das Reduções, tanto do ponto de vista material, quanto do social. Sobre o primeiro aspecto, diz Barcelos (2000) que os templos eram erguidos com técnicas arquitetônicas mais elaboradas se comparadas às outras edificações do assentamento; os materiais empregados, por outro lado, foram se refinando no sentido da qualidade e resistência, ao passo que os povoados iam se consolidando. As igrejas não eram construídas de pronto com toda a suntuosidade que lhes são peculiares no período de maior solidez das Reduções, mas quando alcançavam a sua fase final em termos de volumetria, “com altura e dimensões superiores às outras construções”, tomavam “destaque no conjunto arquitetônico e, neste sentido, reforçavam o caráter social de sua função” (Barcelos 2000: 174).

Custódio (2002) fornece leitura semelhante para o caso específico de São Miguel Arcanjo, uma das reduções da Província Jesuítica do Paraguai. Para este autor, a organização espacial desse lugar obedecia às premissas barrocas, no sentido cenográfico e teatral. Todo cenário, assim, era concebido para dar destaque ao monumento principal, a igreja, caracterizando a disposição hierárquica espacialmente planejada.

A igreja era sempre o *marco* que *aparecia*, proeminente e de diferentes ângulos, iluminada e clara pela manhã, banhada pelo sol do norte. Com uma *monumentalidade* intencional, isto é, concebida quanto monumento, com uma *intenção objetiva* de ser *marco*, de se destacar no conjunto, sua arquitetura estava para *representar* valores, para evidenciar, com clareza,

que se constituía no *poder*, pelo menos, no âmbito local (Custódio 2002: 145, itálicos no original).

Os casos estudados por Najjar (2011), Barcelos (2000) e Custódio (2002) são referentes aos assentamentos fundados e organizados espacialmente pelos jesuítas, onde a disposição dos outros elementos arquitetônicos no conjunto do assentamento era direcionada pela ação dos padres. Para a Amazônia, apesar de não haver um estudo sistemático sobre a espacialidade das missões religiosas, é sabido que os padres escolhiam os lugares para as aldeias de acordo com algumas conveniências, como a proximidade aos rios e às populações indígenas, as vantagens ecológicas para acesso aos recursos naturais e, no que tange à organização espacial, preocupavam-se em constituir a missão tendo em vista a ideia de controle visual a partir do centro da aldeia, local onde era erguida a igreja e residência (Lopes 2009, 2010). Todavia, apesar da ingerência dos padres ter sido teoricamente a maior, é observado casos de mudança na localização do aldeamento motivado pelos interesses dos próprios indígenas (Lopes 2009, 2010).

Para os centros urbanos a localização do conjunto arquitetônico obedecia à lógica semelhante, primeiro por se encontrarem nas cidades politicamente importantes e, segundo, por se inserirem em pontos de destaque da urbe (Najjar 2001; Figueiredo e Martínez 2006; Acalá 2012; Ceballos 2012; Gomes e Lobo 2012). Os jesuítas tinham por interesse maior a mediação direta com os fiéis, entendendo que através de sua ação de conversão poderiam livrar o mundo dos hereges e infiéis; essa postura era radicalmente oposta a das ordens monásticas, voltadas para dentro de si e reclusas nos mosteiros (Araújo 2000; Eisenberg 2000; Castelnau-L'Estoile 2006). Esse aspecto é elementar para se entender a localização dos Colégios nas áreas mais importantes politicamente do mundo urbano. Segundo Costa (1997[1941]: 107), a localização era preferencialmente de frente para um espaço aberto, “onde o povo pudesse se reunir e andar livremente”.

Acalá (2012) afirma que, nos casos da América espanhola, verifica-se alguns elementos caracterizadores do selo de identidade nas edificações jesuíticas, advindas das diretrizes na forma de operar da ordem: funcionalidade dos espaços, grandiosidade dos prédios e a tendência em situar-se nos centros urbanos. Soma-se a isso a recorrente inserção nas áreas das praças centrais das cidades, influenciando nos seus traçados urbanos. Os casos mais notórios, nesse sentido, são a Cidade do México, Cuzco e Puebla de los Ángeles (Acalá 2012). Em Puebla, o erguimento da igreja tomou parte da rua que lhe fazia fronteira, modificando o

seu traçado para dar maior suntuosidade à edificação, o que gerou protesto das autoridades, vencidos pela argumentação jesuítica; em Cuzco também a presença da Companhia ao lado da catedral ocasionou manifestações em contrário por parte do colégio de clérigos locais (Acalá 2012). Assim, a localização das construções estava associada com as linhas básicas da arquitetura inaciana e, do mesmo modo, à sua forma de atuação diante da sociedade colonial. Nos centros urbanos brasileiros a atuação seguiu essa lógica, como é o caso de Salvador (BA), São Luis (MA) e Belém (PA) (Costa 1997[1941]).

Escolhido o local, a construção era erguida paulatinamente, com destaque para a necessidade de erigirem-se igrejas mesmo que provisoriamente, para manutenção de um “espaço sagrado” de referência (Barcelos 2000). Costa (1997[1941]: 107), divide o programa de construções em três partes, de acordo com a sua funcionalidade: “para o culto, a igreja, com coro e a sacristia; para o trabalho, as aulas e oficinas; para a residência, os ‘cubículos’, a enfermaria e mais dependências de serviço, além da ‘cerca’, com horta e pomar”. De forma sucinta, essas eram as orientações elementares da Ordem que, segundo (Carvalho 2002), deveriam obedecer

[...] a preponderância de princípios básicos de solidez, sobriedade, funcionalidade e salubridade sobre o aparato decorativo; a distribuição em Quadra, isto é em locais articulados em torno de um pátio, com quatro partes distintas de utilização, destinadas ao culto religioso, ao ensino e ao trabalho, à residência e à subsistência (Carvalho 2002: 192).

O formato em quadra foi o partido arquitetônico característico das ordens religiosas, permitindo desse modo a formação de pátios – poderiam ser um ou dois (Costa 1997[1941]). Na Idade Média, o claustro constituía um microcosmo nos mosteiros, considerados, segundo Sebastian (1994), os corações da comunidade religiosa, tendo suas pilastras como a representação da paciência e seus lados representavam o desprezo a si mesmo e ao mundo, bem como o amor ao próximo e, por fim, a deus. Eram, portanto, a reprodução do paraíso, por onde passava o eixo do mundo. Apesar de estarem influenciadas pela arquitetura dos mosteiros e conventos medievais, as edificações em quadra jesuíticas possuíam especificidades quanto à sua função e estrutura (Figura 10). Não eram rodeados por galerias – utilizadas para reflexão nas outras construções religiosas – e tinham como fronteira as paredes – “muros” – dos quatro lados do conjunto arquitetônico (Araújo 2000). Deriva isso tanto do “espírito” da Ordem (Costa 1997[1941]), quanto dos usos práticos que eram dados aos pátios. Sobre isso, diz Araújo (2000):

[...] esta observação deriva da característica de os pátios internos das edificações de outras ordens estarem afastados do corpo da edificação propriamente dito, por uma galeria de circulação, que cria dois ambientes distintos: o pátio e a circulação, separados por pilastras ou colunas, sustentando, em geral, arcadas. A diferenciação da iluminação entre a galeria e o pátio produz o ambiente 'de sossego e recolhimento' [...] enfatizado em alguns casos por jardins e vegetação. No pátio das residências jesuíticas, a ausência da galeria, ou galeria cobrindo apenas parte do perímetro, implica o uso do pátio como circulação, delimitado pelas paredes da edificação e com iluminação direta, o que pode ser traduzido como a falta da atmosfera de sossego e recolhimento (Araújo 2000: 71-72).

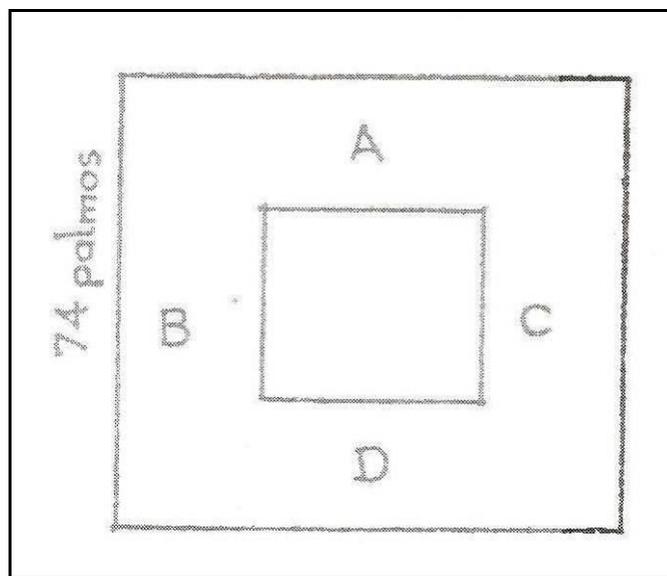


Figura 10 - Croqui da quadra jesuíta (Adaptado de Santos 1966 *apud* Teixeira 2008: 58).

Le Bihan (2005) acrescenta que existe diferença entre o pátio jesuítico e o claustro comum às outras ordens. Segundo o pesquisador, o pátio não possuía em sua concepção um tratamento arquitetônico específico, sendo destinado aos usos práticos da Ordem e “funcionando como centro nervoso, a partir do qual se desenvolviam as diversas atividades do Colégio ou Residência” (Le Bihan 2005: 56).

Isto posto, têm-se na literatura referências aos elementos essenciais das construções jesuíticas, considerando a tipologia das edificações, com seu traçado sóbrio e funcional, contrastando com a decoração suntuosa e significativa volumetria do conjunto; soma-se a isso a tendência na escolha de lugares de referência nos centros urbanos para implantação

dos colégios e igrejas, associando-se desse modo com a paisagem de poder das cidades coloniais, pensadas sob a ótica barroca. Se nas missões a organização espacial tinha como diretriz a condução do olhar ao templo, epicentro da aldeia, nas urbes os inicianos procuravam incorporar-se ao discurso previamente existente, aproveitando-se para imporem-se enquanto força política.

3. “O melhor sítio da terra”: cronologia do Colégio e Igreja dos jesuítas

Há menção a datas diferentes para o estabelecimento dos Padres da Companhia de Jesus em Belém. O padre José de Moraes (1860[1759]: 111) afirma que isso ocorreu em 1652 e em historiadores contemporâneos observa-se a mesma datação (Arenz 2011; Chambouleyron *et al.* 2011). Leite (1945a), contudo, define a data de 1653 como a da presença definitiva, entendendo-se assim o início das ações sistemáticas com a construção da primeira residência.²² Mesmo considerando que a efetiva data não altera a análise aqui proposta, tomo para fins desta cronologia o ano indicado por Leite (1945a).

Além disso, é necessário mencionar o modelo proposto por Najjar (2011) para a ocupação jesuítica do litoral brasileiro, que também utilizo como referência nesse trabalho. Tal modelo indica quatro momentos, associados com a evolução da arquitetura dos assentamentos. O primeiro é relativo ao início da colonização brasileira e da chegada dos primeiros jesuítas – estendendo-se até o século XVII – encarnada na construção da “casa comunal de múltiplos usos”; o segundo, quando a vinda de mais padres era necessária para a catequese, a casa comunal era abandonada e já se construía igreja, sacristia e cerca, tendo-se o fechamento do pátio; no terceiro momento – até 1759 – têm-se o fechamento da quadra com as alas do complexo arquitetônico, dentro dos limites estabelecidos anteriormente pela cerca, demonstrando o total estabelecimento da Ordem no mundo colonial;²³ por fim, o quarto

²² Leite (1945a: 207-208) afirma que o primeiro jesuíta a entrar no Grão-Pará foi Luiz Figueira, em 1636; em seguida passaram pelo estado Cristovão de Acuña e André de Artieda, incorporados em Quito na viagem de Pedro Teixeira (1637-1639). Os padres João de Souto-Maior e Gaspar Fragoço chegaram a dezembro de 1652 em São Luis (MA) e seguiram em janeiro para Belém, o que gerou um equívoco nas datas registradas na crônica de José de Moraes (1759) e nas obras que o tomarão por referência.

²³ Segundo a autora, esse terceiro momento é mais longo, por incluir diversas inserções na edificação: “Nesse momento, podemos observar a existência de, pelo menos, três subetapas, correspondentes à construção de cada uma das três alas, que são edificadas separadamente: em primeiro lugar, é construída a da fachada; em segundo lugar, a ala posterior, que abriga a segunda sacristia, sendo a primeira sacristia abandonada; em

momento é relativo ao período posterior à expulsão dos padres inacianos do Brasil e refere-se essencialmente às transformações nas funções das residências ou ainda às modificações no programa construtivo (Najjar 2011). Com as devidas ressalvas para o caso que apresento nessa dissertação, utilizei o modelo de Najjar (2011) para analisar a cronologia do Colégio e Igreja dos jesuítas em Belém.

Adoto também a concepção de processo construtivo proposta por Martins (2009, v. I), que inclui desde a primeira edificação no bairro da Campina até a inauguração do complexo atual. Para esta autora, tal processo é dividido em três etapas, de acordo com a evolução das características arquitetônicas dos prédios: a primeira se inicia na Campina, em 1653, mesmo ano do início da segunda, já no terreno da Cidade, durando até 1668; entre os anos de 1668 e 1670 ocorreram melhorias no complexo, culminando com sua inauguração em 1718 ou 1719 (terceira etapa); todavia, as melhorias dentro do prédio, particularmente da igreja, foram constantes até a expulsão dos padres em 1659 (Cf. Figura 12). Acrescento, porém, que não somente a tipologia arquitetônica, incluindo seus aspectos formais e construtivos, é de relevância nessas etapas; importante também é a localização dentro do quadro urbano de Belém, dada a inserção do prédio na paisagem.

Como destaquei anteriormente, as diretrizes essenciais da arquitetura jesuítica concebiam a possibilidade de adaptações às condições locais, inclusive no que diz respeito aos materiais utilizados no erguimento dos edifícios, modificando sempre que necessário as técnicas, formas e estilos, mas tendo em vista a funcionalidade das edificações (Najjar 2001, 2011; Figueiredo e Martínez 2006; Ruão 2006; Martins 2009, v. I; Acalá 2012; Ceballos 2012; Gomes e Lobo 2012). Mesmo o partido em quadra, comum no Brasil, foi modificado em outros lugares do globo. Exemplo maior disso é o Colégio de Monforte de Lemos (Figura 11), na antiga Província de Castilla, na Espanha. Esse complexo era compreendido pela igreja ao centro, com duas grandes alas nas suas laterais, cada uma com pátio; a ala da direita era reservada à moradia dos jesuítas, enquanto a da esquerda recebia a função de colégio e vivenda dos alunos (Ceballos 2012).

sequência, é construída a terceira e última ala, a lateral. É durante esse processo de edificação das alas que a cozinha é construída adjacente à residência, provavelmente transferida de outro local” (Najjar 2011: 78).



Figura 11 – Fachada do Colégio Monforte de Lemos (Adaptado de Ceballos 2012: 313).

A diversidade de estilos, formas e técnicas é detectável em tantos outros exemplos, seja na Europa (Figueiredo e Martínez 2006; Ruão 2006; Ceballos 2012), na América espanhola (Acalá 2012), na Índia (Gomes e Lobo 2012) ou no Brasil (Costa 1997[1941]; Najjar 2001, 2011; Martins 2009). Para o caso que apresento nessa dissertação, esses aspectos garantem peculiaridade ao conjunto arquitetônico, justamente por contar com os “materiais da terra”, como afirma Martins (2009, v. I), que foram utilizados tendo em vista o programa de necessidades do Colégio e da Igreja. Isto posto, discorro nessa seção sobre a conformação material e da técnica utilizados na construção, relacionado-os com a funcionalidade.

3.1. “Para a banda do mato”: a primeira etapa

A primeira etapa, assim, corresponde ao estabelecimento inicial dos padres inicianos em Belém e a sua conseqüente inserção na paisagem local. Deu-se partir disso o jogo de significação por parte dos padres, tendo em vista as leituras que os mesmos fizeram do primeiro local de assentamento. José de Morais (1860[1759]) descreve as intenções dos primeiros inicianos da seguinte forma:

Erão estes [desejos dos padres João de Souto Maior e Gaspar Fragoso] o fundar naquella cidade hum Collegio como Sua Magestade ordenava, em que se exercitassem os muitos operarios que havião de sahir à vasta e trabalhosa conquista de tantos sertões; divididos com a variedade dos rios,

e diversidade de nações; que pelas dilatadas margens de suas correntes se fazião ao mesmo tempo impraticáveis pela barbaridade e pelo numero, sendo o que mais avultava entre todos, o tão celebrado rio das Amazonas, em grandeza o maior de todas a America, povoado de huma e outra parte das mais incultas e bellicosas gentilidades daquelle sertão. Fazia-se tão precisa esta praça de armas para os novos soldados de Christo, que sem ella se impossibilitava a empreza daquelles vastissimos descobrimentos, em que mais suaves vozes do Evangello, que os estrondos de Marte havião de cooperar para a desejada conquista daquelle innumeravel Gentio (Morais 1860[1759]: 293).

O padre José de Moraes ressalta neste trecho a imensidão geográfica e populacional do sertão amazônico, dando ênfase para a necessidade da presença dos jesuítas na região, os “novos soldados de cristo” que a partir de sua “praça de guerra” poderiam ter ações mais eficazes do que o poder bélico ou a batalha, referida como “estrondos de Marte”. A ereção do Colégio em Belém, desse modo, constituiu-se uma opção do próprio soberano de Portugal diante da necessária tarefa de conquista do “inumerável gentio”. Todavia, os padres inacianos em sua praça de batalha emanariam as “suaves vozes do evangelho” ao invés da guerra e violência, alegoricamente representadas pelo deus Marte.²⁴

Ao chegarem à Cidade do Pará, os jesuítas foram recebidos no convento dos Mercedários, onde permaneceram por dois meses (Morais 1860[1759]). Após isso conseguiram a doação de um terreno às proximidades deste convento (Figura 13), onde construíram a primeira habitação, posto que,

[...] o intento dos Padres era tambem estabelecer casa nossa naquella cidade, cuidarão logo em buscar sitio para a fundação, e forão os primeiros que, por então, tomarão huns chãos junto do matto para a parte da campina, que sendo hoje a melhor situação daquella cidade, era naquelle tempo a parte mais retirada, e por isso dos Padres mais appetecida.

Junto ás casas de um Francisco Ribeiro se achavão estes chãos, pertencentes aos Religiosos da esclarecida Ordem de Nossa Senhora das Mercês, no mesmo lugar em que alguns, por tradição affirmão se achão hoje as casas do Reverendo Commissario do Santo Officio, o Padre Caetano Eleuterio [...] Este primeiro sitio que para sua habitação tiverão aquelles Padres, em qual fundarão huma pequena casa coberta de palha da terra, com sua capellinha, onde podessem continuar o louvavel e proveitoso exercicio dos nossos santos misterios (Morais 1860[1759]: 297).

²⁴ Segundo Brandão (1991), Marte foi a versão romana de Ares, deus da guerra e violência.

CRONOLOGIA DO COLÉGIO E IGREJA JESUÍTA EM BELÉM – FORMA E FUNÇÃO

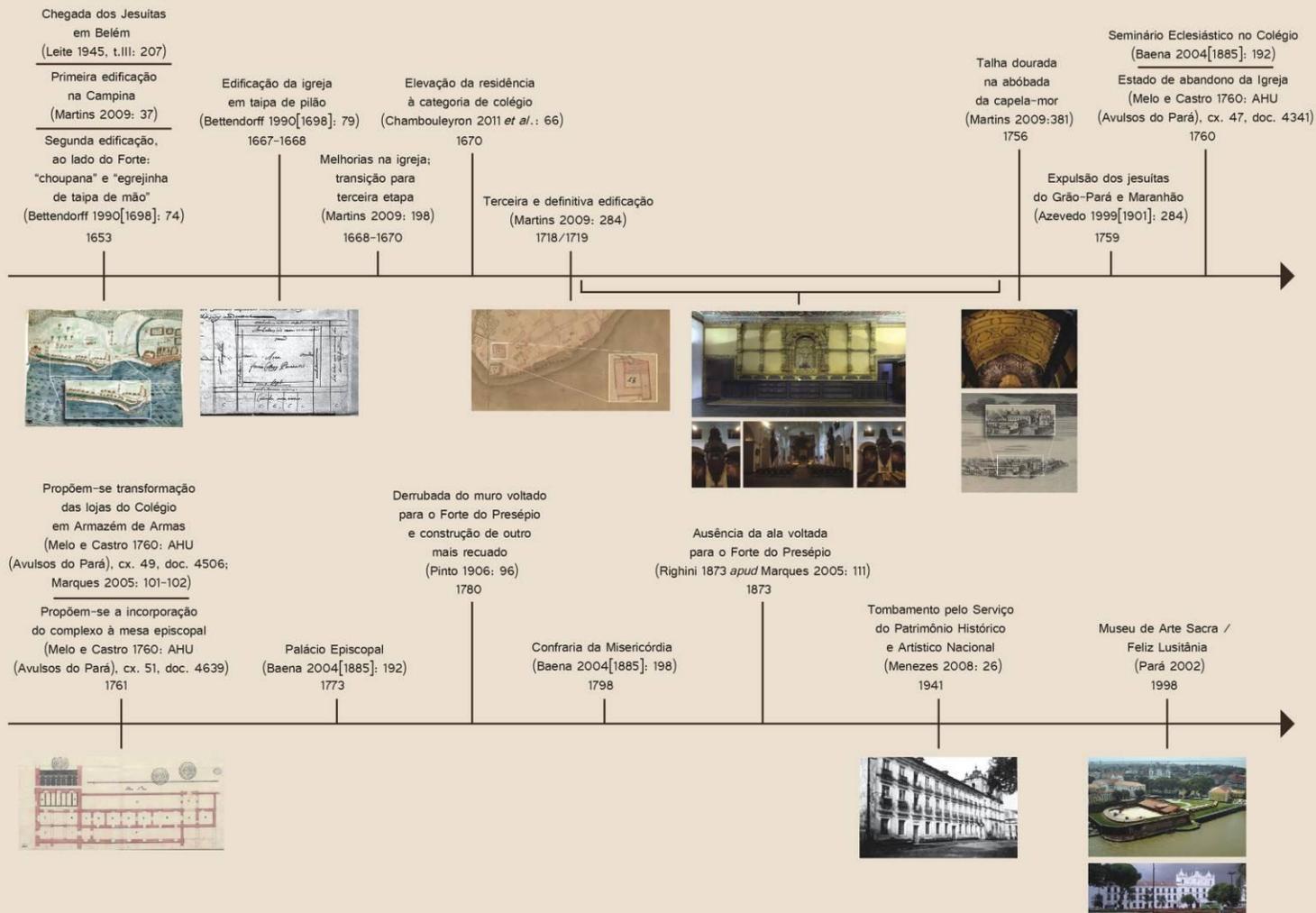


Figura 12 - Cronologia do Colégio e Igreja dos jesuítas. Arte: Evandro Paixão.

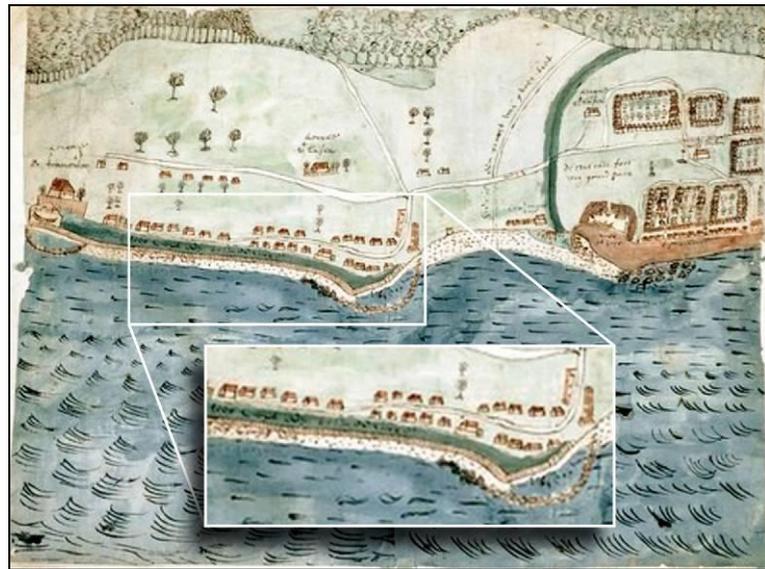


Figura 13 - Planta Geral da Cidade de Belém, provavelmente de 1640. Destaque para área da primeira habitação dos jesuítas em Belém. Disponível em: <<http://carrogitinho.blogspot.com/2012/01/especial-aniversario-de-belem-3-o.html>> Acesso em 27 fev. 2012. Edição: Evandro Paixão.

Seguiu-se a mudança para a primeira edificação uma série de manifestações de alguns moradores, com ataques à residência dos padres (Azevedo 1999[1901]; Martins 2009, v. I). O padre José de Morais argumenta que após as ações hostis dos moradores, os jesuítas então “lavrarão estes a dureza dos corações dos poucos apaixonados, que ainda havia, com o diamante da própria paciência, com a humildade, e com o incansável zelo, com que todos acudirão na sua pobre casa e oratório, como se fosse hum sufficiente Collegio de sujeitos para o laborioso exercicio dos nossos ministérios [...]” (Morais 1860[1759]: 314). Ao descrever a habitação da Campina, Moares diz:

Erão as casas que por então habitavam os nossos operarios de tão limitado recinto, e de tão poucos commodos, que sobejando para os dous, para os mais se fazia precisa maior extensão; e ainda que no mesmo lugar se podesse alargar mais o edificio, era porém a terra tão humida, por ser baixa e alagada, que não podia deixar para o futuro de fazer pouco sadia a vivenda.

Era preciso ao Padre Souto-Maior buscar sitio em que se fizesse mais comoda e agradável a habitação do novo Collegio, e onde se podesse gozar das conveniencias precisas ao manejo delle (Morais 1860[1759]: 316).

Diante da possibilidade de chegada de outros jesuítas à Belém, João Felipe Bettendorff afirma que

Estando o Padre João de Souto Maior com esperanças certas de algum socorro de Missionários não só do Reino como da Província do Brazil, como achavam o sitio em que moravam para abanda do matto muito humido e por isso pouco sadio, tratou logo de procurar outro mais enxuto e mais commmodo e sadio [...] (Bettendorff 1990[1698]: 74).

Morais acrescenta, quando da chegada destes outros padres, eles foram recebidos ainda no primeiro sítio, apesar do segundo local da edificação já ter sido adquirido. Assim,

Forão recebidos os novos hospedes nas primeiras casas e antigo sitio, por não estar ainda todo acabada a obra do corredor, por se ter primeiro acudido à pequena Igreja, recebendo nellas da caridade de seus bons Irmãos mimo no trato, e edificação no exemplo, porque tudo respirava huma assejada pobreza e uma abundancia religiosa, pois faltando da parte dos operarios o *date*, no que obravão, não faltava também o *dabitur vobis* da parte dos fieis no que offerecião (Morais 1860[1759]: 321).

José de Moraes primeiro indica que o local da primitiva construção na Campina, “junto ao mato” era mais adequada aos padres, justamente por ser a parte mais distante da cidade. Nesse lugar, simples e afastado nas palavras de Moraes, os inacianos puderam desenvolver suas atividades. Por outro lado, informa que as condições naturais do terreno, úmido e alagado, não permitiria a expansão do Colégio, mesmo havendo espaço para tanto. Bettendorff reforça essa ideia ao afirmar que a insalubridade do local, indicando que o novo sítio a ser ocupado deveria ser mais cômodo e sadio. Destaca-se que todas essas condições inadequadas são resumidas na intenção de se encontrar um ambiente no qual as atividades de um colégio pudessem ser desenvolvidas de maneira pertinente, ou de acordo com as “conveniencias precisas ao manejo delle”, como defendeu o padre Moraes. As adjetivações feitas pelos padres ao terreno tentam convencer o leitor da quão necessária foi à mudança para o lugar ao lado do Forte, destacando principalmente a sua insalubridade. O bairro da Campina, como se deduz, é posto como local inadequado ao desenvolvimento das funções de um Colégio jesuítico, na medida em que estava afastado do centro político de Belém. Tem-se, assim, a necessária argumentação para a inserção da edificação e seu aparato em um ponto de destaque do núcleo urbano, característica elementar da Ordem Inaciana (Najjar 2011; Figueiredo e Martínez 2006; Acalá 2012; Ceballos 2012; Gomes e Lobo 2012). Em maio de 1653, quatro meses após a chegada dos jesuítas em Belém, o padre Antonio Vieira anunciou que “já tem o melhor sítio da terra, princípios de Colégio” (*apud* Leite 1945a: 209), o que demonstra o interesse desde o princípio em não se fixar na Campina.

As referências ao material construtivo são constantes nas narrativas dos cronistas jesuítas do Grão-Pará. Na instalação da Campina e na segunda etapa da edificação na Cidade, os materiais utilizados possuíam características menos duradouras, o que provavelmente relaciona-se com as necessidades imediatas dos padres no momento da construção. A casa “junto do matto” é descrita por Moraes (1860[1759]: 297), como “pequena” e “coberta de palha da terra, com sua capellinha”, com poucos cômodos. Esse momento trata-se, tal como propõe Najjar (2011), da materialização das condições do inicial estabelecimento dos padres, com a ereção de uma casa comunal de múltiplos usos e capela. As dimensões e disposição dos espaços internos, se bem que não claramente descritos, indicam a transitoriedade do prédio, necessário para as primeiras ações de afirmação efetiva da Ordem.

Segundo Bazin (1983: 54), as técnicas utilizadas nas construções das igrejas coloniais brasileiras seguiam o modelo indígena, “com folhas de palmeiras sustentadas por traves de madeira” que não necessitava de direcionamento de arquiteto, por ser simples em sua constituição. Deve-se dizer que tal padrão era seguido de maneira geral pelos colonizadores e, provavelmente, essa primitiva construção jesuítica também possuía chão batido, tal como era recorrente no período (Meira Filho 1976). Para essa etapa, os padres cronistas Bettendorff (1990[1698]) e Moraes (1860[1759]) são pouco descritivos, ao contrário das menções mais detalhadas quanto à evolução das etapas subsequentes na Cidade.

3.2. “Na vista do mar”: a segunda etapa

O novo sítio foi descrito em todas as suas vantagens, sempre em comparação com o primeiro. Bettendorff, prosseguindo com a justificativa para mudança do local da edificação, afirma que

pareceu-lhe [ao Padre João de Souto Maior] o melhor de todos aquelle em que hoje neste tempo presente está edificado o Collegio de Santo Alexandre junto ao Forte, na vista do mar, lavado dos ventos, tanto que outro nenhum de toda a Cidade procurou licença para tel-o, e não deixou de achar grandes obstáculos para essa, mas venceu-os sua singular industria e habilidade para que lhe concedesse d’El Rei e seus Ministros, sem embargo de muita vizinhança da Fortaleza real da Cidade; com isto comprou o sitio a um certo Gaspar.....Cardoso, casado com Joanna de Mello, que falleceu este anno de 1697 nesta cidade[...] (Bettendorff 1990[1698]: 74).

José de Morais (1860[1759]: 316), por seu turno, explica a necessidade de um local mais adequado às atividades de um Colégio, sendo pertinente o terreno localizado “[...] n’uma ponta de terra, que sahia mais ao mar, [qu]e estava na parte da cidade junto ao Forte do Santo Christo, em terra alta, de boa vista, de acomodado porto, e o mais lavado dos ares, e de melhor commodidade daquelle districto [...] com extensão suficiente para a nova fabrica”.

Novamente, o que é ressaltado são as características físicas, mas agora com o discurso da salubridade, indicando as condições necessárias à localização do edifício e ao desenvolvimento de suas funções. Por certo há de se considerar as condições práticas para a ereção da edificação, incluindo as mencionadas pelos dois padres (desde as condições naturais até a extensão do terreno); além disso, a disponibilidade de terrenos na Belém dos seiscentos não está bem definida pelos pesquisadores do assunto, o que poderia ser uma informação importante para observar-se o quadro geral da disposição das propriedades. Para o século XVII, a única fonte iconográfica que retrata Belém é a de 1640 (Figura 13), onde se vê o espaço ao lado do Forte do Presépio vazio, com um grande largo onde se localizava o pelourinho, ladeado por quadra de casas, e na área da Campina uma ocupação menor das edificações, o que pode indicar maior disponibilidade dos terrenos. Na seção seguinte deste texto discutirei com mais detalhes a questão da localização do Colégio no bairro da Cidade, explorando as representações criadas pelos próprios padres sobre o lugar. Por hora, darei continuidade às descrições que tratam da paulatina conformação do prédio, tendo em vista a analogia com o modelo proposto por Najjar (2011).

Após a compra do terreno, seguiu-se então o início das construções da nova habitação – casa e igreja – dos padres na Cidade, antes mesmo de sua retirada da Campina (Morais 1860[1759]: 321; Bettendorff 1990[1698]): “Estavam os Padres ainda em as casas de pindoba para a banda do matto; mas logo levantaram o lanço no corredor antigo como dito fica, e depois de enxuto se mudaram para elle [...]” (Bettendorff 1990[1698]: 79). Assim,

[...] lançou as medidas dos alicerces e obras, para o collegio, e começou a abril-os perto do sitio de um ermidazinha, assistio a Camara e os que dantes tinham feito opposição em lançar as suas primeiras pedras; não se fez por então mais que uma choupana e egrejinha de taipa de mão que durou até o anno de 1668, em que o Padre Francisco Telles superior da casa mandou fazer a que serve de presente, ficando a casa para se acabar depois, como se acabou o primeiro lanço della, que vai do Leste a Oeste, em tempo da

visita do Padre Visitador Francisco Gonçalves [...] (Bettendorff 1990[1698]: 74).

Desta primeira construção ao lado do Forte do Presépio, ocorrem problemas estruturais, ao que parece pela pressa em que foi erigida. Segundo o padre Bettendorff,

[...] porém como se fez [casa na cidade].....com pressa pelos que assistiam no Pará.....o Padre Antonio Ribeiro e o Padre Salvador do Valle, e se cobriu de telha, deu logo de si por estarem mal encaixados os tirantes, ficando as paredes com abertura quase de um palmo e o tecto todo abaixado de sorte por milagre do Céu não matou a todos, e foi forçoso tirar a telha e cobri-la de pindoba da terra, ficando desta sorte até o anno 1670, como tudo se dirá em seu logar; entretanto o Senhor João de Souto Maior andou com os principios da casa de Santo Alexandre da cidade de Belem do Grampará [...](Bettendorff 1990[1698]: 75).

Para Bazin (1983), a recorrência desse tipo de acidente nos anos iniciais da Companhia no Brasil deveu-se a não existência de mão-de-obra especializada, incluindo técnicos com formação específica. Em virtude disso, os padres, normalmente os Superiores, se responsabilizavam pelo traço dos edifícios. Logo, os materiais provisórios e a falta de gente qualificada para as obras ocasionaram, em Belém, problemas estruturais em Santo Alexandre. Leite (1945a), por exemplo, afirma que o padre Souto Maior provavelmente não possuía experiência anterior com arquitetura.

Até 1669, portanto, a construção dos jesuítas em Belém era simples, com a igreja ainda constituindo-se como uma ermida de taipa de mão, com cobertura de pindoba (folhas de palmeira). Mesmo não havendo ainda a clássica formação em quadra, objetivo final dos padres jesuítas em suas construções (Najjar 2011), o prédio já apresentava as compartimentações essenciais.

[...] Não tinha o Collegio do Pará pateo nenhum, e era a ortaria um salão cercado de uns paus....altos a pique, com uma escada de tabuado que corria de baixo.....entre a porta da casa e a da sacristia para a porta do corredor em riba, a sacristia era uma passagem limitada, na qual estava um caixão dos ornamentos com um crucifixo grandezinho que agora serve....de enterrado nas Endoenças em a ermidezinha de taipa de pilão e coberta de pindoba, só se achava um altar com o painel de S. Francisco Xavier, que ainda em este tempo está à mão direita do Altar para a banda da Epistola.

O quintal se fechou de páu a pique, e não se tinham os pobres Padres Missionários outra cousa com que se sustentarem senão a parte que lhes competia da congrua de 350 mil reis [...] (Bettendorff 1990[1698]: 79).

Como ressalta Costa (1997[1941]: 108), as diretrizes de Roma exigiam que as construções atendessem à “perpetuidade”, e no Brasil essa exigência foi cumprida com a utilização nas

construções definitivas de “taipa de pilão ou [...] pedra e cal”. Em Belém, na segunda etapa de Santo Alexandre houve uso dessas técnicas construtivas, além da taipa de mão, sendo que a pedra e cal foi utilizada principalmente nas vigas (Martins 209, v. I). Meira Filho (1976) descreve essas tecnologias arquitetônicas da seguinte forma:

Logo surgiria a taipa de mão, com o enchimento em barro cru, das madeiras trançadas regularmente, proporcionando melhor vedação interna e externa. Depois viria a taipa de pilão, processo decorrente do primeiro, mas com a adaptação de maior largura entre duas caixas de madeira, como que formando uma estrutura especial, resistente, mediante o apiloamento do barro, com pedras rejuntadas e fortes. Posteriormente, a esse mesmo tipo de construção, de estrutura, seria adicionada a cal, e assim o colono obteria uma nova modalidade de levantar seus edifícios e residências, com duração prolongada e garantida. As paredes assim concebidas tinham proporções especiais dependentes da natureza da obra e sua finalidade (Meira Filho 1976: 443).

Ainda segundo Meira Filho (1976), a evolução das técnicas construtivas utilizadas pelos jesuítas nas etapas da edificação na Cidade indicavam a busca pela perenidade da obra, sendo que a primeira referência ao uso de telhas na cobertura dos prédios em Belém é relativa aos padres inacianos. Acrescenta o autor que houve conjunção de tecnologias, já que mesmo com o uso da pedra e cal, a taipa de mão, a palha, as varas “ou qualquer outro material usado na época como mais acessível e indicado” foram empregados nas várias modificações pela quais passaram o Colégio e Igreja dos padres inacianos (Meira Filho 1976: 334) (Figura 14).

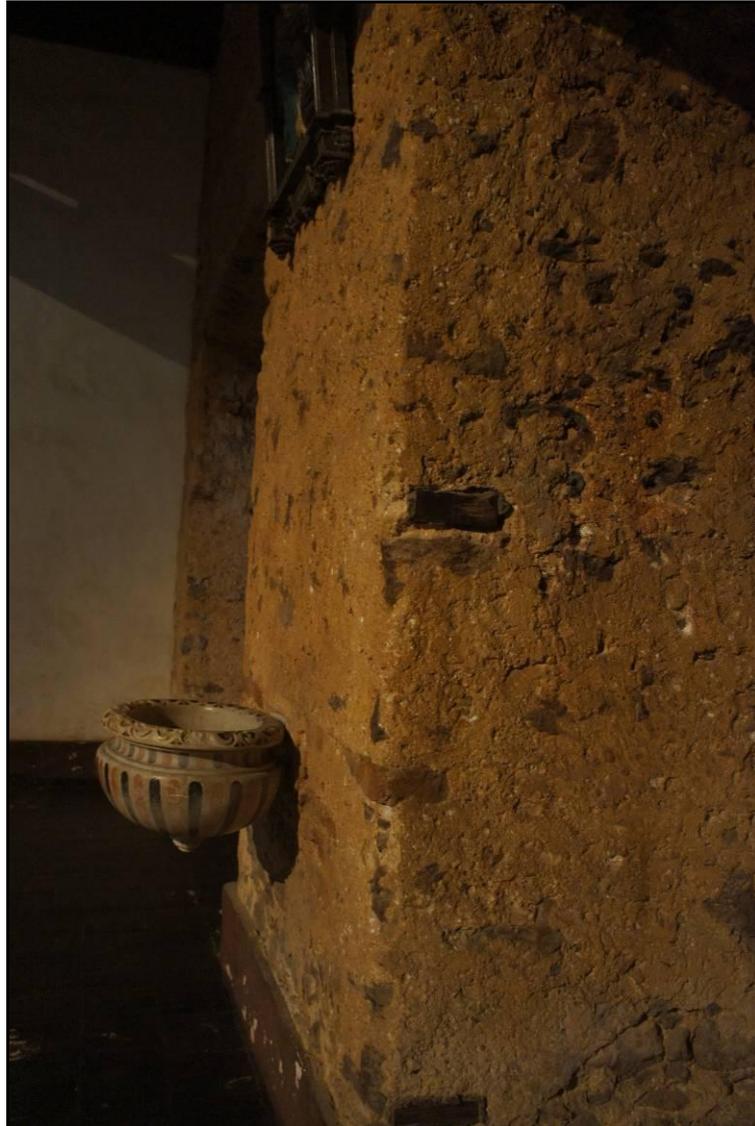


Figura 14 – Material construtivo da Igreja de São Francisco Xavier. Detalhe da entrada do templo. Foto: Rhuan Lopes (2012).

Martins (2009, v. I) argumenta que a partir do ano de 1671 foram iniciadas as mudanças, o que considera a transição para a terceira etapa da edificação. Ainda segundo a pesquisadora, esse período de mudança se inicia efetivamente com a substituição do primeiro corredor, construído antes da transferência dos padres para a Cidade. Desta mesma data é a planta baixa desenhada por Bettendorff, na qual se observa a disposição do Colégio e igreja tanto de Belém quanto de São Luis, já em formato de quadra (ARSI, Bras. 27, fol. 2v.). Na planta são definidos os espaços de uso do complexo (Figura 15):

[...] ao centro um pátio, rodeado todo, nos quatro lados dele, de varandas (*deambulacra interiorana*); e depois ao *sul*, um corredor que dava para a praça; ao *norte*, um corredor entre a varanda e os cubículos, que davam

para o mar; ao *oriente*, ao longo da varanda, a igreja; ao *ocidente*, pegado à varanda, um corredor e daí para o exterior os novos aposentos que se iam construir esse ano (Leite 1945a: 211-212, itálicos no original).

A planta desenhada por Bettendorff indica os elementos essenciais da arquitetura dos jesuítas, particularmente no que tange aos aspectos funcionais da edificação. Em analogia com o modelo proposto por Najjar (2011), observa-se que a cerca para o fechamento do pátio era uma importante etapa do processo construtivo; no primeiro momento da edificação jesuítica, na Campina, a organização espacial era mais simples, essencialmente, ao que me parece, pelo seu caráter provisório, assim como as casas comunais de múltiplos usos descritos por Najjar (2011). No segundo momento, para o caso de Belém, a instalação já era definitiva e as projeções para a ocupação do espaço (com Igreja e as alas do Colégio) já aparecem desde a escolha do terreno. Tal qual menciona Najjar (2011) para o litoral brasileiro, o fechamento dos lados da quadra com igreja, colégio ou as cercas, define também o 'mundo' jesuítico, justamente pela conformação da espacialidade propiciada pela construção. Na planta apresentada por Bettendorff, as alas já estão definidas, com indicações de suas funções e posicionamentos dentro da paisagem urbana e balizamento do microcosmo dos padres.

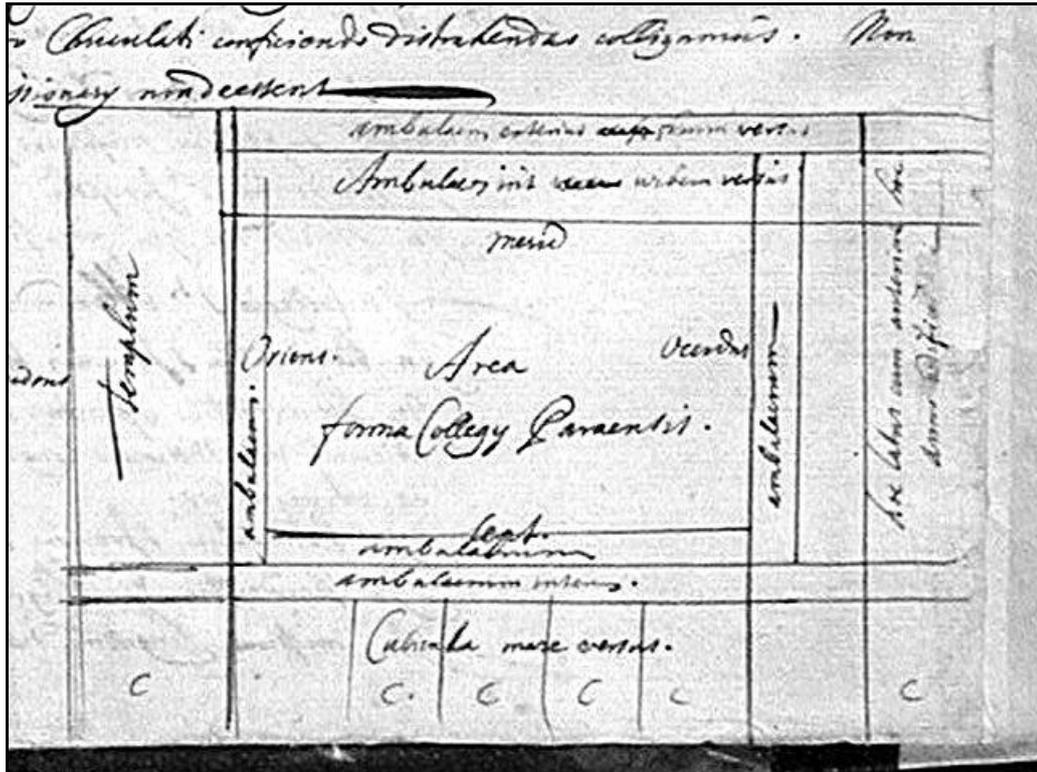


Figura 15 - "Forma Collegii Paraensis" (ARSI, Bras. 27, fol. 2v.). Planta do Colégio dos Jesuítas feito pelo padre Bettendorff (1671) (Adaptado de Guzmán et al. 2009).

A frontaria do complexo, não por acaso, é disposta para o largo (praça) central da cidade, por onde se teria acesso à Igreja e aos espaços do Colégio; os cubículos onde residiam os religiosos, postos na parte posterior, foram pensados para a comodidade dos padres, por um lado afastados do largo, mas próximos ao canal do Piri e, provavelmente, de uma das áreas portuárias da cidade. Segundo Bettendorff (1990[1698]: 482), os cubículos deveriam ser "todos virados de modo a serem commodos e frescos". Os cubículos faziam fronteira com o pátio, ambiente de circulação e iluminação direta, como foi observado por Araújo (2000) para outro caso de estudo. Dentro desse pátio, de acordo com Leite (1945b: 171), foram erguidos "casas e armazéns para recolher" os gêneros advindos das fazendas e aldeias missionárias, o que deixa evidente a função mercantil, associada à religiosa, dos Colégios, o que definia sua arquitetura. Acrescenta-se que no pátio houve o cultivo de plantas, que para Bettendorff (1990[1698]: 268) era "uma belleza ver tudo bem limpo e cheio de varias curiosidades, e não há duvida que seria hoje uma paraisozinho se se conservára assim".

Entre os anos de 1667 e 1668, o padre reitor do Colégio, Francisco Veloso, edificou a "egreja de taipa de pilão, que até hoje temos" (Bettendorff 1990[1698]: 247). A Igreja contou ainda

com contribuição de Paulo Martins Garro, capitão-mor do Pará, e sua esposa D. Maria de Athayde de Vasconcellos, para a construção da capela-mor.²⁵ Para além disso, novamente ocorreram problemas na confecção do prédio da igreja, por conta da inexperiência do executor da obra.

[...] e como o mestre das obras era um Christovão Domingues, tanoeiro por seu officio, pouco experimentado em taipas de pilão, fez egreja tão torta que para endireital-a foi necessário pical-a pelo meio para a banda dos altares collateraes, com que ficaram as paredes mui delgadas e fracas pelo meio e por conseguinte requerendo algum encosto de corredor....ou para a banda da rua, para sua....duração havia eu mandal-a fazer de pedra e cal mais larga, e com o arco mais levantado; mas como a achei já com todas as paredes acabadas, não as tratei disso, nem o Padre Bento Alvares, que succedeu ao Padre Francisco Velloso em o governo da casa, tratou mais que acabal a e pôl-a em o ponto em que se acha ao presente (Bettendorff 1990[1698]: 248).

Bettendorff acrescenta os aspectos relativos aos elementos internos da igreja, dando a entender a existência de projeções para a arquitetura interna do templo:

Faltam os retabulos para todos os altares, para os quaes, uns vinte annos depois della feita, dei ao Padre reitor Bento de Oliveira quarenta e duas couçoeriras de cedro precioso, largas de três palmos e compridas de vinte e sete para os fazer, correndo por minha conta a missão do Cameté. Mas não se fizeram, não por falta de bons mestres entalhadores, mas falta de gente que as bexigas levaram, e por elle andar occupado com o curso que por sua muita caridade quis ler, por se escusarem os mais moços, por motivo dos seus achaques e quererem-se antes occupar com as missões do que com as leituras do curso de Philosophia (Bettendorff 1990[1698]: 248).

A visita do padre superior Manoel Nunes impulsionou as modificações na igreja, posto que essa a considerava “imperfeita”, além do fato de que a Casa (Colégio) estava ameaçando ruínas.

Considerando o Padre Superior [Manoel Nunes] a egreja imperfeita, e a Casa ameaçando ruína, depois de ter ido já o Padre visitador para o Reino, e o Padre Francisco Velloso para o governo de Nossa Senhora da Luz em Maranhão, logo tratei de aperfeiçoar a egreja em primeiro lugar e, depois disso, de mandar levantar e cercar a Casa com muro para clausura religiosa, visto os paos a pique a cada passo se furtarem e apodrecerem, deixando uma pensão perpetua de quotidiano cuidado, que se não fazia sem grande incommodo e trabalho dos irmãos e gente do serviço [...](Bettendorff 1990[1698]: 254).

²⁵ Ambos haviam firmado compromisso em arcar com os custos da capela-mor, tendo como condição o sepultamento de seus corpos no local; todavia, o falecimento do casal ocorreu em Portugal, resultando que “nada se fez senão pagar o feitiço das taipas da capella” (Bettendorff 1990[1698]: 247).

Havendo a necessidade de abertura da igreja para a festa de São Francisco Xavier, orago do templo, os padres enfatizaram a finalização da ornamentação do lugar.

O Padre Bento Alvares, logo que entrou em o governo, mandou acabar as portas e janellas da igreja, rebocar e ladrilhar a Capella Mór, e como se ia chegando a festa de S. Francisco Xavier, tomei á minha conta o sermão e o altar mor, e o irmão João de Almeida, os altares colateraes á sua conta. O altar mór era de Christovão Domingos, que tinha feito a igreja, e os altares de baixo os pintou bellamente o irmão João de Almeida, que, por ter sido companheiro de um engenheiro, sabia debuxar e pintar mui bem. O altar mór se fez em tres para quatro dias e durou até o presente anno. Os colateraes tambem se acabaram a tempo, mas como eram de papel e a cada passo se bolia com elles botaram-se a perder.

Benzi a igreja nova, e ornou-se ricamente para a festa do Santo, em a qual preguei, sendo o auditório mui grande, pelo que concurso de gente a essa novidade (Bettendorff 1990[1698]: 255).

Após isso, as obras dessa fase de transição para terceira etapa não cessaram. O material construtivo utilizado na casa e igreja da aldeia de Carnapió, desativada por conta da sua mudança de local, foi transferido para as obras de Santo Alexandre e da igreja de São Francisco Xavier. Outra medida foi o corte de madeiras, executado pelo índio Antonio, da residência do Gurupi, todas utilizadas “para cobrir as casas e varandas do pateo, que tinha mandado fazer [...] estando a igreja e casas, dantes, cobertas de pindobussú ou palmeira grande” (Bettendorff 1990[1698]: 255). Além disso, houve o levantamento de

[...] uma parede nova de taipa de pilão, da banda do mar e corredor, e este com um muro todo ao redor, correndo com as obras o irmão Manoel da Silva, com muita diligencia; em o mesmo tempo quase, mandei endireitar o muro do pateo com enchimento de pedaços de telhas com cal, abrir a portaria ao meio, uma janella nova por cima e em o corredor, e fazer a escada que hoje serve para a sachristia, tirando outra dobrada que impedia a ambos os corredores; em o tecto houve falta por lhe dar o irmão Manoel da Silva o ponto mui alto (Bettendorff 1990[1698]: 255).

Bettendorf menciona então a construção de “uma parede para a banda do mar, e fazer um pateo para a banda da cidade, e cercar o quintal com um muro” (Bettendorff 1990[1698]: 262), o que é efetivado meses depois:

Chegado que fui ao Pará, achei os Padres do collegio com saúde, a parede da borda do mar levantada, a casa coberta de telha, o pateo cercado de um muro de taipa de pilão com suas varandas ao redor sobre columnas, tambem a cerca cercada do mesmo modo pela diligencia do padre, novo reitor, Bento Alvares, e o irmão Manoel da Silva sub-intendente. Das obras todas não faltava mais que uma escada para a sacristia, e uma janela para o pateo, o que tudo se fez em breve tempo, pelo modo que hoje se vê; abriu-se tambem a portaria ao meio por não estar bem em direitura da porta do

collegio de dentro. Ao Padre Antonio da Silva, sobrinho do Padre, vice-reitor, ao qual tinha admitido por noviço, mandei tomar á sua conta a horta para couves, e o pateo para parreiras, laranjeiras da China e flores para a igreja. Era uma belleza ver tudo bem limpo e cheio de varias curiosidades, e não há duvida que seria hoje uma paraisozinho se se conservára assim[...] (Bettendorff 1990[1698]: 268).

Ao que parece, o corredor novo voltado para a banda da fortaleza possuiu destaque por ser o direcionador de outras obras no Colégio (Martins 2009, v. I). Bettendorff investiu os recursos da venda de um barco para “acabar o corredor novo, mandando pol-o ao nível do outro, levantar as paredes e soalha-lo todo com os cubículos e rebocal-o, deputando o maior delles para a theologia e um dos outros de baixo, para a banda da rua para a classe de latim.” (Bettendorff 1990[1698]: 455). Por fim, sobre o dito corredor, o padre luxemburguês diz que na época do reitorado do padre João Carlos já se

[...] andava com as obras do corredor novo para a banda da fortaleza, já levantada, com taipa de pilão quasi até o sobrado, que a não ser aquillo não lhe havia eu de permitir faze-lo daquella banda do Oeste, pela muita calma que havia de haver nos cubiculos, por lhe dar o sol de frécha toda a tarde, mas havia de mandar fazer ahi uma bella igreja e em lugar da que é, e não é de prestimo, mandar levantar um famoso corredor com cubiculos todos virados de modo a serem commodos e frescos; mas como o corredor principiado estava já em tal altura que não soffria mudança, deixei ir a obra por diante por ser muito bella, ainda que menos commoda (Bettendorff 1990[1698]: 482).

Tal parte da obra do complexo também sofreu com imperfeições na sua execução, deixando a totalidade da obra com desarmonia.

Reparei tambem que se não ter feito a entrada da portaria um tanto mais larga, com a escada que vae para riba, além disso não ficar no meio sobre a porta uma janella maior, e sobretudo não se ter posto os corredores ao nível do primeiro e antigo, e mais como as duas primeiras faltas não eram de substancia, e na derradeira não teve o Padre reitor culpa, senão José Pereira, mestre das obras, ficou isto assim até que haja quem lhe ponha o remedio, levantando-se mais imperceptivelmente que for possivel o corredor que vai ao longo da igreja até chegar de uma banda á altura ou quasi altura do corredor antigo da banda do mar, como eu lhe encommendara. Dando eu em culpa ao mestre das obras, porque não passara nos corredores o nível, respondeu-me que estavam, mas como o convenci logo, dei por desculpa que o irmão Antonio Rodrigues o quizera assi, botando a culpa nos hombros de outrem, que a ninguem tem senão elle, pois era mestre das obras e devia ter seguido o que tinha lhe prescrito eu, como superior que era de toda a missão naquelle tempo (Bettendorff 1990[1698]: 538).

As escavações realizadas do Colégio de Santo Alexandre demonstraram parte desse processo construtivo descrito por Bettendorff. O espaço para a escavação foi definido “pela face

interna posterior do prédio do Colégio, o muro da ladeira do Castelo, o prédio do Seminário e o pátio interno, o qual apresentava-se mais elevado em relação à cota geral do entorno” (Marques 2005: 107). As estruturas evidenciadas, mesmo com a perturbação resultante das diversas modificações, indicam os fundamentos definidores da edificação ainda no século XVII, portanto na sua segunda etapa construtiva (Figura 16).

[...] a escavação revelou marcante ocorrência de fileiras de espessos alicerces em alvenaria de pedra, paralelos e dispostos perpendicularmente ao prédio do Palácio, em uma situação perfeitamente compatível com a iconografia e as descrições do Pe. João Bettendorff, quando referenciou a construção de corredor e aposentos ‘para as bandas da fortaleza’ (Marques 2005: 118).

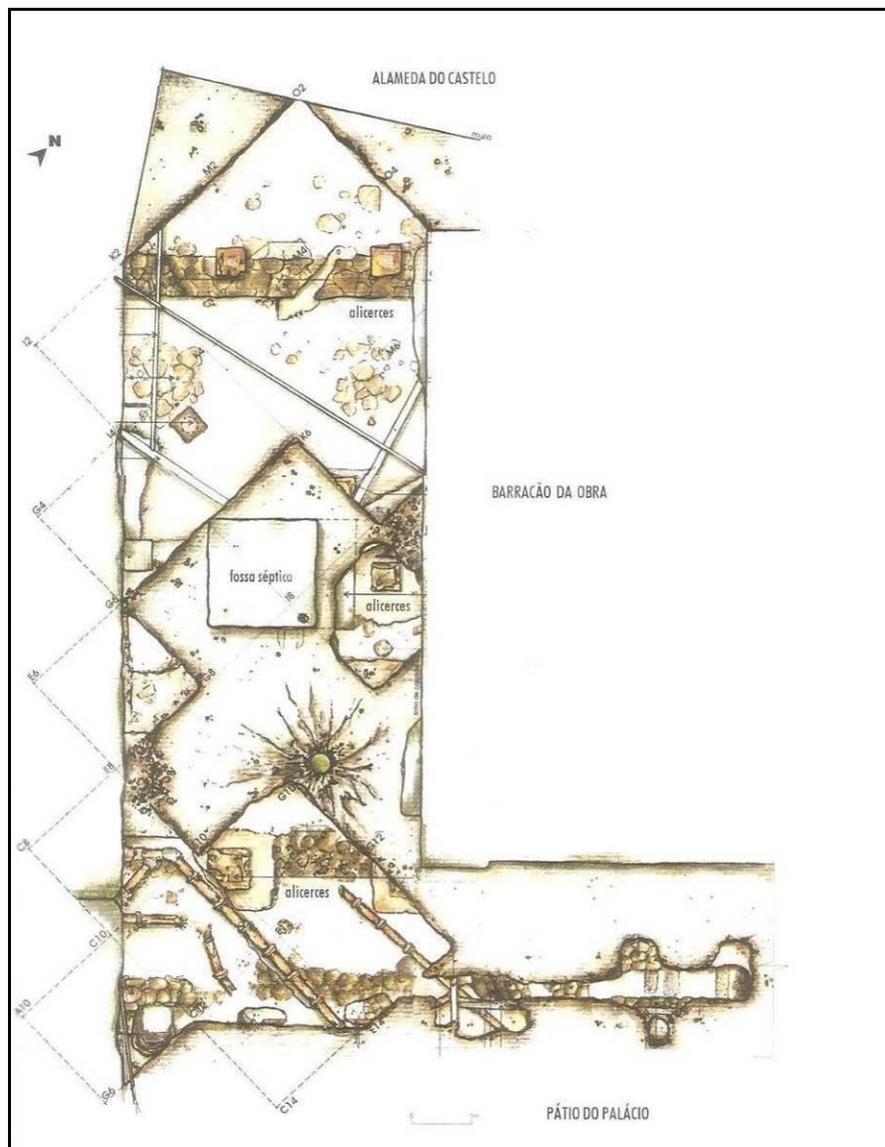


Figura 16 – Plano Geral das escavações no Palácio Episcopal (Colégio de Santo Alexandre) (Adaptado de Marques 2005: 113).

3.3. “Perfeição dos retábulos e púlpitos”: a terceira etapa

A terceira etapa da edificação dos jesuítas não possui data registrada na documentação primária (Leite 1945a; Martins 2009, v. I). Até a segunda etapa, vê-se que a igreja ainda não era de pedra e cal, além de não possuir os retábulos nas capelas (Martins 2009, v. I). As obras do tempo de Bettendorff, portanto, são vistas como reformas de base, apesar de já terem delineado a conformação do traço definitivo do complexo (Martins 2009, v. I), anunciando o “monumentalismo da Santo Alexandre que abre os setecentos como representação volumétrica, socialmente falando, de um tempo de plena afirmação colonial”, síntese material do enriquecimento da Companhia e de seu poderio político (Coelho e Coelho 2005: 13-14).

Argumenta Martins (2009, v. I) pela aceleração dos trabalhos nas obras de Belém após a inauguração da Igreja e Colégio de São Luis. Além disso, os elementos internos do templo de São Francisco Xavier (púlpitos, altar-mor, retábulo, capelas laterais), bem como a produção da imaginária foram constantes em fins do século XVII e, mais ainda, na primeira metade do XVIII (Leite 1945a; Le Bihan 2005; Martins 2009, v. I). No que diz respeito estes últimos, afirma Martins (2009, v.I) que a chegada em 1704 do padre escultor João Xavier Traer, criador e chefe (1704-1737) das oficinas do Colégio de Belém, impulsionou o andamento das obras. A partir do século XVIII, Belém foi um dos polos de difusão de modelos artísticos ao norte da América Portuguesa, papel que São Luis já desempenhava desde o século anterior (Martins 2009, v. I). A documentação referente ao século XVIII faz alusão, essencialmente, aos acréscimos na ornamentação interior da igreja, mas sabe-se que as reformas no edifício do complexo foram constantes (Figuras 12, 17 e 18).



Figura 17 - Nave da Igreja de São Francisco Xavier. Foto: Rhuan Lopes (2012).



Figura 18 - Púlpito e capelas laterais em talha. Foto: Rhuan Lopes (2012).

No Catálogo de Santo Alexandre (*in* Martins 2009, v. II: 190-199),²⁶ datado de 1720, descreve o Colégio “em figura quadrada” e “sitio na melhor parte da cidade e sobre Praça e mar”,

[q]ue também é a fortaleza de uma formosa Igreja em que as bandeiras despregadas, contra vícios mostram seus filhos o valor dos Jesuítas, pregando, confessando e dizendo Missa na madrugada nos dias Santos, com notável concurso do povo, que por sua pobreza, embrulhados no escuro da noite a vem ouvir (Catálogo... *in* Martins 2009, v. II: 190).

Há, quanto às reformas, menção a elevação aos “muros da cerca”, erigidos em pedra e cal “de novo”, ou seja, o muro anterior constituía-se em outro material construtivo.

Fizeram estes de novo e principiam da esquina da torre com consentimento da Câmara e carta para meter deles um pedaço de terra em que ficam pátios ou quintais pequenos para flores despejos da Sacristia, e algumas árvores preciosas que já tem: Nestes muros se fez uma casa por modo de torre com seu frontispício, com um meio corpo de grades que serve para os Passos Públicos da Cidade, e tem um bem pintado painel da Coroação de Nossa Senhora (Catálogo... *in* Martins 2009, v. II: 190).

O Catálogo de Santo Alexandre descreve, essencialmente, as posses materiais do Colégio, incluindo o aparato artístico da Igreja e as dimensões do complexo. Além disso, também importante para esta dissertação, é a referência aos usos dos espaços internos do Colégio. A sacristia tem sua posição explicada à “ilharga da capela-mór parte do poente” (à esquerda do altar) para “ficarem os ornamentos mais guardados das umidades, dos tempos e roubos” (Catálogo... *in* Martins 2009, v. II: 191). Da sacristia pode-se sair para os outros ambientes da Igreja e do Colégio e toda ela possuía também uma ornamentação particular (Figuras 16 e 17).

No andar superior, acima da sacristia e com as mesmas dimensões, é descrita a capela de São Borja, utilizada internamente pelos padres. A entrada de dava pelo Colégio e havia duas tribunas para à capela-mor e três janelas pra o pátio; dedicada a São Borja, a capela possuía retábulo com a imagem do seu orago; uma antessala no corredor era decorada com “alguns painéis antigos, mas em bom uso, renovados nas pinturas, e molduras” (Catálogo... *in* Martins 2009, v. II: 192). Para além desses elementos, toda a capela possuía rica ornamentação. Já a livraria do Colégio, localizada no corredor voltado ao poente e em uma área mais reservada, era formada por dois cubículos, com janelas; além dos volumes das obras, o lugar recebeu no frontispício da porta a inscrição do nome Jesus em talha, e a

²⁶ Utilizo da transcrição do “Catálogo Catalogo deste Colégio de Santo Alexandre, seos bens, officinas, fazendas, servos, gados, dispendios, e dividas activas e passivas” (1720) publicada na tese de doutoramento de Martins (2009).

imagem de uma “Nossa Senhora com o menino Jesus nos braços, e este dito aos pés, *Sedes Sapientiae*” (Catálogo... in Martins 2009, v. II: 193). Abaixo da livraria, um cubículo era utilizado como depósito para receber os pertences dos padres em viagem para o sertão amazônico (Catálogo... in Martins 2009, v. II: 196). Acusa o Catálogo que a rouparia e botica se acham juntas, mas não as localizam no complexo arquitetônico, assim como a despensa, o refeitório, cozinha e oficinas (Catálogo... in Martins 2009, v. II: 193-194).



Figura 19 - Retábulo e Arca da Sacristia. Foto: Ricardo Hernán Medrano (Adaptado de Martins 2009).

As descrições apresentadas sobre a construção do Colégio e Igreja dos jesuítas em Belém, guardadas as ressalvas, indicam semelhança com o modelo proposto por Najjar (2011), como salientei anteriormente. Em linhas gerais, a analogia se dá pelas etapas da construção, tendo em vista também os usos do prédio, seja pelos padres ou por outros agentes após a expulsão dos inicianos. A primeira edificação, na Campina, possuía um caráter provisório e, entendo, está relacionada com a fase da casa comunal descrita por Najjar (2011) para o primeiro período da ocupação dos padres; nesse momento, a edificação da Campina desenvolveu as atividades que lhe eram típicas, considerando os relatos de Bettendorff (1990[1698]) e Moraes (1860[1759]), apesar da sua curta duração. A arquitetura do prédio, mesmo não sendo bem descrita, indica o não interesse dos religiosos em permanecer no local; a ausência de descrição pormenorizada dessa primitiva construção, aliás, é outro indício da sua transitoriedade dentro do projeto dos integrantes da Ordem de Santo Inácio. Enquanto que para o sítio definitivo há menção detalhada da obra do Colégio, para o prédio

da Campina há ênfase na sua simplicidade e aos aspectos físicos do seu entorno, caracterizando a paisagem como angustiante por estar “para as bandas do mato” e ser insalubre, inadequada à ereção de um Colégio.

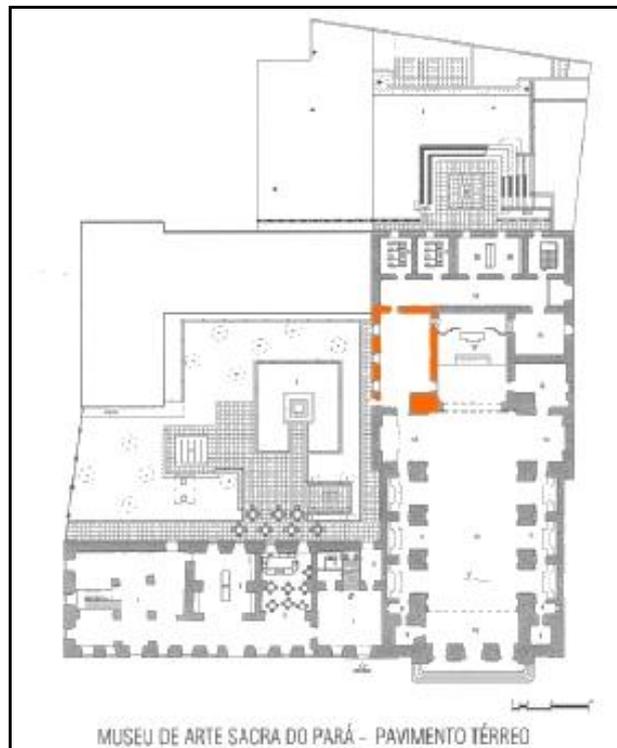


Figura 20 - Planta baixa do pavimento térreo do Museu de Arte Sacra. Destaque para a localização da sacristia.
Fonte: SECULT/PA (1998). Edição: Rhuan Lopes.

Na segunda etapa da construção jesuíta em Belém coincide com o processo do segundo momento observado por Najjar (2011). Se na primeira edificação na Campina já havia ao lado da pequena casa coberta de palha uma “capelinha” (Morais 1860[1759]: 297), foi apenas na Cidade que a Igreja com orago foi erguida, somando a isso os outros elementos básicos do complexo arquitetônico, como a sacristia e cerca, fechando-se o pátio paulatinamente. A partir de então, os jesuítas no Pará fizeram constantes obras para a elevação das paredes do Colégio e igreja, havendo controle sobre os espaços internos do prédio, bem como cuidado com a ornamentação do templo. Salienta-se que a igreja tem papel de destaque, posto que mesmo que fosse simples ao início dessa fase, incorpora o discurso hierarquizante que distinguia o sagrado e o profano em sua espacialidade (Najjar 2011), o que pode ser percebido na fase seguinte do complexo jesuítico em Belém, quando a Igreja de São Francisco Xavier ganhou gradativamente sua ornamentação barroca. Segundo

a proposição de Hoonart (1997), a organização das igrejas coloniais se deu em função do altar e os outros espaços possuem a seguinte função (Figura 18):

O recinto clerical [número 1], separado dos outros recintos, simboliza o lugar dos organizadores do culto [...]. O recinto central [número 2] é reservado para as mulheres, que ficam “agachadas ou ajoelhadas” num plano mais baixo do que o dos recintos laterais [...]. Os recintos laterais [número 3], num plano mais elevado, são reservados aos “homens bons” ou livres, que ficam de pé, simbolizando assim sua posição característica, tanto diante do clero como diante das mulheres e escravos [...]. O espaço em torno da porta [número 4] é reservado para os pretos e escravos em geral, que ficam também de pé [...] (Hoonart 1977: 293-294).

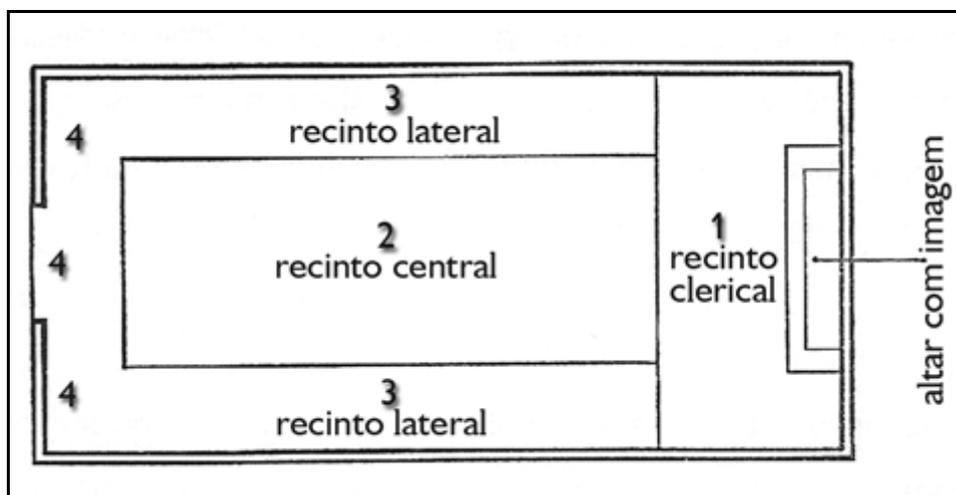


Figura 21 - Distribuição social no espaço das igrejas do século XVIII (Adaptado de Hoonart 1977).

Pelo conjunto discursivo que integra o Colégio e por ser a principal parte do complexo arquitetônico em que a circulação de pessoas era maior, a Igreja de São Francisco Xavier é o elemento que se destaca pela ornamentação e partido. Ao longo das fases construtivas, os padres inseriram no templo elementos de veneração que, além da organização espacial sem a nave única e capelas laterais até 1669, garantiam a divulgação da fé cristã, via imaginário barroco. Quando da última fase da Igreja, observa-se no seu traço a tradição jesuítica, fiel aos modelos europeus (Le Bihan 2005). Segundo Santos (1951), havia determinação dos Superiores jesuítas em Roma de que as igrejas possuíssem uma só nave, tal qual a igreja de Gesú, na Itália. Essa foi um modelo decorrente das táticas da Contrarreforma, que objetivava abrigar grande número de fiéis, posto que o prédio fosse amplo, diferente do estilo medieval de igrejas com três naves. Sinteticamente, o partido da planta consistia na nave única, o

arco-cruzeiro robusto que dava acesso à capela-mor; o coro junto à porta de entrada; e os púlpitos, nas paredes da nave (Le Bihan 2005) (Figura 22).

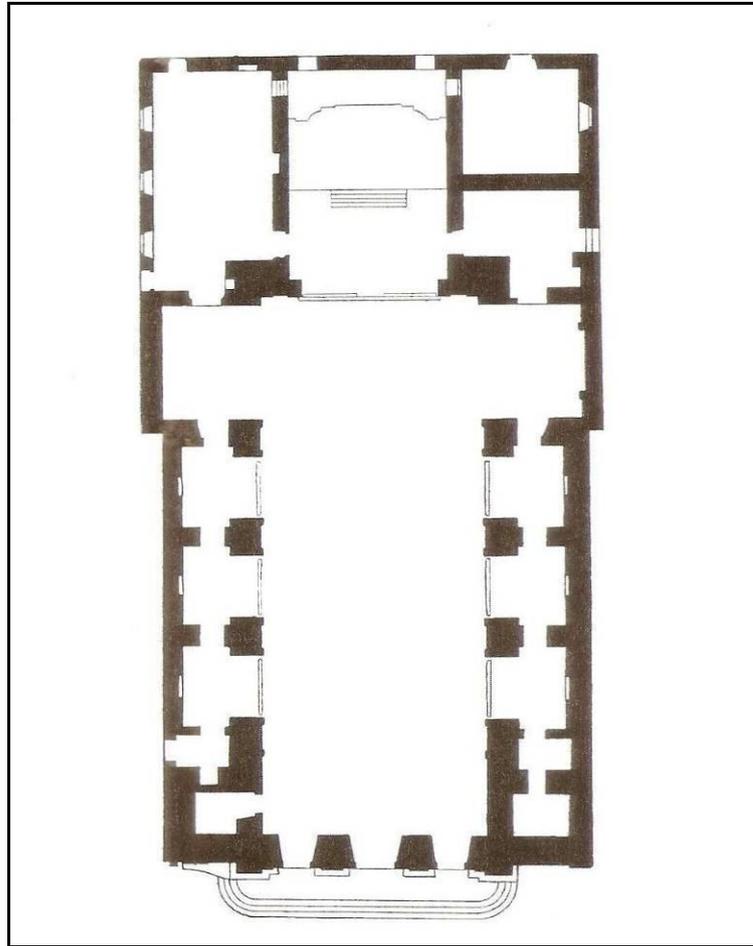


Figura 22 – Planta da Igreja de São Francisco Xavier, da Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira, século XVIII. (Adaptado de Le Bihan 2005: 59).

Desse modo, vê-se em São Francisco Xavier a incorporação do discurso jesuítico ao percorrer-se seu conjunto. Comparando as igrejas que seguiam esse modelo, Santos (1951) estabelece a seguinte descrição:

Todas elas se assemelham nas linhas gerais, e distinguem-se facilmente de outros estilos por certas formas características, de regra observadas na sua construção. Alargavam-se desafogadamente na amplitude de uma só nave, abriam-se lateralmente de um lado e do outro do corpo da igreja em capelas fundas com seu arco de cantaria; o altar principal ostentava-se bem visível no tampo (sic) da capela-mor, e o púlpito suspendia-se em tal altura e posição, que dominasse sem dificuldade toda a vastidão do templo. Desta sorte, se oferecia ao povo cristão uma idéia (sic) mais impressionante da

grandeza de Deus com a maior laguerza do espaço e mais abundância de luz, providenciava-se maravilhosamente à magnificência do culto, abrangendo a multidão dos fiéis com seu olhar toda a extensão do recinto sagrado, e podiam ainda os maiores concursos ver o orador e escutar-lhe facilmente a voz (Santos 1951: 65).

Se pensarmos na última fase da Igreja de São Francisco Xavier, foi nessa etapa que a ornamentação definitiva foi se delineando paulatinamente: a fachada, a talha na nave e na sacristia e a pintura do forro da sacristia (Le Bihan 2005). Há, nesse sentido, indicação da oposição entre a austeridade da fachada e a suntuosidade da decoração interna (Costa 1997[1941]; Le Bihan 2005; Martins 2009). No Catálogo do Colégio (1720 *in* Martins 2009, v. II) é efetuada a descrição da fachada:

No frontispício, que acompanham duas torres, por remate uma formosa cruz de jaspe; sobre a cornija mestra 3 ninchos, de nossos Santos Padres Inácio, Xavier, e Borja – dois andares de janelas rasgadas com suas grades em correspondência das portas. Nas torres estão sinos; não ainda acabadas, posto que já tem cal, pedra tijolo, oficiais para se fazerem Catálogo do Colégio (1720 *in* Martins 2009, v. II: 191).

De acordo com Le Bihan (2005), a fachada tem características do barroco, com elementos que indicam movimentos e emprego de curvas e contra-curvas, terminando com jogo de volutas. As cinco janelas conjugadas às três portas, indicadas na descrição do Catálogo, são “trabalhadas em pedra de lioz e emolduradas com frontão, na tentativa de equilibrar cheios e vazios” (Le Bihan 2005: 60). Acrescenta este pesquisador a tônica do barroco na Igreja anexa ao Colégio de Santo Alexandre repousa “sobre a rigidez da empena, que estabiliza o conjunto, e sobre a própria compartimentação da fachada, que compreende divisões verticais, separadas entre si por pilastras e divisões horizontais, separadas entre si por cimalthas” (Le Bihan 2005: 60) (Figura 23).

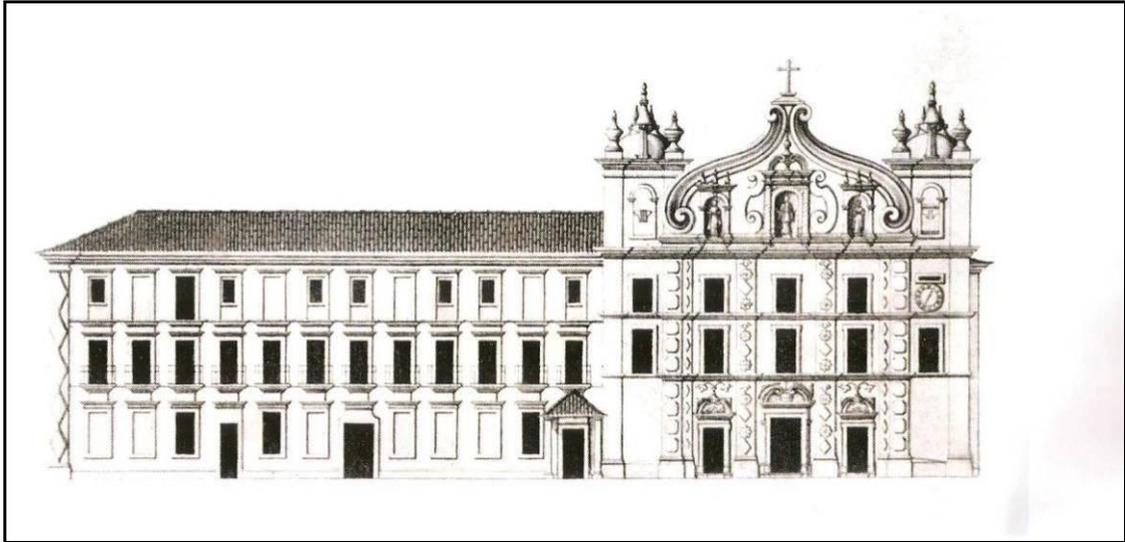


Figura 23 - Fachada da Igreja de São Francisco Xavier, da Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira, século XVIII. (Adaptado de Coelho e Coelho 2005: 15).

Segundo Santos (1951), todavia, é na ornamentação interna que o “espírito” jesuítico se manifesta em sua totalidade, já que era nesse espaço que se empregavam as técnicas da imaginária barroca, que em Belém tomou traços particulares dado emprego de artífices indígenas na sua produção (Martins 2009). Para Le Bihan (2005), o retábulo da capela-mor é dominante na nave da Igreja, conjugando o impacto visual com os púlpitos e as capelas laterais. A harmonia entre os eixos arquitetônico e estatuário provoca um jogo harmonioso, porém “grandiloqüente (sic) que, pela sua presença dramática, domina, impressiona e invade o expectador” (Le Bihan 2005: 62). O Inventário da Igreja e Colégio do Pará (1760 *in* Martins 2009, v. II), descreve a ornamentação do templo com seus “9 altares com seus retabulos todos dourados, excepto o de S[ão] Bartholomeu”; a capel-mor “com seu retabulos g[ran]de a moderna, e camarim tudo dourado” (Figura 24). Segundo Le Bihan (2005), os elementos decorativos do retábulo da capela-mor são representativos do estilo D. João V, sendo que as características que levam a essa associação são

a presença das colunas salomônicas, que imitam o famoso baldaquino de Bernini, da Basílica de São Pedro, no Vaticano; os motivos decorados empregados, que são do tipo floral acompanhados de conchas e volutas monumentais; a presença do dossel decorado de sanefas, no coroamento; os segmentos de frontão presentes no arquitrave, acima das colunas; as figuras em posição de atlantes na base das colunas (Le Bihan 2005: 62).

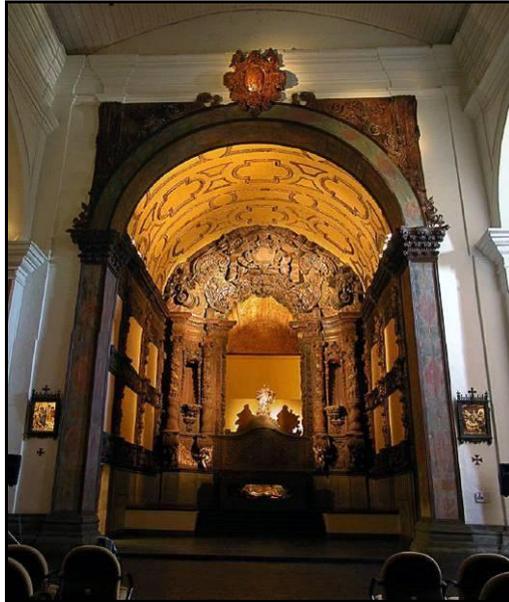


Figura 24 – Altar-mor da Igreja de São Francisco Xavier. Foto: Ricardo Hérnan Medrano (Adpatado de Martins 2009: 350).

Quanto aos púlpitos, também de estilo D. João V, o dramatismo barroco e a relação entre os eixos arquitetônico e estatuário são de iguais referências ao do retábulo (Le Bihan 2005; Oliveira 2005) (Figura 18). Os dois púlpitos “são simétricos, talhados em madeira, compostos de base, centro e coroamento” (Martins 2009: 422), enriquecidos com figuras que apontam “para a idéia (sic) do triunfo da doutrina cristã, difundida pela palavra do pregador” (Oliveira 2005: 80). Costa (1997[1941]) afirma sobre a talha dos púlpitos e altares de São Francisco Xavier que

[...] na composição da e na talha de uns e de outros, observa-se o mesmo acento bárbaro referido anteriormente, quando aludimos à arquitetura dessa igreja. Mas, apesar da técnica grosseira, de que resultou, por vezes, um aspecto quase grotesco, apesar da falta de escala e de meia tinta, o arrojo plástico e o sentido apaixonado da concepção dos púlpitos revelam um tal fervor, tamanho arrebatamento, que a sua análise não cabe dentro do limites comedidos de uma crítica objetiva (Costa 1997[1941]: 138).

Os aspectos de ornamentação vinculados à arquitetura do prédio faziam composição com as imagens sacras localizadas nos altares laterais e na capela-mor. A acentuada diferença de suntuosidade entre a decoração do interior da Igreja e a da sua fachada não deve ser pensada como fatores oposto dentro de uma perspectiva integrada entre ambos os aspectos. Se o prédio alcançou volumetria significativa na paisagem de Belém, “rivalizando” com a Igreja da Sé depois de pronta, os elementos decorativos externos mais singelos,

todavia, levam à acentuação do impacto do discurso barroco – teatral e dramático – dos ornamentos interiores ao templo.

Retomando a cronologia do fechamento da quadra, em comparação com a proposição de Najjar (2011), ele ocorreu, todavia, desde a segunda etapa da edificação de Belém, com a elevação das paredes – muros – nos espaços demarcados pela cerca. Para o caso estudado por Najjar (2011), essa é a terceira etapa evolutiva das edificações, mas para Belém desde a segunda etapa, seguindo a cronologia de Martins (2009, v. I), têm-se o fechamento gradual da quadra com as alas do Colégio e com a Igreja. Nesse caso, o erguimento das paredes durou até a terceira e última etapa do complexo arquitetônico em Belém, mesmo que ainda no século XVII as linhas essenciais da edificação já estivessem definidas (Martins 2009, v. I). Soma-se a isso a crescente ornamentação da Igreja, sistematizada na primeira metade do século XVIII (Martins 2009, v. I).

O último momento proposto por Najjar (2011) refere-se ao período posterior à expulsão dos padres inicianos do Brasil, com as transformações nas funções das residências ou ainda às modificações no programa construtivo, o que apresentarei em outra seção deste texto.

O quadro geral da ereção do edifício dos padres inicianos na capital do Grão-Pará constituiu a sua incorporação volumétrica na paisagem de Belém, firmando-se como ponto de referência e contribuindo para o processo dinâmico de sua construção contínua. Como pode-se verificar nas narrativas dos padres Bettendorff e Moraes, havia a intenção de organização do espaço do Colégio de acordo com as funções em que cada um deles deveriam desenvolver; todavia, depreende-se que tal disposição incorpora em si a cosmologia jesuítica, na medida em que condiciona a circulação e uso social dos espaços. A falta de plantas baixas das várias etapas da edificação dificulta a análise do nível de integração e complexidade dessas compartimentações dentro do contexto geral do complexo, tal como é proposto por Hillier e Hanson (1984). Todavia, acredito que as fontes históricas selecionadas para esse trabalho demonstram preocupações com partes específicas do prédio, enfatizando descrições mais pormenorizadas de algumas delas, o que me parece evidenciar a maior importância que elas desempenhavam. Como exemplo, indico as informações contidas no Catálogo de Santo Alexandre (*in* Martins 2009, v. II) e nas crônicas dos padres Bettendorff e Moraes, nas quais observa-se que alguns espaços do andar

superior do Colégio são destinados aos usos mais reservados, que permitem e/ou exigem um estado absorto ao usuário, como os cubículos dos padres, a biblioteca e a capela doméstica. Por outro lado, no nível inferior havia os recintos destinados à guarda de material, oficinas, casas dos serviçais, cozinha, rouparia, botica e os armazéns, mesmo não havendo especificação da localização de todos eles. Assim, tal como há uma lógica na disposição de níveis e ornamentações dentro das igrejas Hoonart (1997), os recintos do Colégio de Santo Alexandre possuíam diferenciação nesse sentido, tal qual a sua própria Igreja.

Sobre os usos desses espaços, pode-se fazer algumas inferências. Os cubículos, organizados em uma ala e avizinhandos uns aos outros, eram os lugares de reclusão e descanso dos padres, revestidos de um ar de simplicidade; a biblioteca era o lugar de concentração para o estudo, hábito estimulado dentro da Companhia de Jesus, e as insígnias nela presente demonstram a função do conhecimento ali adquirido: a imagem de Nossa Senhora com o menino Jesus, tendo aos seus pés a inscrição em latim “Sede do Saber” (*Sedes Sapientiae*) indica que a fonte do saber é divina e a seu cargo deve ser utilizada; a capela doméstica (Figura 25), além de estar em um local de acesso restrito aos padres, situa-se sobre a sacristia, que por sua vez é o espaço símbolo do útero de Maria, do qual o padre se reveste dos signos sagrados para rezar a missa (Hoonart 1997). Quanto aos recintos que estavam no pavimento inferior, suas funções eram ligadas à vida prática e estavam imediatamente conectadas com as atividades em que havia maior circulação de pessoas, inclusive não religiosos.



Figura 25 – Capela doméstica. Foto: Renata Martins (Adaptado de Martins 2009: 457).

Nas fontes pesquisadas, observo o destaque maior para a intenção de se fechar a clausura do Colégio, preocupação que estava no mesmo nível ao da ereção e ornamentação da igreja, durante a segunda etapa e transição para a terceira, seguindo a cronologia de Martins (2009, v. I). Como mencionei anteriormente, o pátio era o recinto que sintetizava o mundo jesuítico, sendo ao que parece o epicentro do microcosmo desta Ordem: por um lado ele incorpora alguns dos valores dos monastérios medievais (Sebastian 1994; Costa 1997[1941]; Najjar 2011), ao definir um espaço de cultivo, deliberadamente caracterizado por Bettendorff (1990[1698]: 268) como potencial “paraisozinho”; por outro lado, a área do pátio tem suas especificidades no mundo jesuítico, posto que sua arquitetura tenha incorporado a dimensão de colonizador que os padres exerceram, especificamente no que diz respeito à disposição mercantil da Ordem (Figura 26). De uma forma ou de outra, é de se notar que o ambiente do pátio é também um dos pontos de convergência dos “olhares” de toda a edificação, já que sua centralidade dentro do complexo permitia a sua visualização, através das janelas dos muros do Colégio e da Igreja, por todos os seus quatro lados, em uma disposição do tipo modelo panótico (Foucault 1979). Assim, sendo uma zona de circulação, o pátio representa uma das máximas jesuíticas, a da vigilância que os padres deveriam ter das atividades um dos outros, daí andarem em dupla e fornecerem informações constantes de suas ações (Eisenberg 2000).



Figura 26 - Pátio do Colégio de Santo Alexandre. Foto: Rhuan Lopes (2012).

5. Paisagem de Poder: O Colégio na Cidade

Ingold (2000) afirma que as paisagens são o registro permanentes das sociedades que as criam e as transformam constantemente, deixando desse modo as marcas dos seus habitantes. A relação entre aspectos sociais e físicos do meio, nesse sentido, são os elementos essenciais da constituição dinâmica e dialética das paisagens, em que os sujeitos agem no intuito de construí-la, mas também são construídos por ela (Crumley e Marquardt 1990; Orser Jr 2006; Nichole 2009). A ereção do Colégio e igreja dos jesuítas em Belém é aqui entendida dentro dessa perspectiva teórica, na medida em que seu processo construtivo apresenta marcas da concepção ideológica da Ordem de São Francisco Xavier, associados com as características locais; há, dessa forma, a materialização de ideologias na arquitetura (Zarankin e Niro 2010), em busca pela manutenção da ordem social (Althusser 2007), na medida em que o prédio é pensado para a sujeição simbólica dos agentes que estão imersos em seus ambientes. Por outro lado, e de forma associada, a edificação se impõe enquanto discurso na paisagem urbana de Belém, estendendo-se nesse sentido até os tempos atuais, e relacionando-se contextualmente com seu tempo e cultura (Souza 1995). Nesta seção demonstro como o complexo aqui estudado se inseriu nessa dinâmica, transformando-se em um dos pontos de referência no quadro da urbe.

Como salientei anteriormente, a escolha do terreno é o princípio da materialização do discurso arquitetônico da Companhia de Jesus. Nesse sentido, o jogo de adjetivações efetuado pelos padres em que o bairro da Campina era colocado em uma posição inferior ao da Cidade, em uma tentativa de esclarecer que este último era mais adequado ao desenvolvimento das atividades do Colégio, torna evidente que os inicianos perceberam o discurso urbano da Belém dos seiscentos, que mesmo ainda com a aparência rústica e com suas ruas enlameadas (Bettendorff 1990[1698]; Azevedo 1999[1901]), já apresentava hierarquização dos seus espaços. Como já foi destacado, o bairro da Cidade era o centro político de Belém, comportando no século XVII as principais instituições administrativas, militares e religiosas (Araujo 1998).

Como mencionei anteriormente, as condições práticas para a ereção do Colégio e Igreja dos Jesuítas no bairro da Cidade devem ser levadas em consideração, bem como a possível disponibilidade de terrenos com as dimensões necessárias para a obra. Sobre o primeiro aspecto, é de se considerar que a área onde surgiu Belém era um ponto elevado na topografia, sem as características pantanosas do seu entorno, tal como descrevem os padres Bettendorff (1990[1698]) e Morais (1860[1759]). Tais atributos, inclusive, foram considerados na escolha do lugar da fundação da cidade (Araujo 1998). Na Campina, as condições não eram semelhantes, já que era constituído por terreno de várzea, sendo que sua denominação é alusão à sua própria caracterização geográfica (Araujo 1998).²⁷

Meira Filho (1976) descreve esses dois bairros no ano da chegada dos jesuítas, relacionando aspectos físicos da topografia com as construções e traçados das ruas. Na Cidade havia as instalações da Igreja Matriz, a capela de São João, o convento dos Carmelitas, a capela do Rosário, o Colégio dos jesuítas, a casa do governador, a Casa de Câmara e a capela de Santo cristo, o Forte do Presépio;

as primeiras ruas e travessas, os primeiros largos e a descida para o Piry, próximo ao forte, nailharga do colégio pouco antes da Capela do Santo Cristo e da casa da Alfândega. Aí havia a passagem sobre o igarapé, uma ponte de pau-a-pique; vinha, após, o *Portão*, para noroeste, entrada que

²⁷ As campinas são um tipo de vegetação pioneira que ocorrem na Amazônia, particularmente em solos de areia branca e hidromórficos; elas não possuem fisionomia florestal e as áreas em que se desenvolvem podem sofrer inundações sazonais durante o ano; além disso, estão próximas às regiões com mata mais densa, em um esquema de transição (Veloso 1991). A ponta de terra mais elevada onde foi fundada Belém provavelmente era de mata densa (Araujo 1998), em oposição ao bairro da Campina, que possivelmente possuía as características apresentadas por Veloso (1991) para outras áreas na Amazônia.

galgava a muralha e atingia a oitaria do colégio dos jesuítas, dando acesso à cidade (Meira Filho 1976: 335).

Já a Campina se diferenciava da Cidade pelo canal do Piri “em toda a sua extensão norte-sul, até um certo ponto e daí, na orientação leste-oeste, até alcançar as margens do Guamá” (Meira Filho 1976: 335). Segundo esse autor, foi a Campina a principal área de expansão de Belém, balizada pelas instalações religiosas, como já referi anteriormente. Afirma ainda que “[p]ela sua situação topográfica, pela sua natureza e extensão, o novo bairro da cidade, atraía a atenção e o interesse da população que vivia desejava de afastar-se das proximidades do Forte e tomar outros ares nos arredores da colônia (Meira Filho 1976: 336).

Necessariamente, dentro do perímetro urbano apenas os dois bairros de Belém poderiam receber construções, já que eram neles que se resumia a expansão da cidade (Araujo 1998). Para a Campina, em 1653, já havia prédios que demarcavam os limites da urbe, como os conventos dos Padres Capuchos (1626) e o dos religiosos de Nossa Senhora das Mercês (1640), além da Igreja de Santa Luzia (1650), pertencente à Santa Casa da Misericórdia (Araujo 1998). Em análise do mapa de 1640²⁸ (Figura 13), o com datação mais antiga para Belém, observa-se maior disponibilidade de áreas não ocupadas na Campina, em oposição à ocupação mais sistemática da Cidade. No mesmo mapa, vê-se que ao lado do Forte do Presépio havia um espaço vago, sendo pouca a disponibilidade de terrenos nessa região. Tal área ao lado da fortificação era de propriedade de Gaspar Cardoso e Joana Mello, como menciona Bettendorff (1990[1698]), e apenas recebeu uma construção quando da mudança dos padres de Santo Inácio para o local (Bettendorff 1990[1698]).

Dessa forma, considero dois aspectos relevantes para entender a escolha política dos jesuítas para o local do Colégio: 1) havia maior disponibilidade de terrenos na Campina, ao ponto dos padres recebem um por doação e, mesmo com condições geográficas diferentes da Cidade, existia a possibilidade do bairro receber construções, tal como as que já existiam à chegada de João de Souto Maior e as posteriores a essa data; 2) o terreno ao lado do Forte foi adquirido via compra e, como era de praxe, pediu-se autorização da Câmara para o início das obras, havendo constantes reclamações por parte desta instituição e dos militares da

²⁸ Salienta-se que o referido mapa, de origem holandesa, não possui escala e não descreve a cidade de acordo com a proposição de arruamento irradiado a partir do Forte do Presépio, como propõe Araujo (1998); as ruas parecem seguir organização aleatória.

fortificação por conta dos problemas advindos da presença da construção vizinha ao principal baluarte defensivo da cidade.

Essas são duas observações relevantes no argumento que desenvolvo nessa dissertação, na medida em que evidenciam que os padres não escolheram por acaso o lugar de fundação de sua edificação. Sobre a primeira questão, entendo que a Campina não era interessante para os padres, tanto pelos motivos que eles deliberadamente alegam em seus escritos, quanto por questões que parecem estar ligadas à concepção da própria Ordem jesuítica, algumas das quais citei nesse trabalho. Bettendorff e Moraes dão ênfase à insalubridade do lugar e de sua proximidade com as “bandas do mato”, em uma parte mais retirada do conjunto urbano. Essas são duas razões indicadas como pragmáticas para o impedimento da ereção do Colégio, dado que dificultaria o desenvolvimento de suas atividades. Por outro lado, e seguindo a leituras dos fatores de ordem prática, observo que provavelmente o terreno na Campina também não parecia ter acesso ao rio, principal via de circulação à época, o que dificultaria as práticas econômicas da Companhia de Jesus no Grão-Pará. Há referência, na primeira metade do século XVIII, a existência de uma espécie de porto anexo ao Colégio na Cidade. O cientista francês La Condamine (2000[1745]: 111) afirma ter aportado “a uma habitação dependente do colégio dos padres jesuítas” quando chega à Belém, tendo sido hospedado inicialmente junto aos inacianos. Lembremos que era a partir do Colégio que os bens da Ordem eram administrados e essa estrutura portuária, e não somente ela, serviu provavelmente para o escoamento dos produtos estocados nos armazéns do Colégio, bem como para o recebimento deles, além de servir como ponto de partida e chegada das atividades dos religiosos no sertão amazônico.

Considerando a segunda questão, relativa à proximidade com a fortificação, foi constante as oposições que argumentavam pelo impedimento da linha de tiro do Forte do Presépio gerado pelo Colégio (AHU [Avulsos do Pará], cx.02, doc. 104; AHU [Avulsos do Pará], cx. 02, doc. 94), o que foi finalizado pela decisão da rainha regente quando decidiu pela permanência dos padres no lugar (Moraes 1860[1759]). Mesmo considerando a dimensão política de tal embate (Araujo 1998), a construção de edificações às proximidades de fortificações parece ter sido uma preocupação desse período, considerando outra alusão ao assunto em documento de 1707, em que o rei português manda verificar se o prédio de

certo “Concelho [...] não offende a defesa” de uma fortaleza que se pretendia construir no Pará (Rei 1707 *in* ABN, v. 67 s/d: 22). De todo modo, os jesuítas não recuaram da ideia de erguer sua edificação, mesmo com as disposições em contrário de parte dos moradores representados na Câmara.

O Colégio, então, com o seu definitivo estabelecimento no “verdadeiro núcleo urbano, desenvolvido à volta do forte” (Araujo 1998: 85), inseriu-se na paisagem de poder já estabelecida do ponto de vista simbólico, associando-se com outras construções: a Casa de Câmara,²⁹ o Palácio do Governo e a primeira fortificação, o Forte do Presépio; na mesma área onde foi instalada a Sé,³⁰ na primeira igreja – matriz – de Belém, construída ainda em 1616 dentro do Forte e depois transferida para o Largo do Pelourinho, de frente para a dita fortaleza. Assim, vê-se a importância política do lugar, tanto por ser lá o ponto de surgimento e organização da cidade, como por constar nessa parte mais antiga os principais centros de mando no mundo colonial, já que os edifícios de administrativos e a igreja matriz eram erigidos na praça principal da cidade ou vila (Albuquerque e Lucena 2010).

Nos mapas do século XVIII, fica evidente que a edificação jesuítica estava inserida em um ponto nodal da Belém colonial. A “Planta Geométrica...” (1753) (Figura 28), desenhada quando Belém já estava com a malha urbana estabelecida – dentro dos limites e diretrizes firmados no século anterior (Araujo 1998) – mostra que o Largo do Pelourinho, área de circulação e concentração, era zona de conversão, onde desemborcavam as ruas alinhadas a partir da Fortificação e, ainda, uma das principais visões do transeunte que se deslocava da Campina para a Cidade. O Colégio, sendo assim, inseria-se exatamente nesse eixo, confundindo-se junto ao Forte do Presépio como centro de irradiação da urbe. Ressalto, todavia, que o Colégio somente toma contornos monumentais em fins do século XVII ou início do XVIII, quando sua volumetria grandiosa e fachada imponente o tornam destaque volumétrico na paisagem (Figura 27), ao passo que o mundo colonial se firma; todavia, considero que dentro do discurso jesuítico, a localização da edificação adquire status de destaque na malha urbana desde sua fundação. Analogamente, a cidade possui os

²⁹ A Casa de Câmara, no século XVIII, foi transferida para a Campina, em um movimento de ocupação volumétrica da área entre este bairro e o da Cidade; anos depois, nessa interseção, foi erigido o novo Palácio do Governo, existente hoje como Museu Histórico do Estado do Pará (Araujo 1998).

³⁰ A diocese do Pará foi criada em 1719, com Belém sendo a sede do bispado e elevação da igreja matriz à categoria de Sé; a partir de então se iniciou a construção do atual templo (Araujo 1998).

elementos da concepção barroca de simetria e direcionamento do olhar, como é proposto por Leone e Hurry (1998) para os casos estudados nos Estados Unidos.

Assim, tendo em vista os mapas e prospectos que apresento nesse texto, é possível observar que a conformação das ruas dirigem-se todas para o núcleo inicial, representado pelo Forte do Presépio, mas também pela praça – largo – que está diante dele (Figura 28). No bairro da Cidade, como já foi destacado, as principais ruas foram dispostas de acordo com uma disposição radial que teve a primeira fortificação como ponto de dispersão; por outro lado, os logradouros arteriais da Campina se direcionam também para a Cidade. Em ambos os bairros, há áreas de “deságue” das vias estreitas, os largos, que normalmente são ladeados por igrejas. Essa configuração gera impacto no passageiro, que ao transitar pelas ruas acanhadas se depara com um espaço amplo, referenciado arquitetonicamente por edificações influentes como elementos direcionadores da ordenação urbana.

Para o bairro da Cidade, de acordo com a “Planta Geométrica” (1753), o largo de maior destaque é justamente o que está à frente do Forte, da Igreja da Sé, da capela de Santo Cristo e do Colégio e Igreja dos jesuítas. A volumetria dessa praça, espaçosa segundo Bettendorff (1990[1698]), foi modificada constantemente. Se na “Planta Geral” de 1640 as quadras formadas pelas edificações deixam um espaço mais amplo nesse largo, no início da segunda metade do século seguinte é verificável uma quadra entre a Rua do Norte e a Sé, o que não é observável nas imagens posteriores. Permanece, todavia, as edificações vinculadas ao poder religioso ou governamental, incluindo a casa em frente ao Forte transformada em Hospital Real – atual Casa das Onze Janelas.

Assim, se nos anos iniciais de Belém não havia monumentalidade nas edificações, inclusive a dos jesuítas, já era possível observar as diferenças hierárquicas entre os dois bairros (Meira Filho 1976; Araujo 1998). Todavia, com o desenvolvimento arquitetônico da cidade, o discurso barroco foi se materializando, seja pelo traçado das ruas e largos, balizado principalmente por prédios religiosos, seja pelas outras edificações civis e governamentais. No caso do complexo jesuítico, sua monumentalidade pensada desde os projetos iniciais, se comparado com outros casos (Custódio 2002; Acalá 2012; Ceballos 2012), inseriu-se na paisagem não só em termos de volumetria e de sua fachada, mas na própria decoração interna da sua Igreja. O fiel que se deslocava pelos logradouros estreitos da urbe, deparava-

se não apenas com o impacto das praças amplas, mas ao adentrar no templo, com a magnificência que o direcionava o olhar para o poder de Deus, tendo em vista o jogo entre elementos da ornamentação e a arquitetura do lugar. Claro é que isso ocorreu particularmente quando a São Francisco Xavier estava em seu auge, mas ela foi desde as etapas anteriores uma referência nesse sentido.

Utilizando ainda das imagens produzidas nos setecentos, o “Prospecto da Cidade de Bellem...” (1756) evidencia o destaque que o complexo jesuítico possuía na paisagem, tendo em vista a já completude da sua volumetria (Figura 29). Ele acabou por compor, dentro do quadro geral, o discurso de “cidade-marítima”, que de acordo com Araujo (1998) fazia parte do imaginário urbanístico do século XVIII, no qual a apreciação da cidade a partir do rio – ou mar – propiciava referências às cidades ideais renascentistas, cidades-ícones.³¹ A elaboração de prospectos e vistas, nessa centúria, fez reforçar essa visão sobre Belém, com rua alinhadas e prédios harmonicamente dispostos ao longo desses logradouros (Araujo 1998), e, acrescento, a visão do complexo arquitetônico da Companhia de Jesus é referência constante nessas imagens.



Figura 27 - Fachada do complexo arquitetônico jesuítico. Foto: José Luis Franco (2011).

Por outro lado, se o discurso impresso nos prospectos e plantas da cidade são, em última instância, representações formais da materialidade, feitos quase sempre a pedido oficial dos governadores e com funções práticas – militares, por exemplo –, há de se referir às

³¹ La Condamine (2000[1745]: 112), cientista francês que aportou em Belém na primeira metade do século XVIII, descreve a cidade da seguinte forma: “Afigurava-se-nos, chegando ao Pará, e saídos das matas do Amazonas, ver-nos transportados à Europa. Encontramos uma grande cidade, ruas bem alinhadas, casas risonhas, a maior parte construídas desde trinta anos em pedra e cascalho, igrejas magníficas.”

percepções dos sujeitos que habitam o lugar representado geometricamente nas imagens acadêmicas. Certeau (1998) argumenta que a percepção das pessoas na cidade é a sua principal forma de orientação e localização entre as ruas e prédios; trata-se de, a partir da experiência própria dos indivíduos, referir-se espacialmente aos locais da urbe sem necessariamente precisar de um mapa e a despeito da organização geométrica dos logradouros. Nas fontes por mim elencadas, é perceptível que o Colégio é posto como ponto de referência nas descrições de Belém, ao lado de outros prédios que serviam como baliza para o traço da cidade.

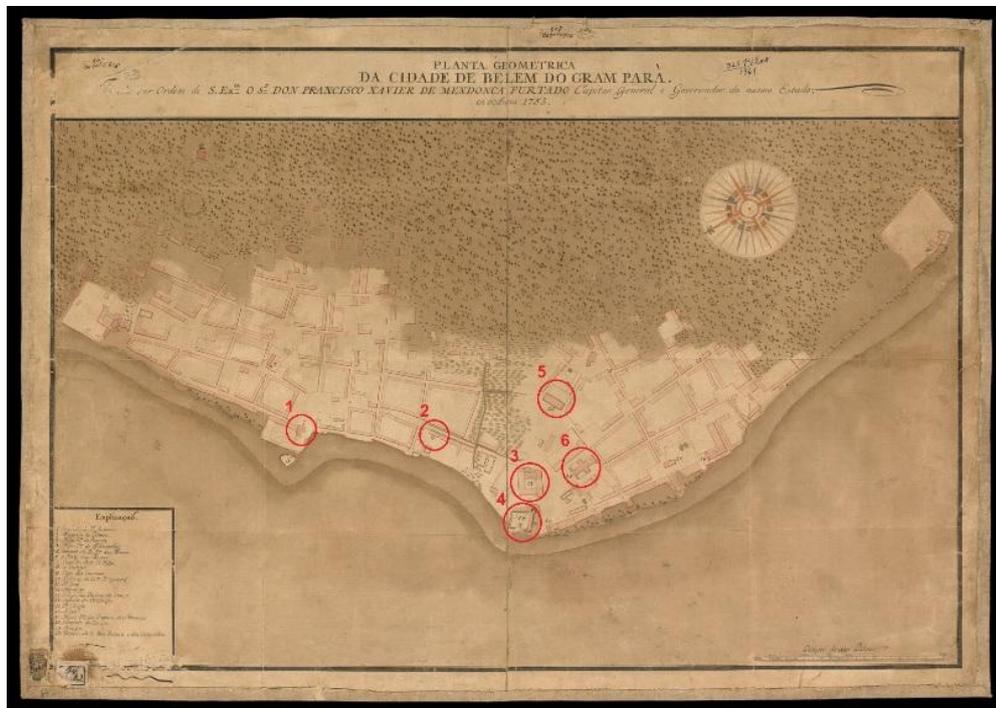


Figura 28 - “Planta Geometrica da Cidade de Belém do Gram Pará” (1753). Fonte: Biblioteca Nacional. Localização dos prédios no século XVIII: 1) Convento dos Mercedários, em suas proximidades foi construído primeiro abrigo dos jesuítas em 1653; 2) Cadeia (Câmara?); 3) Colégio e Igreja dos Jesuítas; 4) Forte do Presépio; 5) Palácio dos Governadores e 6) Igreja da Sé (antiga Igreja Matriz).



Figura 29 - "Prospecto da Cidade de Bellem, do Estado do Gran Para", Schwebel (1756). Destaque para o complexo arquitetônico dos jesuítas. Edição: Evandro Paixão.

A descrição de Bettendorff, para iniciar com as dos próprios jesuítas, resume bem a percepção a partir das edificações. Apesar de longo, é relevante citar todo o trecho:

[...] divide-se a Cidade em duas partes, uma para a banda do Sul em sitio um pouco mais alto, e esta se chama Cidade, outra, em sitio um tanto mais baixo, se chama Campina. Para a banda do Norte, bem no principio da Cidade, onde chamam portão os antigos, está o Collegio de Santo Alexandre dos Padres da Companhia de Jesus, virado com a portaria para apraça assaz espaçosa. Della se reparte, Norte para o Sul, em quatro ruas principaes, e de Leste a Oeste em outras tantas que atravessam as primeiras, está o Collegio no principio da terceira, tem a matriz defronte, no cabo da praça para o Sul, entre a segunda e a terceira rua; no principio da primeira que está ao Norte, e corre Norte ao Sul, está a Fortaleza de taipa de pilão, sobre um alto de pedras, edificada em quatro, com suas peças de artilharia ao redor, tem o rio bem largo e fundo para Oeste e no mais cercada de muito poço secco. Correndo do Norte para o Sul pela primeira rua, ocorre logo a ermida de Santo Christo, mais adeante Nossa Senhora do Carmo, sito bem sobre o rio; indo da mesma fortaleza, Norte e Sul, pela segunda rua logo se offerece em a praça a Casa de Camara. Pela terceira rua adeante, dá-se em cabo com o Carmo novo que se vai fazendo, na ultima rua que atravessa a ermida de S. João, de Leste a Oeste, e de lá de Leste para Oeste, pela primeira rua que se atravessa, se dá com o Palacio do Governador, assz grandioso se fora de oedra e cal, e não de taipa de pilão. A parte que se chama campina se reparte pelo mesmo modo, pouco mais ou menos, em ruas direitas e travessas. A primeira vai do Collegio para o Norte tem legoa e meia, armazém d'el Rey, e depois, pelo meio, o convento de Nossa Senhora das Mercês sito bem sobre o rio. A segunda tem a campina e depois, á mão esquerda, a Misericordia, lá muito adeante e ao cabo de tudo está Santo Antonio. As ruas e travessas não tem nada de consideração digno de se relatar sinão a Misericordia que pela banda do Norte tem, uma.....de lá ou pouco menos, a bella ermida de S. José, fundada por Hilario de Souza e sua mulher Maria Siqueira, que por morte a deixaram aos Reverendos Padres Piedosos, que de novo tinham vindo por Missionarios. Tem a cidade pela banda de riba os rios Murutuçú, Guarapiranga, Mojú, e Acará, todos tão fecundos em peixe, como em cannas de assucae, tabacos,

cacauzeiros, urucuzeiros, que em suas terras se plantarem, como se vê nos engenhos e outras fabricas que por elles se acham. Não falta caça de porcos do matto, veados, cotias para o sustento dos moradores que os povoam; para a banda de baixo, onde vão correndo para o mar, quando mais se afastam as terras e rios tanto maus abundantes de peixe e farinhas, até a villa da Vigia, posta sobre as entradas do mar (Bettendorff 1990[1698]: 22-23, *itálicos meus*).

Já o padre José de Morais, ao fazer referência à escolha do terreno para a fundação de Belém, diz que

Subio finalmente até o lugar, onde se acha hoje formada a cidade do Grão-Pará. E vendo huma dilatada enseada, que cada vez mais de ia levantando, até acabar na ponta em que está fundado o Collegio da Companhia, apesar da opposição de alguns babaros que provoavão a terra, agradado das conveniencias do sitio deu fundo no mesmo lugar que serve hoje de ancoradouro aos navios do Reino (Morais 1860[1759]: 186).

Na descrição de Bettendorff a importância das ruas da cidade se resume aos prédios que possui, sendo que o Colégio dos jesuítas é mencionado duas vezes em sua posição de destaque no quadro urbano. Em Morais, o dito prédio é a única alusão ao local de escolha da fundação da cidade, associando esse fato à própria seleção do sítio para a construção do Colégio. Porém, se nesses relatos, que demonstram uma forma de percepção do cotidiano urbano, pode-se supor que a proeminência dada ao prédio jesuítico ocorre em função da deliberada manipulação dos padres autores – o que não pode ser desconsiderado –, é necessário apresentar outra alusão à disposição de Belém, que segue percurso semelhante. O Bernardo de Berredo, governador do estado do Maranhão e Grão-Pará entre 1718 e 1721, delinea a cidade da seguinte maneira:

A Cidade de Nossa Senhora de Belém é a capital Povoação da Capitania do Grão Pará, e a principal do comércio do Estado. Tem mais de quinhentos vizinhos de luzido trato: Igreja Episcopal novamente ereta, e além de outras as de um Colégio da Companhia de Jesus; e quatro Conventos de Religiosos, de Nossa Senhora do Monte do Carmo, de Mercenários Calçados, e de Capuchos de Santo Antônio, e da Piedade. Acha-se situada em uma Península, um grão, e trinta e cinco minutos ao Sul da Linha, com tão errada planta na escolha do terreno, tanto por pantanoso, como pela sua irregularidade para as defesas da disciplina militar, que ainda tendo algumas assim interiores, como exteriores, em que se conta uma mais capaz na entrada do rio da invocação de Santo Antônio; a mais forte de todas é a dos perigos da sua barra, que lhe fica na larga distância de mais de seis léguas (Berredo 1905[1749]: 15).

Entendo que tais descrições, apesar de não partirem de narrativas pormenorizadas de momentos do cotidiano, são alusivas às formas como a cidade era vista e vivenciada, tendo

como referências edificações que localizavam o traçado urbano. Os templos religiosos eram, desse modo, o principal apontador no deslocamento pelas ruas de Belém. Considerando a inserção do Colégio e Igreja dos jesuítas nesse quadro geral, considero que sua posição em um eixo central o coloca em um destaque privilegiado. O complexo arquitetônico, então, se incorporou ao discurso urbanístico e, ao mesmo tempo, desenvolveu uma relação dialética ao impor seu próprio discurso ideológico.

6. “O sagrado sem culto”: período pós-expulsão

Para Najjar (2011), o estudo da ocupação jesuítica deve considerar também o período pós-expulsão da Ordem do Brasil, tendo em vista que o objeto da Arqueologia é a edificação e que ela incorpora materialmente os vários períodos em que sua forma e função foram modificadas. O momento imediatamente após a retirada dos padres é destacado por Najjar (2011), por ainda haver forte relação com a presença inaciana e pelas modificações que materializam a presença da Coroa portuguesa, com a instalação de instituições não religiosas na residência e gerenciamento da igreja efetuado por padres regulares ou de outras ordens. Tem-se com isso modificação na função social do complexo arquitetônico, com a incorporação de outros elementos que influenciam no jogo dialético de criar e ser criado pelas pessoas que com ele dialogam (Tilley 1999; Zarankin 2001, 2008; Borrazás *et al.* 2002; Najjar 2011).

Desde o início dos conflitos finais que confluíram para a expulsão dos jesuítas em 1759, o Colégio dos padres foi associado ao poderio econômico da Ordem, essencialmente pelos bens que administrava, mas também pelos produtos que armazenava em seus espaços e mesmo dos terrenos dentro de propriedade de Santo Alexandre. Em carta para o Reino, em 1751, o então governador do Grão-Pará Francisco Xavier de Mendonça Furtado, referendou que era “[...] um fato notório que dentro deste colégio há uns grandes armazéns em que se recolhem todas as drogas que os ditos religiosos extraem destes sertões” (Furtado 1751 *in* MCM, t. III 2005: 155). Já em 1754, o governador relatou que dentre as várias propriedades dos religiosos em todo o estado, “[p]ossui também este colégio algumas moradas de casas nesta cidade, e algumas delas das melhores que aqui há” (Furtado 1754 *in* MCM, t. II 2005: 99). Novamente nesse período, os discípulos de Santo Inácio entraram em outra peleja por

conta da intenção de construção de um de seus prédios, mas agora o conflito foi por conta da proximidade com o palácio de governo, no bairro da Cidade. Segundo Mendonça Furtado, os religiosos já possuíam casa em frente à residência dos governadores, além de “uns chãos devolutos” às proximidades do Colégio; segundo o governador, os padres desejavam adquirir mais terrenos, contíguos a este último, para a ereção do seminário; segue Mendonça Furtado afirmando que se isso ocorrer, o prédio onde reside sofrerá

[...] uma considerável diminuição no valor, e aos Padres se lhes parecer se lhes pode seguir a utilidade de fazerem casas de aluguel, no resto da área que lhes fica do seminário. O único lugar que há, capaz de se poder formar um regimento, é o que pretendem os Padres, correndo para a parte do Palácio do Governo, porque o mais resto da Praça, ainda que tem extensão, é todo pantanoso e alagado, de maneira que se não pode fazer nele evolução alguma militar, e atendendo a este fim tão principal, e também a ficar a Praça com alguma regularidade, ainda que pouca [...]

[...] se as posses deste Almojarifado o permitissem, seria de voto que se comprassem as casas e chãos que pertencem aos Padres, para que, demolidas, ficasse terreno suficiente de qualquer evolução que se oferecesse.

Finalmente, aos Padres não faltam sítios em que fundem o Seminário, no caso de o não quererem nas casas e chãos que já possuem, e nailharga do Palácio deste Governo tem área suficiente para a obra que quiserem, como já lhes adverti [...]" (Furtado 1752 *in* MCM, t. I 2005: 223-224).

A despeito de quase um século depois do conflito inicial pela instalação do Colégio, essa controvérsia também se revestiu de aspectos políticos, mas deixa transparecer a situação urbana de Belém no que diz respeito à disponibilidade e uso dos seus terrenos. Havia nesse caso o interesse do governador em criar uma praça militar no mesmo local, o que seria dificultoso com a presença do Seminário. De todo modo, considerando que os padres realmente detinham tais terrenos e casas na cidade, tal como é mencionado ainda por Bettendorff em 1671 (ARSI, Bras. 27, fol. 2v.), é relevante notar que Mendonça Furtado indica o perigo da expansão das edificações dos padres no bairro da Cidade e próximo ao seu palácio, argumentando que em outros lugares há disponibilidade de terrenos para a construção do Seminário.

Após a expulsão dos padres da Companhia de Jesus, o complexo arquitetônico passou paulatinamente por diferentes modificações, primeiro em sua função e depois na própria no seu traço. Em 1760, o então governador do estado, Manuel Bernardo de Melo e Castro, informou às autoridades em Portugal o estado de abandono a Igreja de São Francisco Xavier,

tanto do ponto de vista da arquitetura, quanto dos ornamentos nela presentes. Afirma-se na carta que o Prelado da diocese de Belém havia observado a decadência da edificação e seu aparato religioso, já que não estavam com o “necessário asseio, e o sagrado sem o devido culto” (Melo e Castro 1761: AHU [Avulsos do Pará], cx. 47, doc. 4341). Propôs-se então a destinação de 30 mil réis para a manutenção da Igreja. No ano seguinte, o Colégio, juntamente com a Igreja e seus ornamentos, foi incorporado à mesa episcopal (Melo e Castro 1761: AHU [Avulsos do Pará], cx. 51, doc. 4639). Importa destacar nesse caso a argumentação relativa à falta adequada de uso da Igreja, tendo em vista o seu abandono para o culto. Apesar de isso poder se uma tentativa de convencer a favor da necessidade de transformação do edifício em Seminário Eclesiástico, é de se considerar que o argumento faz alusão a uma preocupação em manter um uso digno ao prédio, detentor de valores religiosos e sagrados que não poderiam ficar sem o “devido culto”. O abandono, dessa maneira, revestia-se de uma semi-morte ao templo.

Ainda em 1761, parte do Colégio foi transformado em armazém de armas, desonerando a fazenda real do pagamento de taxas relativas à guardado material pertencente ao Almojarifado (Melo e Castro 1761: AHU [Avulsos do Pará], cx. 49, doc. 4506). A parte da ala voltada para o Forte do Presépio foi adaptada para a transformação necessária, com planta efetuada pelo arquiteto Antonio Landi (Figura 30). As pesquisas arqueológicas desenvolvidas em 1997 verificaram, primeiro, a compatibilidade da planta desenhada por Landi com os antigos espaços do Colégio, e também observou nas prospecções essa correspondência, a partir das fundações e negativos na parede, alusivos ao armazém (Marques 1997, 2005). Essa, segundo as informações disponíveis, foi a primeira intervenção na forma do prédio, no sentido de mudança no seu traçado. Todavia, esse tipo de modificação ocorreu de forma constante nos momentos posteriores (Marques 1997, 2005).

As investigações conduzidas pela arqueologia demonstraram alguns dos aspectos construtivos da edificação, de onde se faz inferência acerca de seu processo de modificação:

- 1) a escavação revelou marcante ocorrência de fileiras de espessos alicerces em alvenaria de pedra, paralelos e dispostos perpendicularmente ao prédio do Palácio, em uma situação perfeitamente compatível com a iconografia e as descrições do Pe. João Bettendorff, quando referenciou a construção de corredor e aposentos ‘apara as bandas da fortaleza’.

2) o exame de marcas no reboco da superfície da parede externa do Palácio, possibilitou determinar possíveis interseções desta parede com as do prédio que existiu no local, bem como a inclinação do encaixamento de sua cobertura.

3) a investigação histórica confirmou a utilização de parte do prédio que existiu no local com Casa de Armas. Embora com algumas pequenas diferenças de afastamento entre paredes, a comparação dos alicerces evidenciados na escavação como o desenho de autoria de Landi, pressupôs a provável concretização de seu plano.

4) no que diz respeito à sequência construtiva, concluiu-se que, em um primeiro momento, foram executados os alicerces em pedra argamassada e, em seguida, possivelmente após a demolição do prédio, foram assentadas colunas em tijolo, com as mesmas características da arcada que recentemente foi demolida. (Marques 2005: 118).

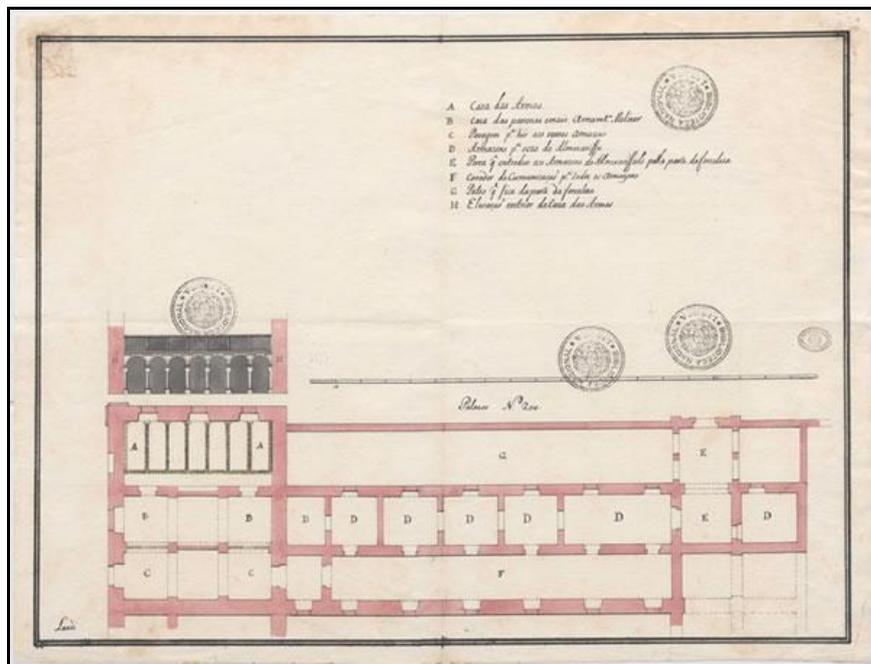


Figura 30 - Prancha com planta baixa da "Caza de Armas", de autoria de Antonio Landi. Disponível em: <http://ufpa.br/forumlandi/ImmaginiLandi/ImmaginiBig/Belem/AHU_CARTm_013_D800_PT.html> Acesso em: 10 out. 2012.

Soma-se às estruturas arquitetônicas os outros vestígios materiais, tais como cerâmicas, material de construção, utensílios domésticos, grés, porcelana, vidros, metais, líticos e material orgânico, agrupados segundo matéria prima. As informações advindas da arqueologia quanto às modificações na estrutura do prédio, mesmo que estando restritas a uma parte selecionada para escavação, foram relevantes para a verificação *in loco* do registro escrito (Marques 2005), mas se somadas às análises efetuadas a partir do conceito

de paisagem permitem a contextualização da percepção dos padres ao se inserirem na paisagem colonial de Belém, que por certo não se manteve estagnada enquanto representação simbólica durante a permanência dos padres no Colégio de Santo Alexandre e Igreja de São Francisco Xavier.

O complexo arquitetônico dos jesuítas, portanto, constitui-se no período colonial como um elemento ímpar na paisagem urbana de Belém, impondo-se enquanto representação do avanço das ideias da Contrarreforma e do mundo mercantil europeu para a Amazônia. Sua volumetria, associada com sua posição na topografia da cidade, são a incorporação do discurso colonizador e a síntese do mundo erigido a partir da exploração dos primórdios do capitalismo, associado com a doutrina católica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os edifícios são paisagens construídas, imbuídos de significados diversos e inseridos no contexto social e histórico (Zarankin 2001). Por outro lado, eles ajudam a conformar paisagens em escala maior, contribuindo para as superposições dos registros das diferentes sociedades e diversos tempos (Crumley e Marquardt 1990; Ingold 2000; Orser Jr 2006; Nichole 2009). Nesse sentido, a parte mais antiga de Belém comporta elementos dos variados períodos de sua ocupação e os seus remanescentes arquitetônicos são singulares nesse sentido.

Como demonstrei nos capítulos dessa dissertação, a Cidade Velha – antigo bairro da Cidade – foi o centro político de Belém e, por extensão, da Amazônia durante longo período. O Colégio e Igreja dos jesuítas se inseriram na dinâmica do lugar, ajudando a conformá-la enquanto paisagem de poder. Os padres, desde sua chegada, observaram as hierarquias espaciais locais e escolheram seu “melhor sítio”, o que dentro da lógica da Ordem de Santo Inácio era os centros urbanos. Tratou-se primeiramente na seleção da área de destaque, às proximidades das instituições políticas de então, para em seguida, paulatinamente, a construção volumétrica que sintetiza o poderio jesuítico e, também, colonial na região.

Contemporaneamente, a Cidade Velha foi alvo de outra intervenção que, a partir dos interesses ideológicos do governo, teve sua paisagem remodelada para atender as projeções desse grupo. Longe de ter se tratado dos mesmos significados e intenções, mas esses dois “momentos” da paisagem de Belém guardam em si a lógica de ocupação política do espaço, em uma tentativa afirmação de marcas específicas de determinados grupos. Tais marcas, incorporadas na arquitetura e organização do espaço, são a dimensão tangível de discursos reprodutores e construtores de ideologias que, em contextos diferenciados, tentam legitimar segmentos sociais.

Desse modo, a análise aqui proposta buscou inserir em uma perspectiva da paisagem, uma das formas de inserção dos modos de pensar e agir do sistema capitalista. Assim, a arquitetura, enquanto incorporadora de ideologias e discursos de poder, possui e possui uma função particular nesse contexto, dada sua condição de cultura material. A relação

dialética que ela tem com seus usuários e construtores, em uma das instâncias possíveis de análise, é um meio de conformar indivíduos e firmar posições de grupos sociais articuladores do poder.

Assim, as sensações de Alfredo ao se deparar com as igrejas da Cidade Velha, que serviram de epígrafe a essa dissertação, sintetizam a forma como a arquitetura se impõe diante dos seus criadores e usuários. Silenciosamente ela diz sobre sua função e, mais ainda, suscita, como no personagem de Dalcídio Jurandir (2004[1960]), imagens e percepções que se espraiam na paisagem.

Referências

Fontes:

1) Jornais

Flávio, L. "Patrimônio histórico nas mãos do Iphan". *Diário do Pará*, Belém, 28 nov. 2002, Cidades, p. 06.

Marie, F. "TRF autoriza derrubada do muro". *Diário do Pará*, Belém, 06 dez. 2002, Cidades, p. 05.

Nunes, E. "Prefeitura e governo lutam pelo muro do Forte". *Diário do Pará*, Belém, 27 nov. 2002, Cidades, p. 01.

Vaz, E. "Reforma do Forte do resgata história da cidade". *O Liberal*, Belém, 04 fev. 2001, Cartaz, p. 01.

O Liberal. "Justiça embarga derrubada no Forte do Castelo". *O Liberal*, Belém, 27 nov. 2002, Cartaz, p. 01.

O Liberal. "Iphan nega ter autorizado derrubada do muro". *O Liberal*, Belém, 28 nov. 2002, Cartaz, p. 01.

O Liberal. "Fumbel processa Secult por derrubar muro do Forte". *O Liberal*, Belém, 07 dez. 2002, Cartaz, p. 04.

Paula, F. de. "Justiça autoriza e Secult derruba muro do Forte". *O Liberal*, Belém, 06 dez. 2002, Cartaz, p. 01.

2) Processos e Projetos

IPHAN. Processo n.º 01492.000075/2000-77-IPHAN.

_____. Processo de nº 01492.4000026/2001 -15-IPHAN.

Pará/SECULT. Feliz Lusitânia (Tomo I, Tomo II, Tomo III, Projeto Forte do Castelo - Memorial Descritivo e Justificativo e Projeto Forte do Castelo anexos de I a VIII).

3) Fontes históricas

AHU [Avulsos do Pará], cx. 02, doc. 94. "Consulta do conselho ultramarino para o rei D. João IV, sobre a fundação de casa, igreja e mosteiro para os padres da Companhia de Jesus, na capitania do Pará, junto da fortaleza daquela capitania, em vez do local que lhes tinha sido atribuído".

AHU [Avulsos do Pará], cx.02, doc. 104. "Carta Régia (minuta) de D. Luisa de Gusmão para o governador e capitão general do Estado do Maranhão, André Vidal de Negreiros, sobre a queixa apresentada pelos oficiais da câmara de Belém do Pará acerca das obras da igreja dos religiosos da Companhia de Jesus nas proximidades da fortaleza da capitania."

AHU [Avulsos do Pará], cx. 47, doc. 4341. “Ofício ao governador e capitão-general do Estado do Pará, maranhão e Rio Negro, Manuel Bernardo de Melo e Castro, para o [secretário de Estado da Marinha Ultramar] Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre o estado de abandono em que se encontra a igreja do Colégio [de Santo Alexandre] da cidade de Belém do Pará e seus respectivos ornamentos, após a expulsão dos padres da Companhia de Jesus daquele Estado.”

AHU [Avulsos do Pará], cx. 49, doc. 4506. “Ofício ao governador e capitão-general do Estado do Pará, maranhão e Rio Negro, Manuel Bernardo de Melo e Castro, para o [secretário de Estado da Marinha Ultramar] Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre as lojas do colégio dos jesuítas da cidade de Belém do Pará, serem transformadas em Armazém de Armas e outros objectos pertencentes ao Almoxarifado”

AHU [Avulsos do Pará], cx. 51, doc. 4639. “Carta do governador e capitão-general do Estado do Pará, maranhão e Rio Negro, Manuel Bernardo de Melo e Castro para o rei [D. José I], sobre a incorporação, à mesa episcopal, do colégio jesuíta de Santo Alexandre daquela cidade, com a sua igreja, sacristia, ornamentos e alfaias, para servir de palácio dos prelados, de seminário eclesiástico e de capela do mesmo palácio.”

ARSI, Bras. 27, fol. 2v. “Catálogo [extrato] dos Colégios do Maranhão e Pará pelo Superior da Missão João Felipe Bettendorff (1671)”, tradução de Gruzinski S. e D. A. G., in Guzmán, D. d. A., F. N. Fontenele, and R. C. d. S. Lopes. 2009. *Relatório Final de Pesquisa “Patrimônio Jesuíta no Pará e Amapá (1653-1759)”*. Belém: IPHAN.

Berredo, B. P. d. 1905[1749]. *Annaes historicos do Estado do Maranhão, em que se dá notícia de seu descobrimento, e tudo o que mais nelle se tem succedido desde em que foy descoberto até o de 1718*, 2 edition. Florença: Typografia Barbêra.

Bettendorff, J. F. 1990[1698]. *Crônica dos padres da Companhia de Jesus no estado do Maranhão*, 2ed. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/ Secretaria de Estado de Cultura.

“Catálogo Catalogo deste Colégio de Santo Alexandre, seos bens, officinas, fazendas, servos, gados, dispendios, e dividas activas e passivas (1720)”, in Martins, R. M. d. A. 2009. *Tintas da Terra, Tintas do Reino: Arquitetura e Arte nas Missões Jesuíticas do Grão-Pará (1653-1759)*. Tese de Doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, pp. 187-199.

Furtado, F. X. M. 1751. “Papel que acusa a carta nº 4, na qual se mostra que o negócio que os padres fazem nem é licito, nem necessário, nem, em consequência dele, há bens industriais, e que os que adquirem”, in *Amazônia na Era Pombalina*, v.III. Editado por M. C. Mendonça, pp. 137-161. Brasília: Senado Federal.

_____. 1752. “Carta a Diogo de Mendonça sobre uns chãos que o Vice-Provincial pretendia para a Companhia de Jesus”. in *Amazônia na Era Pombalina*, v.III. Editado por M. C. Mendonça, pp. 223-224. Brasília: Senado Federal.

_____. 1754. “Memória sobre as fazendas do Colégio de Santa Alexandrina, dos padres jesuítas”. in *Amazônia na Era Pombalina*, v.III. Editado por M. C. Mendonça, pp. 97-102. Brasília: Senado Federal.

La Condamine, C. M. d. 2000[1745]. *Viagem na América Meridional Descendo o Rio das Amazonas*. Brasília: Senado Federal.

Morais, J. d. 1860[1759]. *História da Companhia de Jesus na extinta Província do Maranhão e Pará*. Rio de Janeiro: Typographia do Commercio.

Rei 1707. "Sobre se lhe dizer não deve ser aceita a oferta que faz Jose Sanches de Brito de fazer a sua custa huma Fortaleza Rial na Capitania do Pará", in *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 67. Rio de Janeiro: Divisão de Obras e Publicações.

Bibliografia consultada

Albuquerque, M., e V. Lucena. 2010. "Arqueologia Amazônica: o potencial arqueológico dos assentamentos e fortificações de diferentes bandeiras," in *Arqueologia Amazônica*, vol. 2. Editado por E. Pereira e V. Guapindaia, pp. 968-1019. Belém: MEPG/IPHAN/SECULT.

Alcalá, L. E. 2012. "De historias globales y locales: una aproximación a la historiografía de la arquitectura de los jesuitas en hispanoamérica," in *La arquitectura jesuítica. Actas del Simposio Internacional*. Editado por M. I. Á. Zamora, J. I. Fernández, e J. C. Mainar, pp. 473-496. Zaragoza: IFC.

Alden, D. 1996. *The Making of an Enterprise: The Society of Jesus in Portugal, Its Empire, and Beyond, 1540-1750*. Stanford: Stanford University Press.

Althusser, L. 2007. *Aparelhos ideológicos do Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos do Estado*. 10ed. *Biblioteca de Ciências Sociais: Política*. São Paulo: Graal.

Anderson, S. D., e F. L. T. Marques. 1992. Engenheiros Movidos a Maré no Estuário do Amazonas: vestígios encontrados no município de Igarapé-Miri, Pará. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi* 8(2):295-301.

Araújo, J. A. A. d. 2000. *A quadra perfeita: um estudo sobre a arquitetura rural jesuítica*. Rio de Janeiro: Madgráfica.

Araujo, R. M. 1998. *As cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão*. Porto: FAUP Publicações.

_____. 2000. A urbanização do Mato Grosso no século XVIII. Discurso e Método, Tese de Doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa. Manuscrito inédito.

_____. 2003. A Razão na Selva: Pombal e a reforma urbana da Amazônia. *Revista Camões* 15(15):151-165.

_____. 2006. O Presépio da Feliz Lusitânia, in *Feliz Lusitânia: Forte do Castelo, Casa das Onze Janelas, Casario da Rua Padre Champagnat*. Editado por Secretaria Executiva de Cultura do Estado do Pará, pp. 11-19. Belém, SECULT.

Arenz, K. H. 2011. "Impressionar e intimidar: arte e evangelização jesuíticas na Amazônia seiscentista," in *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH*.

Assunção, P. 2004. *Negócios Jesuíticos: o cotidiano da administração dos bens divinos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Azevedo, J. L. d. 1999[1901]. *Os Jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização*. Belém: Secult.

- Baeta, A. e Mattos, M. I. M. Matos. 2007. A Serra da Onça e os índios do rio Doce: uma perspectiva etnoarqueológica e patrimonial, *Habitus* 5(11):39-62.
- Barcelos, A. H. F. 2000. *Espaço e arqueologia nas missões jesuíticas: o caso de São João Batista*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Barreto, C., e J. S. Machado. 2001. "Exploring the Amazon, explaining the unknown: Views from the past," in *Unknown Amazon: Nature and Culture in Ancient Brazil*. Editado por C. McEwan, C. Barreto, e E. Neves, pp. 232-51. London: British Museum Press.
- Bazin, G. 1983. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*, vol. 1. Rio de Janeiro: Record.
- Beaudry, M. C., L. J. Cook, e S. A. Mrozowski. 2007. Artefatos e vozes ativas: cultura material como discurso social. *Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica* 1(2):71-113.
- Brandão, J. d. S. 1991. *Mitologia Grega*. Vol. I. Petrópolis: Vozes.
- Brito, L. S. A. 2007. *A intervenção no Centro Histórico e a reorganização sócio-espacial do bairro da Cidade Velha - Belém/PA*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, Brasil. Manuscrito inédito.
- Britto, R. M. 2009. *A invenção do patrimônio histórico musealizado no bairro da Cidade Velha de Belém do Pará, 1994-2008*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. Manuscrito inédito.
- Borrazás, P. M., R. B. Rotea, e X. M. A. Vila. 2002. *Arqueotectura 1: Bases teórico-metodológicas para una Arqueología de la Arquitectura*. Santiago de Compostela: Laboratorio de Patrimonio, Paleoambiente e Paisaxe.
- Bourdieu, P. 1999. A Casa Kabyle ou o mundo às avessas. *Cadernos de Campo* 8:147-159.
- Carvalho, A. M. F. M. d. 2002. "O Real Colégio de Salvador da Baía e as quatro igrejas de Salvador: um estudo de sua espacialidade," in *A arte no mundo português dos séculos XVI a XIX: confrontos, permanências, mudanças. Atas do IV Colóquio Luso-brasileiro de História da Arte*. Editado por M. H. O. Flexor, pp. 191-228. Salvador: s.e.
- Castañeda, Q.E. 2008. The "ethnographic turn" in archaeology: research positioning and reflexivity in ethnographic archaeologies, in *Ethnographic Archaeologies: reflections on stakeholders and archaeological practices*. Editado por Q. E. Castañeda & C. N. Matthews, pp. 119-138. Altamira Press: Lanham.
- Castelnau-L'Estoile, C. 2006. *Operários de uma vinha estéril : os Jesuítas e a conversão dos índios no Brasil, 1580-1620*. Bauru: Edusc.
- Ceballos, A. R. G. d. 2012. "La arquitectura jesuítica en Castilla. Estado de la cuestión," in *La arquitectura jesuítica. Actas del Simposio Internacional*. Editado por M. I. Á. Zamora, J. I. Fernández, e J. C. Mainar, pp. 305-325. Zaragoza: IFC
- Certeau, M. d. 1998. *A invenção do cotidiano - Artes de fazer*, 3ed. Vol. I. Petrópolis: Editora Vozes.
- Chambouleyron, R., K. H. Arenz, e R. M. d. Neves Neto. 2011. "Quem doutrine e ensine os filhos daqueles moradores": a Companhia de Jesus, seus colégios e o ensino na Amazônia colonial. *Revista HISTEDBR On-line* Número especial:61-82.

Coelho, G. M., e A. W. Coelho. 2005. "Visibilidade e encobrimento do *momentum* jesuítico em Belém," in *Feliz Lusitânia : Museu de Arte Sacra do Pará*. Editado por P. S. E. d. Cultura, pp. 11-54. Belém: SECULT.

Coelho, M. C. 2005. Do sertão para o mar. Um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798). Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo. Manuscrito inédito.

Coelho, R. G., e F. L. T. Marques. 2011. "Processo de contato e primórdios da colonização na Bacia do Amazonas," in *Velhos e Novos Mundos: Congresso Internacional e Arqueologia Moderna - Anais*. Lisboa: No prelo.

Copé, S. M. 2006. "Arqueologia da arquitetura: ensaio sobre a complexidade, performance e processos construtivos das estruturas semi-subterrâneas do planalto gaúcho," in *Anais V Encontro do Núcleo Regional Sul da Sociedade Brasileira de Arqueologia*. Disponível em <<http://www.anchietano.unisinos.br/sabsul/V%20-%20SABSul/simposio/planalto/1.pdf>> Acesso em 01 fev. 2012.

Costa, C. J., e S. L. Menezes. 2010. "A racionalidade mercantil na evangelização jesuítica no Brasil," in *Anais da XIII Jornadas Internacionais sobre as Missões Jesuíticas. Fronteiras e identidades: povos indígenas e missões religiosas*. Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados.

Costa, D. F. da. 2007. *Além da Pedra e Cal: a (re)construção do Forte do Presépio (Belém do Pará, 200-2004)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Brasil. Manuscrito inédito.

Costa, D. M. 2010. Arqueologias históricas: um panorama espacial e temporal. *Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica* 4(2):7-38.

Costa, L. 1997[1941]. A arquitetura dos jesuítas no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* 26:105-169.

Crumley, C. L., e W. H. Marquardt. 1990. "Landscape: a unifying concept in regional analysis," in *Interpreting space: GIS and archaeology*. Editado por K. M. Allen, S. W. Green, e E. B. Zubrow, pp. 73-79. London: Taylor and Francis.

Custódio, L. A. B. 2002. A Redução de São Miguel Arcanjo: contribuição ao estudo da tipologia missioneira. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Deagan, K. 1991. "Historical archaeology's contributions to our understanding of early America," in *Historical archaeology in global perspective*. Editado por L. Falk, pp. 97-111. Washington/London: Smithsonian Institution Press.

_____. 2008[1982]. Líneas de investigación en Arqueología Histórica. *Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica* 2(1):62-92.

Deetz, J. 1991. "Introduction: archaeological evidence of sixteenth- and seventeenth-century encounters," in *Historical archaeology in global perspective*. Editado por L. Falk, pp. 1-9. Washington/London: Smithsonian Institution Press.

_____. 1996[1977]. *In small things forgotten: an archaeology of early American life*, 2ed. New York: Anchor Books Edition.

- Delson, R. M. 1976. Planners and Reformers: Urban Architects of Late Eighteenth-Century Brazil. *Eighteenth-Century Studies* 10(1):40-51.
- Drennan, M. 2010. Architecture in archaeology: an examination of domestic space in Bronze Age Mesopotamia. *Honors Scholar Theses Paper 167*. Disponível em <http://digitalcommons.uconn.edu/srhonors_theses/167> Acesso em 22 fev. 2012.
- Eisenberg, J. 2000. *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno: encontros culturais, aventuras teóricas*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Falk, L. 1993. *Historical Archaeology in Global Perspective*. Washington/London: Smithsonian Institution Press.
- Fernandes, G. C.B. 2013. *Janelas pra que te quero? Usos e desusos da arqueologia urbana na Praça do Carmo em Belém-PA*. Projeto de Qualificação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém. Manuscrito inédito.
- Ferreira, A. B. de H. 2001. *O minidicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Figueiredo, J. R. H., e J. D. P. Martínez. 2006. El colegio jesuítico de San Juan Bautista de Monterrei-Verín: memorial del proceso de una expulsión. *Hispania Sacra, Estudios de Edad Moderna* 58(117):101-141.
- Foucault, M. 1979. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Funari, P. P. A. 1997. Archaeology, History, and Historical Archaeology in South America. *International Journal of Historical Archaeology* 1(3):189-206.
- _____. 2001. Arqueologia histórica em uma perspectiva mundial. *Revista de História Regional* 6(2):35-41.
- _____. 2007. Teoria e a Arqueologia Histórica: a América Latina e o mundo. *Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica* 1(1):49-58.
- Funari, P. P. A., M. Hall, e S. Jones. 1999. "Introduction: archaeology in history," in *Historical archaeology : back from the edge*. Editado por P. P. A. Funari, S. Jones, e M. Hall, pp. 1-20. London/New York: Routledge.
- Gaimster, D., e T. Majewski. 2009. "Introduction," in *International Handbook of Historical Archaeology*. Editado por T. Majewski e D. Gaimster, pp. xvi-xx. New York: Springer.
- García-Villoslada, R., S.J. 1991. *Santo Inácio de Loyola*. São Paulo: Loyola.
- Gnecco, C. e Hernandez, C. 2008. History and its discontents: Stone statues, native histories, and archaeologists. *Current Anthropology* 49(3):439-466.
- Gomes, P. V., e R. Lobo. 2012. "Arquitectura de los jesuitas en Portugal y en las regiones de influencia portuguesa," in *La arquitectura jesuítica. Actas del Simposio Internacional*. Editado por M. I. Á. Zamora, J. I. Fernández, e J. C. Mainar, pp. 497-521. Zaragoza: IFC.
- Gomes, R. N. 2012. *Um Rio, uma Vila, muitas histórias e as gentes do lugar – Sítio Vila de Santo Antônio, Rondônia, e as possibilidades ofertadas pela Arqueologia Histórica*. Projeto de Qualificação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém. Manuscrito inédito.

- Gonçalves, J. R. S. 2005. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. *Horizontes Antropológicos* 23:15-36.
- Guzmán, D. d. A. 2008. A primeira urbanização: mamelucos, índios e europeus nas cidades Pombalinas da Amazônia, 1751-1757. *Revista de Cultura do Pará* 18(1):75-94.
- Guzmán, D. d. A., F. N. Fontenele, e R. C. d. S. Lopes. 2009. *Relatório Final de Pesquisa "Patrimônio Jesuíta no Pará e Amapá (1653-1759)"*. Belém: IPHAN. Manuscrito inédito.
- Hilbert, K. 2006. Qual o compromisso social do arqueólogo brasileiro? *Revista de Arqueologia* 19:89-101.
- Hillier, B., e J. Hanson. 1984. *The Social Logic of Space*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hoornaert, E. 1977. *História da Igreja no Brasil. História Geral da Igreja na América Latina, 2*. Petrópolis: Vozes.
- Igareta, A. 2010. Urbanismo colonial temprano em la República Argentina: aportes desde la arqueología. *Trabajo y Sociedad XIV* 15:7-17.
- Ingold, T. 2000. "The temporality of the landscape," in *Land and Life: a selection from the writings of Carl Ortwin Sauer*. Editado por J. Leighly, pp. 315-350. Berkley/Los Angeles: University of California Press.
- Johnson, M. H. 1992. Meanings of Polite Architecture in Sixteenth-Century England. *Historical Archaeology* 26(3):45-56.
- Jurandir, D. 2004[1960]. *Belém do Grão-Pará*. Belém: EDUFPA; Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa.
- Kamp, K. A. 1993. Towards an Archaeology of Architecture: clues from a modern Syrian village. *Journal of Anthropological Research* 49(4):293-317.
- Lazzari, M. 2005. The texture of things: objects, people, and landscape in northwest Argentina (First Millennium A.D.), in *Archaeologies of Materiality*. Editado por L. Meskell, pp. 126-161. Malden: Blackwell.
- Le Bihan. 2005. "A igreja de Santo Alexandre: exemplo ímpar da poética jeuíta na Amazônia," in *Feliz Lusitânia: Museu de Arte Sacra, Série Restaura*. Editado por Pará/Secult, pp. 55-75. Belém: Secult.
- Leite, S. 1945a. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Vol. III. Lisboa e Rio: Livraria Portugalia/INL.
- . 1945b. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Vol. IV.
- Leone, M. P. 1989. Issues in Historic Landscapes and Gardens. *Historical Archaeology* 23(1):45-47.
- Leone, M. P. 2008. The foundations of archaeology, in *Ethnographic Archaeologies: reflections on stakeholders and archaeological practices*, Editado por Q.E. Castañeda & C. N. Matthews, pp. 119-138. Altamira Press: Lanham.
- Leone, M. P., e S. D. Hurry. 1998. Seeing: The power of town planning in the Chesapeake. *Historical Archaeology* 32(4):34-62.

Leone, M. P., e P. B. Potter Jr. 1988. *The recovery fo meaning: Historical Archaeology en eastern United States*. Washington: Smithsonian Institute Press.

Lima, T. A. 1993. Arqueologia Histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960-1991). *Anais do Museu Paulista, História e Cultura Material, Nova Série 1*:255-262.

_____. 1994. De morcegos e caveiras a cruzeiros e livros: a representação da morte nos cemitérios cariocas do século XIX. *Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material. Nova Série 2*:87-150.

_____. 2002a. "O papel da arqueologia no mundo globalizado," in *Arqueología da Sociedade Moderna na América do sul*. Editado por A. Zarankin e M. X. Senatore, pp. 117-127. Buenos Aires: Ediciones Del Tridente.

_____. 2002b. Os marcos teóricos da arqueologia histórica, suas possibilidades e limites. *Estudos Ibero-Americanos XXVIII*(2):7-23.

_____. 2011. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas 6*(1):11-23.

Lopes, P. R. C. 2006. "Aldeias, Missões Religiosas e Diretório: intercâmbios políticos, econômicos, culturais e ambientais," in *Faces da história da Amazônia*. Editado por F. A. d. F. Neves e M. R. P. Lima, pp. 21-41. Belém: Paka-Tatu.

Lopes, R. C. S. 2009. *Novas vilas, antigas aldeias: o sentido da urbanização na Amazônia colonial (1751-1759)*. Monografia de Graduação. Faculdade de História, Universidade Federal do Pará, Belém. Manuscrito inédito.

_____. 2010. "As missões jesuíticas e a urbanização da Amazônia Colonial," in *Vida e Cultura em nossas terras: O CCFC na Amazônia*. Editado por F. Meroni, pp. 270-294. Belém: Centro de Cultura e Formação Cristã.

_____. 2011. "Indigitado estrupício": arqueologia e significados acerca do muro do Forte do Presépio Belém (PA). *Amazônica 2*(3):370-390.

_____. 2012. "Novos ditames de racionalidade": o Diretório dos Índios e a urbanização na Amazônia colonial (1751-1759). *Perspectiva Amazônia 2*(3):31-45.

_____. 2012. "Melhor sítio da terra": Colégio e Igreja dos Jesuítas e a paisagem da Belém do Grão-Pará, *Um estudo de arqueologia da arquitetura*. Projeto de Qualificação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém. Manuscrito inédito.

Lopes da Silva, M. J.. 2011. *Forte Cumaú: uma abordagem histórica arqueológica de sua localização*. Monografia. Especialização em Patrimônio Arqueológico da Amazônia, Universidade do Estado do Amapá, Macapá. Manuscrito inédito.

Marques, F. L. T. 1993. *Engenhos de Maré em Barcarena, Pará: arqueologia de seus sistemas motrizes*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Manuscrito inédito.

_____. 1997. *Prospecção no Pátio do Palácio Episcopal de Belém – Relatório Submetido à Fundação Vale do Rio Doce*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. Manuscrito inédito.

_____. 2000. *Prospecção arqueológica na área do Forte do Castelo, em Belém, Pará*. Projeto. Belém: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Manuscrito inédito.

_____. 2003. *Pesquisa Arqueológica na área do Forte do Castelo em Belém, PA. Monitoramento arqueológico*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. Manuscrito inédito.

_____. 2004. *Modelo da Agroindústria Canavieira Colonial no Estuário Amazônico: Estudo Arqueológico de Engenhos dos Séculos XVIII e XIX*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Manuscrito inédito.

_____. 2005. "Prospecção arqueológica no Palácio Episcopal de Belém," in *Feliz Lusitânia: Museu de Arte Sacra*, vol. 3, *Série Restauro*. Editado por Pará/Secult, pp. 101-119. Belém: SECULT.

_____. 2006. "Investigação Arqueológica na Feliz Lusitânia," in *Feliz Lusitânia: Forte do Castelo, Casa das Onze Janelas, Casario da Rua Padre Champagnat*, vol. 4, *Série restauro*. Editado por Pará/Secult, pp. 147-187. Belém: Secult.

_____. 2010. "Um sítio indígena sob a Feliz Lusitânia: Descobertas recentes em Arqueologia Urbana em Belém do Pará," in *Belém do Pará: história, cultura e sociedade*, vol. 1. Editado por L. T. L. Simonian, pp. 49-58. Belém: Ed. da UFPA.

Martins, R. M. d. A. 2009. *Tintas da Terra, Tintas do Reino: Arquitetura e Arte nas Missões Jesuíticas do Grão-Pará (1653-1759)*. Tese de Doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. Manuscrito inédito.

Maxwell, K. K. 1997. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*, 2 edition. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Meira Filho, A. 1976. *Evolução histórica de Belém do Grão-Pará*. Belém: Grafisa.

Najjar, R. 2001. *Catequese em Pedra e Cal: estudo arqueológico de uma igreja jesuíta (Nossa Senhora da Assunção - Anchieta/ES)*. Dissertação de Mestrado. Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. Manuscrito inédito.

_____. 2011. Para além dos cacos: a Arqueologia Histórica a partir de três superartefatos (estudo de caso de três igrejas jesuíticas). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas* 6(1):71-91.

Najjar, R., J. d. Macedo, R. P. Stanchi, I. E.-J. Andrade, A. C. Sampaio, C. Martins, J. W. Pereira, J. F. Marques, P. C. Sarmiento, T. Fonseca, e J. Câmara. 2007. A arqueologia de um jardim: pesquisa arqueológica do Passeio Público do Rio de Janeiro/RJ. *Habitus* 5(2):455-479.

Navarrete, R. 2006. "Palenques y empalizadas: una revisión del problema de la complejidad social durante el período de contacto en el oriente de Venezuela," in *Contra la tiranía tipológica en arqueología: una visión desde suramérica*. Editado por C. Gnecco e C. H. Langebaek, pp. 55-75. Bogotá: Universidad de los Andes/Facultad de Ciencias Sociales/CESO/Ediciones Uniandes.

Neves, L. F. B. 1978. *O Combate dos Soldados de Cristo na Terra dos Papagaios. Colonialismo e repressão cultural*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.

Neves Neto, R. M. d. 2012. *Um patrimônio em contendas: os bens jesuíticos e magna questão dos dízimos no estado do Maranhão e Grão-Pará (1650-1750)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém. Manuscrito inédito.

Nichole, B. 2009. "Landscape Approaches in Historical Archaeology: The Archaeology of Places," in *International Handbook of Historical Archaeology*. Editado por T. Majewski e D. Gaimster, pp. 51-65. Nova York: Springer.

Meira Filho, A. 1976. *Evolução histórica de Belém do Grão-Pará*. Belém: GRAFISA.

Miller, D. 1987. *Material culture and mass consumption*. Oxford: Blakwell.

Miranda, C. S. 2009. Entre a Cidade Velha e a Feliz Lusitânia: visões sobre o patrimônio cultural em Belém, in *Paisagem e cultura: dinâmica do patrimônio e da memória na atualidade*. Editado por F. A. da Silveira & C. D. Cancela, pp. 197-213. Belém: EDUFPA.

_____. 2006. *Cidade Velha e a Feliz Lusitânia: cenários do patrimônio cultural de Belém*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém. Manuscrito inédito.

Orser Jr, C. E. 1992. *Introdução à Arqueologia Histórica*. Belo Horizonte: Oficina de Livros.

_____. 2006. Symbolic Violence and Landscape Pedagogy: an illustration from the Irish Countryside. *Historical Archaeology* 40(2):28-44.

Oliveira, M. A. R. d. 2005. "A epopéia jesuítica no Amazonas e sua obra arquitetônica e escultórica," in *Feliz Lusitânia: Museu de Arte Sacra, Série Restauro*. Editado por Pará/Secult, pp. 77-91. Belém: Secult.

Rede, M.. 1996. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material. *Anais do Museu Paulista* (4):265-282.

Reis, A. C. F. 1948. *Limites e demarcações na Amazônia brasileira. A fronteira com as colônias espanholas*, vol. 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

Ruão, C. 2006. "Eupalinos Moderno": teoria e prática da arquitetura religiosa em Portugal (1550-1640). Tese de Doutorado, Universidade de Coimbra.

Santos, P. 1951. *O barroco e o jesuítico na arquitetura do Brasil*. Rio de Janeiro: Kosmos.

_____. 1981. *Quatro séculos de arquitetura*. Rio de Janeiro: IAB.

_____. 2001. *Formação de cidades no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 179p.

Saragoça, L. 2000. *Da Feliz Lusitânia aos confins da Amazônia (1615-1662)*. Lisboa: Edições Cosmos.

Sebastian, S. 1994. *Mensaje simbólico del Arte Medieval: arquitectura, liturgia e iconografía*. Madrid: Ediciones Encuentro.

Silva, F. A. 2002. Mito e arqueologia: a interpretação dos Assurini do Xingu sobre os vestígios arqueológicos encontrados no Parque Indígena Kuatinemu-Pará. *Horizontes Antropológicos* 18:175-187.

Silva, T. S. A. 2011. Paisagens do bem morrer: práticas mortuárias e cultura material no cemitério da Soledade durante o século XIX (1850 – 1880). Projeto de Monografia. Faculdade de História, Universidade Federal do Pará. Manuscrito inédito.

Souza, M. A. T. 1995. Arqueologia da paisagem e sítios militares. Um estudo de um forte colonial em Laguna – Santa Catarina, Brasil. *Historical Archaeology in Latin America* 6:113-122.

Steadman, S. R. 1996. Recent research in the archaeology of architecture: beyond the foundations. *Journal of Archaeological Research* 4(1):51-93.

Symanski, L. C. P. 2007. O domínio da tática - práticas religiosas de origem africana nos engenhos da Chapada dos Guimarães (MT). *Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica* 1(2):9-36.

_____. 2009. "Arqueologia histórica no Brasil: uma revisão dos últimos vinte anos," in *Cenários Regionais de uma Arqueologia Plural*. Editado por W. F. Morales e F. P. Moi, pp. 279-310. São Paulo: Annablume.

Threlfall, A. 2011. *Excavations at Vila de Santo Antônio, Rondônia*. Scientia. Relatório Inédito.

Tilley, C. 1999. *Metaphor and Material Culture*. Malden: Blackwell Publishers Inc.

Trigger, B. 2004. *História do Pensamento Arqueológico*. São Paulo: Odysseus Editora.

Veloso, H. P., A. L. R. Rangel Filho, e J. C. A. Lima. 1991. *Classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal*. Rio de Janeiro: IBGE/Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais.

Zanettini, P. E., E. G. Neves, e É. M. R. González. 2002a. *Projeto Arqueourbs (Fase I) - Arqueologia Urbana no Centro de Manaus, Forte São José da Barra e Adjacências*. Secretaria de Estado de Cultura e Desporto do Amazonas/Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas/Zanettini Arqueologia. Relatório Inédito.

_____. 2002b. *Projeto Arqueourbs (Fase I) - Arqueologia Urbana no Centro de Manaus, Primeiras contribuições*. Secretaria de Estado de Cultura e Desporto do Amazonas/Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas/Zanettini Arqueologia. Relatório Inédito.

Zarankin, A. 1999. Arqueología de la arquitectura: another brick in the wall. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo* 3:119-129.

_____. 2001. Paredes que domesticam: arqueologia da arquitetura escolar capitalista: o caso de Buenos Aires, Universidade de Campinas.

_____. 2005. "'Walls of Domestication". Archaeology of the architecture of capitalist elementary public schools; The case of Buenos Aires," in *Global Archaeological Theory: contextual voices and contemporary thoughts*. Editado por P. P. A. Funari, A. Zarankin, e E. Stovel, pp. 237-264. New York: Kluwer-Plenum.

_____. 2008. "Los guardiones del capital: arqueologia de la arquitectura de los bancos de Buenos Aires," in *Sed non Satita II: acercamientos sociales em La arqueologia latino-americana*. Editado por F. A. Acuto e A. Zarankin, pp. 325-339. Córdoba: Encuentro Grupo Editor.

Zarankin, A., e C. Niro. 2010. A materialização do sadismo: arqueologia da arquitetura dos centros clandestinos de detenção da ditadura militar argentina (1976-1983). *Revista Internacional de Direito e Cidadania* 6:17-32.

Zarankin, A., e M. A. Salerno. 2007. El sur por el sur: una revisión sobre la historia y el desarrollo de la Arqueología Histórica en América Meridional. *Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica* 1(1):15-47.